

Projeto: Memória das Lutas Operárias



**Documentos da Oposição Sindical
Metalúrgica de São Paulo – MOSM SP**

Os documentos constantes deste caderno foram obtidos no site <http://www.lidas.org.br/osm/index.html>, com data de inclusão em 31/10/2009.

Ao preparar a publicação, constatamos vários erros de digitação, os quais deixamos assinalados em vermelho. Nota-se também a ausência da data em alguns textos bem como a necessidade da sua contextualização.

Dada a importância dos documentos, apelamos para os companheiros que participaram da experiência ou possuem cópias dos documentos originais, que nos ajudem a preencher a lacuna.

Contato conosco poderá ser feito através de cvmbahia@gmail.com

Documento incorporado ao Portal em: outubro/2010

Fonte: <http://www.lidas.org.br/osm/index.html>



Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo - OSM

Resistência a Ditadura Militar - 1965 à 1978 - Alguns Documentos Básicos -

🕒 [Histórico da Oposição Sindical](#)

🕒 [As Eleições e o Trabalho Sindical](#)

🕒 [Pontos de Partida para uma Atividade de Oposição Sindical
Combativa](#)

🕒 [Proposta para o Programa de Oposição Sindical](#)

🕒 [Diretrizes para o Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica e
Nossa Participação nas Eleições](#) – março/75

🕒 [A Questão da Unidade da Oposição Sindical](#)

🕒 [Tese Apresentada e Aprovada no III Congresso do Metalúrgicos de
São Bernardo sobre Comissões de Fábricas](#)

Depois da Primeira Greve Geral - 1978 - Alguns Documentos Básicos -

🕒 [Resoluções do I Congresso da OSM - SP](#) –março/79

Ⓢ [Resoluções do II Congresso da OSM - SP](#) – 1980

Ⓢ [Resoluções do III Congresso da OSM - SP](#) – maio/86

Ⓢ [Teses para o II Congresso Nacional da CUT - **Construir a CUT pela Base**](#) – julho/86

Ⓢ [Retrospectiva Bibliográfica](#)

Ⓢ [Cordéis de Pedro Macambira](#)

(Ver em <http://www.lidas.org.br/osm/cordel/index.html>)

Construção: Inaê Batistoni e Silva
e-mail: batistoni@aquanet.com.br

Resistência a Ditadura Militar - 1965 à 1978

Histórico da Oposição Sindical Metalúrgica

<http://www.lidas.org.br/osm/historia.htm>

A oposição é um fenômeno natural em toda história da sociedade. Ela existe em todos os níveis de organização social e política. Por isso ela não é novidade no movimento operário brasileiro, já que desde que existiu o movimento operário organizado no Brasil, pessoas ou grupos se opuseram as direções legítimas ou ilegítimamente constituídas.

Interessa-nos analisar, porém, a atual Oposição Metalúrgica de S. Paulo em seu histórico, objetivos, linhas de trabalho programas, métodos. Sua realidade hoje, suas conseqüências no movimento operário brasileiro e suas tarefas diante da atual realidade e futuro do sindicalismo no Brasil e, quem sabe, na transformação da estrutura econômico - social - política brasileira.

Esta oposição tem suas raízes em algumas experiências realizadas em fábricas do GSP a partir de 1961. Fruto de uma análise do movimento sindical brasileiro, decidiu-se pelo movimento de um trabalho de nucleação dentro da fábrica buscando aglutinar companheiros dispostos a debater problemas ocorridos nas empresas. Através disso buscar possíveis saídas que permitissem: conquistar algumas reivindicações e organizar o maior número possível de operários para ampliar a luta. Um dos objetivos centrais era através de discussões e lutas desenvolver a consciência de classe entre os operários.

Isto aconteceu, por exemplo, na Cobrasma a partir de 1961 e em 1963 o fato se repetia na fábrica de cofres Bernandini. Essas experiências foram confrontadas durante alguns meses quando se concluiu que realmente podiam ser uma alternativa a um sindicalismo vertical que não se ocupava prioritariamente com a organização sindical dos operários nas fábricas, que poderiam mudar o eixo do sindicalismo brasileiro, desde que amplamente desenvolvidas.

Por que tal conclusão? Exatamente porque eram movimentos decididos e realizados pelos trabalhadores e não pela direção sindical, porque atendiam as necessidades dos operários e não aos interesses políticos da burguesia ou partidos no poder. Estas experiências foram confirmadas com outras de Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, P. Alegre ainda em 1963 depois em fins de 64 e ainda em 65. Em 64 já se constituiu uma CSB (Coordenação Sindical Brasileira e depois Coordenação Social Brasileira). A utilização dessa iniciativa por determinado grupo político levou à contestação dos operários participantes e seu desaparecimento.

Em 1967, por ocasião das eleições sindicais em vários sindicatos, surgiram muitas chapas de oposição (algumas já em 65). Entre elas as de Osasco e S. Paulo (ambas metalúrgicas) tinham um cunho bem mais político. Em S. Paulo decidiu-se por uma chapa de oposição que fosse o núcleo de um "Movimento de Oposição à Estrutura Sindical Brasileira" e não apenas uma chapa de oposição a diretoria. Assim em seu Manifesto a CHAPA VERDE Enfatizava:

"Queremos sim, unidades de trabalhadores nas fábricas e no sindicato..." E no seu programa de lutas: Lutar pela aplicação efetiva do contrato coletivo de trabalho e pelo pleno reconhecimento dos Conselhos de empresas eleitas livremente pelos trabalhadores em cada empresa. Com a devida orientação do sindicato.

Em 1972, novamente a CHAPA VERDE defendia a organização nas fábricas: "pelo pleno reconhecimento das comissões de empresa e organizar e defender comissões de empresa, isto", isto em seu programa. Em 1975 o manifesto assinalava: "entendemos que um sindicato forte representativo precisa estar organizado dentro das empresas". "A oposição sempre defendeu a idéia de que a força do sindicato não está na Rua do Carmo mas dentro das empresas"...

Logo após as eleições de 1967 inúmeros companheiros combativos eram convocados, independente de suas tendências políticas, passando a desenvolver-se uma frente

permanente de oposição que se ocuparia de: desenvolver núcleos dentro das empresas, preparar a atuação nas assembléias salariais, 1º de maio... crítica ao sindicalismo atrelado, combate do peleguismo...

Nesse processo nasceu uma experiência chamada UML (união metalúrgica de luta) composta de companheiros independentes. Isto lá pelos fins de 1968. A UML ganhou força em 1969 com a formação de equipes de militantes em vários setores fabris: Leopoldina, Mooca, Penha, Vila Rica, Anchieta, Sto. Amaro. Diversos núcleos de fábricas se organizaram e levaram muitas lutas embora limitados: Carmos, Arno, Lorenzetti, Lassen, Matarazzo, Walita, Caterpillar, Bourrougns, Monark, Villares, Arteb, AMF, Hobbart Dayton, Piratininga, Same, Philips, Busing, Calvi, Aço Paulista, Mangels, Siemens, Cogeral, Wapsa, Aliperti, Metal Leve... Debatia-se constantemente a história do sindicalismo no Brasil, condições de trabalho, partido dos trabalhadores, comissões de fábrica etc. Sem muita rigidez, nas reuniões revia-se os contatos de fábricas, planejava-se os boletins e preparava-se as assembléias etc.

Como resultados dos debates sobre Sindicalismo no Brasil foi elaborado em 1970 um livreto sobre a história do movimento Sindical no Brasil. A UML deixa de existir enquanto tal em 1971.

As prisões de 1974, que atingiram dezenas de operários opositores enfraqueceram a oposição, que entre 70 e 72 tentou diversas vezes se reestruturar. Diversos encontros amplos foram realizados e alguns documentos elaborados tentando definir esta organização.

Em 1975, com nova geração assumindo responsabilidades, começa um salto qualitativo. Pode-se dizer também como resultados das derrotas da esquerda que passava a entender melhor a luta operária e sindical.

A forma de organização da Oposição Metalúrgica através de setores fabris foi assumida com decisão e também como consequência das experiências "inter-fábricas" experimentada já na pastoral operária.

De 72 a 75 houve praticamente uma paralisação da oposição. A partir de 75 coloca-se a necessidade de dar uma organicidade e estabilidade maior à oposição. Para isto a inter-fábrica foi um salto qualitativo. Ela tinha como objetivo avaliar o trabalho de fábrica o que não quer dizer que todo mundo tivesse trabalho de fábrica. A inter-fábrica foi uma base para dar um avanço na organicidade do movimento.

À medida que os movimentos vanguardistas de esquerda foram golpeados revelou-se que não tinham uma proposta correta para a classe operária. Em termos práticos estes grupos impediram a concretização de certas propostas.

No período de 75 e 76 a Oposição na prática ausentou-se de atuação do sindicato. Aqui é necessário caracterizar o início da "abertura". É necessário ver o avanço prévio de movimentos operários nas fábricas. A greve da Villares de 73 deu um novo impulso e ânimo a oposição em São Paulo. Antes da greve da Villares houve movimentos significativos no ABC (Mercedes, VW).

As propostas da oposição, independente da sua ligação orgânica, influíram em outros movimentos, setores, lugares. A prática da oposição não estava isolada. Até 73 a oposição dizia aos operários que deviam lutar por objetivos que fossem seus. As greves de 73 mostram que um amplo setor de movimento tomou consciência disso. Isto fortaleceu a oposição na medida em que acontecem na prática dos objetivos que propõe. A partir daí criam-se bases novas (gente nova, ânimo novo). 1975 marca a assimilação mais efetivas das etapas anteriores.

Quais foram as medidas básicas que foram assumidas por esta oposição?

- _ desenvolvimento dos núcleos nas fábricas – comissões
- _ estruturação por setor fabril ou residencial para desenvolver as experiências de fábricas

- _ a ampliação do movimento enquanto a experiência e não enquanto a tendência
- _ uma coordenação com elementos de cada setor: assegurar as propostas dos setores e ajudar a elaborar um plano de trabalho para um conjunto de luta.

Em 1975 não teve chapa para as eleições. Saiu um papel com os pontos básicos dos programas.

Já pode ser chamado de programa (independente da chapa). Mesmo antes a questão da organização nas fabricas estava sempre presente nas manifestações da Oposição. É preciso ver as formas de colocação desta questão (?)

Numa primeira programação em 1971 sobre Comissões de Fábrica, a briga pela hegemonia destroçou o programa. Posteriormente se aceitou as "regras do jogo" o que deu uma eficácia prática ao programa (a partir de 75 quando se tornou uma alternativa orgânica).

O QUE SIGNIFICOU EM TERMOS GLOBAIS PARA A OPOSIÇÃO DO ESTABELECIMENTO DO PROGRAMA DE 75?

- _ a prática de Oposição Sindical deve ser mantida.
- _ o que além disso?...
- _ como enfrentar a volta do reformismo?
- _ como concretizar a quebra da estrutura sindical?

A estruturação da **OS** atingiu 8 setores. Desenvolveu-se a pratica da democracia interna com os principais problemas sendo discutidos a partir dos setores e decididas em assembléias constituídas de delegados (representatividade). Nestas assembléias se decidia da orientação, programas e táticas de luta. Outras questões eram resolvidas na coordenação com propostas de setores. Foi a época em que a oposição mais se desenvolveu nas fábricas, nos setores e na participação sindical (apesar da ausência no sindicato no dia 1º de maio de 76 e 77).

Apesar das decisões quanto a estrutura, linha de ação, programa e direção serem tomadas em assembléias e por maioria, existem setores que durante muito tempo combateram e tentaram boicotar o trabalho da **OS**, negando a validade da coordenação eleita, não comparecendo as reuniões da coordenação, não levando mais vezes as decisões para as bases e vice-versa e negando-se a distribuição dos boletins da **OS**. Houve mesmo tentativa de reformação de outra oposição (renovação sindical).

Em 1978 a **OS** teve seu ponto culminante. A formação da chapa 3 surge como resultado dos trabalhos de fábrica. Dentro de muitas fábricas discute-se a indicação de companheiros para a chapa, o programa é discutido em fábricas e nos setores. Embora tenha havido tentativas de impedir a participação dos companheiros, indicados nas fábricas e nos setores, chegou-se a uma certa unidade na formação da chapa.

Durante a campanha apesar de um bom trabalho nos setores sentiu-se a ausência da oposição da Lapa e Zona Norte. Destacou-se a combatividade da maioria dos companheiros durante as eleições.

As greves de maio / junho / julho foram o resultado do bom trabalho de base que se desenvolvia nos setores: nucleação nas empresas, constante divulgação ao nosso programa culminando com o programa da chapa 3 e a intensa preparação da greve. Tudo marca também uma mudança qualitativas das greves de São Paulo em relação ao ABC. E mostram a justeza do trabalho da **OS**. Concretizaram-se varias comissões eleitas que são as experiências mais importantes a serem hoje analisadas. Da sua compreensão depende o rumo do sindicalismo brasileiro.

Na campanha salarial de 78 a diretoria usou a linguagem e propostas típicas da **OS** e não se pelegava. Isto se contrapõe a luta pela reposição em São Paulo que se resumiu numa

assembléia e uma carta enviada as empresas (na época já havia um clima bastante favorável de luta que já vinha da **OS** de 77 que foi bastante concorrida e só foi esvaziada por uma grande manobra da diretoria).

De 64-72 houve uma participação intensa de "velhos" da Oposição nas assembléias. A partir de 77 a **OS** consegue novamente tomar pé com intervenções nas assembléias. Isto foi base (para) uma ação mais decidida juntando com a experiência das greves do ABC.

A crise após a **OS** de 78 se deve a muitos fatores:

- _ após a eleições de junho se tentou fazer assembléias semanais, o que esvaziou alguns setores e fez com que o conjunto se desarticulasse;
- _ a incapacidade de organizar / articular os trabalhos surgidos com as greves de maio / junho;
- _ dispensa em muitas fábricas após as greves maio / junho desmobilizou. Por parte do pessoal novo houve um recesso após a derrota das eleições;
- _ a utilização intensa do sindicato;
- _ a incapacidade da oposição de formar militantes e dirigentes;
- _ a fraqueza de direção enquanto o conjunto abriu brechas para a atuação dos grupos;
- _ a incapacidade de dar uma saída para greve geral deu uma sensação de impotência organizativa e política.

Durante o processo das greves de junho a proposta de comissões teve aceitação / implantação ampla mais não se conseguiu dar continuidade a esta proposta.

- _ na **OS** não se retomou a forma organizada das greves de junho. Na medida em que não se conseguiu formar comissões não havia saída para a **OS**.
- _ pesou a imaturidade do conjunto do movimento operário em relação a este tipo de luta (greve geral).
- _ falta de uma proposta político – organizativa da direção da oposição.
- _ Após a campanha eleitoral e as greves de junho houve um esforço de interpretação das greves e aprofundamento e funcionamento das comissões. Enquanto a atenção estava voltada para isso surge a C.S. e pega a **OS** desarticulada.
- _ Tudo isto dentro da atual conjuntura: novas proposta políticas e a volta de proposta sindicalistas tradicionais (a volta da prática cupulista: "fazer com que o sindicato assuma").

TAREFAS DA OS HOJE

1. Sindicato – Ter uma atuação mais consequente no sindicalismo brasileiro. A **OS** rejeitou sempre uma prática sindical mais ampla e mais constante. A ausência da **OS** do sindicato foi com fraqueza e por erro de visão e supervalorização do trabalho de fábrica. ("o sindicato é atrelado e policialesco, por isso não dá").

- _ os sindicalistas autênticos – não são representantes autênticos da classe operária mais contribuem para aguçar as contradições.
- _ Permitem uma informação e conscientização maior da massa.
- _ É o caso de disputar o espaço e influência com eles. Não tanto nos programas (que são semelhantes) mas pela prática concreta.
- _ A **OS** não atinge o conjunto. Ela se estende mais em momentos definidos pela vida sindical e não por ela mesma.

2. Trabalho de fábrica – a **OS** tem se reforçado para se opor ao sindicalismo pelego e autentico. As comissões já mostraram uma palavra de ordem justa. As comissões tem ainda um caráter propagandístico, só pode ser viabilizadas havendo grupos de fábrica bem preparados (p. ex. greves de junho).

_ definir o papel das comissões;

_ fazer com que a classe operária assuma a organização e defesa das comissões;

_ as comissões ultrapassam o terreno da luta sindical: a questão do duplo poder na fábrica, o controle operário da produção – se as Comissões não assumem este nível, não podem encarar a solução aos problemas do trabalhadores.

3. Continuidade – Se após a C.S. não tivesse havido uma reação rápida a **OS** tinha ido. (pra onde?)

_ A **OS** deve manter sua política e estrutura própria (não aceitar: as oposições devem se diluir e serem só chapas eleitorais de oposição).

_ Se a **OS** não tem vida própria não é aceita em canto nenhum. As oposições são aceitas e "reconhecidas" hoje por causa do seu trabalho desenvolvido como oposição. Já há uma aceitação para os vários setores da sociedade em que a oposição é defensora dos interesses operários.

4. Organização Geral da OS – propostas mais afirmativas devem resultar de um balanço crítico da história da **OS**.

As Eleições e Trabalho Sindical

<http://www.lidas.org.br/osm/eleicoes.htm>

Os operários conscientes viram-se, novamente, diante da necessidade de se definirem pela participação ou não, das eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

As posições assumidas até o presente e as opiniões existentes mostraram ser bastante divergentes, o que demonstrava a falta de unidade existente, atualmente, nas fileiras dos operários conscientes mesmo nas questões básicas do nosso movimento.

Diante disso, devemos aproveitar o evento das eleições para efetuarmos uma ampla discussão entre os operários mais avançados de como deve ser feito o trabalho sindical.

O SINDICATO

Como sabemos existem atualmente 250 mil metalúrgicos em São Paulo. Destes, uma pequena parcela é sindicalizada (60 mil aproximadamente). Mas, este número também não diz a realidade, pois somente 1.000 a 2.000 operários costumam ir as assembléias do Sindicato.

Concluimos com estes dados que a grande maioria dos operários não reconhecem o sindicato como um órgão de luta e o seu representante.

A grande maioria dos associados estão filiados ao Sindicato para aproveitarem de sua assistência médica e jurídica.

Mas, o Sindicato deve ser antes de mais nada um órgão capaz de defender a classe. Lutar pelos seus direitos. E isso nós sabemos que não existe atualmente. O que existe é um Sindicato vazio que não conseguem cumprir os seus verdadeiros objetivos.

Temos as campanhas salariais.

Todos os anos o Sindicato é obrigado a aceitar os índices de reajuste determinado pelo governo. E o Sindicato não consegue mudar nada. Não consegue por ser uma entidade totalmente controlada pelo governo. E por isto mesmo os operários não reconhecem como sendo o seu órgão de classe.

Esta situação vem desde muito tempo. Desde que foram criados em 1937, durante o Governo de Getúlio Vargas. Nos últimos anos, este controle tem sido maior ainda. Fez com que ele se transformasse num apêndice do Ministério do Trabalho.

Vejamos as eleições do Sindicato.

Para a inscrição de uma chapa há um grande número de exigências. **Elas desde** a obrigatoriedade de registro de chapa 180 dias ante das eleições, controle ideológico dos candidatos, controle de programa eleitoral das chapas, etc. Tudo isso para dificultar a inscrição de uma chapa de oposição.

Na verdade, os sindicatos existem devido ao imposto sindical que é pago obrigatoriamente por todo o operário. Dinheiro arrecadado que só beneficia uma pequena parcela da classe.

As diretorias sempre dizem que o Sindicato não funcionam porque os operários não vão às assembléias. Mas eles nunca dizem por que não se vai às assembléias. Para eles não é o modo que os sindicatos foram criados e o seu controle, que impede uma maior participação da classe.

Mas como podem os operários participarem num sindicato destes, totalmente controlado pelo governo, que cede aos patrões e que não ouve os operários por não estar organizado pela base?

Nas assembléias estamos acostumados a ouvir palavras bonitas ditas pelas "lideranças" sindicais. Elas até parecem concluir que eles estão do nosso lado. Na verdade, esses "operários de gravata" não fizeram mais do que faltar. Defendem com palavras e conciliam de fato. Entram no jogo do governo quando aceitam a sua política em relação aos Sindicatos: transformá-lo num órgão de assistência social.

ALTERNATIVA:

Diante disso qual deve ser a nossa posição?

Acreditamos que devemos lançar uma semente para conseguirmos criar um verdadeiro Sindicato independente do Governo e dos patrões. Um Sindicato que surja a partir do trabalho de cada fábrica. Que esteja presente em cada seção. Isto é, um órgão que esteja organizado pela base, de baixo para cima, a partir de comissões e grupos de fábricas.

Esse é um único modo de termos um Sindicato capaz de ouvir operários, de defender os operários da injustiça dos patrões em cada seção.

Mas como iniciar este trabalho atualmente? Que atividades devem prevalecer? Devemos partir de nossa realidade?

Como sabemos contamos hoje com um número bastante pequeno de operários conscientes que se dedicam as atividades sindicais. E não existe grande predominância de idéias de como deve ser feito este trabalho, no conjunto dos operários avançados.

Por outro lado, a grande maioria das massas operárias não possuem consciência, nem mesmo de necessidades de um órgão de luta. Não saberiam atualmente diferenciar o sindicato oficial de qualquer outra organização sindical independente.

Isto mostra que atualmente não tem importância desenvolver atividades que procurem atingir as amplas massas operárias. E as atividades do Sindicato Oficial tem este objetivo amplo uma vez que eles pretendem representar todo o setor da classe.

Tomemos estas eleições do Sindicato Metalúrgico de SP.

A Oposição Sindical não teve força suficiente para lançar uma chapa nessas eleições, muito menos teria para conduzir uma campanha eleitoral satisfatória. O que mostra claramente a sua fragilidade.

Por outro lado a classe operária está totalmente dispersa, desorganizada.

Nestas condições não tem importância a formação de uma chapa de oposição ou mesmo o lançamento de uma grande campanha de voto nulo. Isto porque nós iríamos lançar as nossas frágeis forças conscientes numa atividade junto a todos os operários, o que não iria determinar um avanço na sua organização.

Uma atividade que não contribua para a organização da classe operária não poderá ajudar a formação do movimento operário.

O centro de nossas atenções hoje devem estar voltadas para o trabalho de união e organização dos operários dentro das fábricas. Unir os operários a partir das bases. Agrupar os operários mais avançados que estejam interessados em lutar para resolver os problemas de classe.

Desenvolver o trabalho a partir das fábricas e não "levar o Sindicato para as fábricas", de cima para baixo. Esta última idéia limita e impede o trabalho, pois significa colocá-lo sob controle de um Sindicato que não pode ser apoio para as atividades da base.

Isto não quer dizer que devemos abandonar totalmente a participação no Sindicato oficial. A presença nas assembléias sindicais com objetivo de desmascarar os pelegos serve de instrumento auxiliar na conscientização dos operários.

Pontos de Partida para uma atividade de Oposição Sindical combativa

<http://www.lidas.org.br/osm/pontos.htm>

Neste momento, os companheiros metalúrgicos de São Paulo que desenvolvem uma atividade de Oposição Sindical, procuram discutir os seus problemas e buscar alternativas para continuidade e fortalecimento do movimento de Oposição Sindical. Para isso foram convocados também companheiros de outras áreas e categorias sindicais para levarem suas contribuições e experiências ao debate.

Esta proposta procura levantar alguns pontos mais importantes para o fortalecimento e dinamização da atividade de oposição, assim como as fraquezas do nosso movimento que teremos que resolver.

Temos suportado uma grande exploração: os baixos salários calculados e controlados pelo governo, o FGTS (que nos tira a estabilidade do emprego), os abusos crescentes nas fábricas no sistema de horas extras, no atraso de pagamento... O lucro é tudo na vida do patrão e para garantir essa superexploração a ditadura considera nossa luta por qualquer reivindicação um atentado contra a segurança nacional: foi proibido o direito de greve, as atividades sindicais são reprimidas e o atrelamento do sindicato ao governo foi reforçado.

Sabemos de todas as fraquezas e dificuldades que ainda existem em nosso movimento: 1) ainda tem muito operário consciente solto por aí lutando cada um pelo seu lado, 2) faltamos uma organização de base a partir das fábricas, 3) o peso morto que é esse sindicato pelego e burocrático.

Diante disso não é difícil compreendermos a falta que faz um movimento de Oposição Sindical forte. O crescimento das lutas operárias depende de que todos nós, operários mais conscientes, sejamos capazes de despertar entre os trabalhadores a verdadeira consciência e combatividade sindical para avançarmos na organização independente dos trabalhadores.

O pessoal que tem participado das atividades de Oposição Sindical, tem procurado discutir e pesquisar sobre a maneira de resolver nossos problemas, relacionados a três questões:

1. Como combinar o trabalho do sindicato com o trabalho de base nas fábricas?
2. Como combinar o trabalho legal e o trabalho ilegal?
3. Como estabelecer os pontos mínimos da unidade sindical para elaborar um programa de Oposição Sindical?

No começo foi difícil, não tínhamos experiência, mas aos poucos o pessoal foi se engrenando e hoje temos algumas coisas definidas.

O Sindicato apesar de todo o atrelamento e o peleguismo é a única forma de organização existente no meio do operário. Por isso seria um erro criar uma alternativa que ocupe o lugar do Sindicato, atuando somente nas fábricas de forma clandestina. Isso seria impossível no momento em que o movimento de massas está paralisado e os trabalhadores não estão organizados nas fábricas. Por outro lado, seria também um erro atuar como Oposição só no Sindicato praticamente nos momentos de campanhas salariais e eleições sindicais. Permaneceríamos afastados do movimento sem intervir ativamente nos conflitos de luta de fábrica.

O que devemos é combinar o trabalho no sindicato com o trabalho de bases nas fábricas. A fábrica é fundamental para o fortalecimento de qualquer trabalho de oposição sindical mais combativo. Devemos atuar nos diversos conflitos que surgem nas fábricas e fortalecer a organização da oposição a partir daí. Por outro lado, uma melhor utilização das formas

legais é do Sindicato, enquanto isso for possível só pode contribuir para ampliar o trabalho de oposição.

Portanto, companheiros, enquanto conseguimos uma aproximação do pessoal da fábrica é urgente levá-los para as assembléias dos sindicatos, para listar as reivindicações da fábrica e para pressionar o pelego. E mais tudo que se conseguir no sindicato deve ser aplicado na fábrica para fortalecer a unidade e para elevar o nível de discussão e de combatividade do pessoal.

Porém essa atividade mais ampla utilizando os meio legais deve-se apoiar numa organização da oposição que seja independente em relação ao sindicato pelego, que resguarde a oposição e sustente as organizações de fábrica frente aos ataques da repressão e dos patrões.

Devemos, portanto, combinar o trabalho legal e o trabalho ilegal. Então o nosso trabalho legal se apóia hoje nas comissões de fábricas, que são formas de nossa organização independente. Para a discussão dessas comissões devemos atuar com cautela **restaurando** o nosso trabalho e a organização das represálias que podemos sofrer. Como dar continuidade na luta de fábrica se a liderança é presa e despedida? É para poder garantir a continuidade da luta que as comissões de fábrica não devem ser organizadas de forma ampla e aberta. Ao mesmo tempo, devemos também aproveitar todas as possibilidades de desenvolver formas de organizações mais amplas e de cobertura legal, como por exemplo as de delegações sindicais de oposição ou as comissões eleitas no Sindicato para o trabalho sindical combativo nas fábricas e nas reuniões sindicais.

Todas as atividades que desenvolvemos seja nas fábricas ou nos sindicatos e em todas as lutas que travamos, elas devem ser voltadas principalmente para ampliar e melhorar a nossa organização.

Cada dia encontramos mais companheiros que despertam para a luta e combatem esse sindicalismo burocrático e apático. São operários descontentes com a diretoria pelega. Daí surge a união de todos os operários comprometidos com a luta de oposição. Isto é, a unidade para uma luta sindical mais ampla e mais forte deve-se basear nas necessidades mais urgentes dos trabalhadores, principalmente de melhorias salariais, na necessidade de organização das fábricas, na necessidade de se publicar boletins sindicais de oposição e nas necessidades de pressionar o sindicato pelego para que as assembléias e reuniões sindicais se voltem para atender as lutas e aos interesses dos trabalhadores.

Nós poderíamos dizer sem medo de errar, que todos os operários que ainda estão dispersos e todos os grupos de oposição sindical nas diferentes categorias concordarão com esses pontos mínimos de unidade prática. Assim integraremos o maior número possível de companheiros na luta.

Essas necessidades mais urgentes representam as principais reivindicações da Oposição:

- fim do arrocho salarial
- estabilidade do emprego
- maior segurança e melhores condições de trabalho
- direito de greve
- liberdade de organização sindical nas fábricas
- autonomia sindical
- cumprimento das decisões tiradas nas assembléias
- imprensa sindical livre

Essa unidade deve ser desenvolvida na prática atual, e em cada região, sindicato ou fábrica podemos elaborar plataformas que expressem as reivindicações locais e específicas mais sentidas.

Qual a responsabilidade dos operários de vanguarda diante do movimento de oposição sindical?

Todo movimento precisa de uma vanguarda política assim como um corpo precisa de uma cabeça. Os operários mais conscientes esclarecem os companheiros não só sobre as necessidades mais urgentes dos trabalhadores mais também sobre os interesses e reivindicações políticas que representam as sociedades mais gerais na luta contra a ditadura.

Isto porque devem se preocupar em elevar a consciência política junto aos companheiros de luta, formando uma consciência independente na classe operária, combatemos os ideais e ilusões de outras classes que buscam levar as confusões para o meio operário e fortalecer dessa forma a direção operária na luta contra a ditadura. Também a Oposição deve denunciar os crimes da ditadura ou se manifestar sobre qualquer questão política mais geral a cada momento em que isso for necessário. Porque a Oposição não deve dar as costas para o que acontece no conjunto da sociedade sem ignorar por exemplo que desde já lutamos pelo direito irrestrito de organização e manifestação para os trabalhadores, pelo desmantelamento da máquina repressiva que a ditadura usa oprimir os trabalhadores e outros setores.

É importante levar a discussão política aos companheiros de oposição e ao movimento, mas o que não devemos é comprometer a Oposição Sindical com nenhum programa partidário no momento de modo que podemos construir uma verdadeira união com base nas necessidades mais imediatas da classe operária. Só assim poderemos estar unidos com todos os operários dispostos a lutar mesmo os que não tenham uma consciência política.

LUTAR PELA UNIDADE E PELA ORGANIZAÇÃO DAS OPOSIÇÕES SINDICAIS
FORTALECER OS INTERESSES POLÍTICOS DA CLASSE OPERÁRIA NA RESISTÊNCIA À
DITADURA.

Proposta para o Programa de Oposição Sindical

<http://www.lidas.org.br/osm/proposta.htm>

Consideramos que:

1. A classe operária vive um período de dificuldades e superexploração. Essa superexploração é garantida pelo regime político existente no país, feito para amordaçar e acorrentar os que produzem a riqueza.
2. Apenas o desenvolvimento da organização, consciência e luta da classe operária pode mudar esse situação de superexploração econômica e opressão política.
3. A situação atual é de lenta recuperação do movimento operário, com lutas muito parciais e localizadas, extremamente desligadas entre si. Nas fábricas reina as opressões, com todo tipo de problema, irregularidade e injustiças. Os sindicatos mostram uma enorme ineficiência para resolver esses problemas. Forma-se assim um vazio sindical, um vazio na direção dessas lutas. A tendência da classe é resolver esses vazios pelos meios que tem à mão. O fruto mais maduro dessa tendência tem sido a organização de lutas por grupos ou comissões de operários formados nas fábricas.
4. A classe operária só se organiza para lutar por algo concreto. Não existe organização pela organização. Mas, por outro lado, a luta exige organização para chegar a resultados.

Esse impasse é aparente: não vamos discutir quem nasceu antes, se foi o ovo ou se foi a galinha. Esse dilema só realça a importância dos companheiros mais conscientes e combativos da classe, somente na construção das bases do movimento em cada fábrica e na direção geral (em termos de classe no seu conjunto). Daí a importância dos elementos avançados, conscientes e organizados que são hoje a vanguarda é o esqueleto mais estável no movimento operário.

5. O movimento de Oposição Sindical, capaz de unir os operários mais combativos, cumprem nessa luta um papel importante, na medida em que organiza a base de um sindicalismo alternativo, livre e independente. A Oposição deve reunir esses operários, seja qual for sua concepção política, ideológica, etc. desde de que aceitem levar uma luta comum com programas de orientações comuns.

Considerando essas questões, a Oposição fixa as seguintes orientações para unidade de ação:

I - NÚCLEOS

Os núcleos e grupos de fábricas são a semente da organização independente da classe operária.

Podem ser 2 ou 3 companheiros de oposição numa fábrica. Sua organização (seu planejamento, suas reuniões fora, etc.) não podem ser reconhecida hoje nem mesmo pelos companheiros que ainda não tem condições de entender o seu fechamento, sua segurança, não tem condições de saber quem são os amigos e inimigos. Os companheiros do núcleo devem ser conhecidos dos operários, respeitados por eles, influir sobre eles. Devem se consolidar em grupos mais amplos com mais respaldo na fábrica. Como atuam os núcleos?

A luta inicial desse embrião é sondar companheiros em seções mais importantes. Discutir com eles para ver o problema central e mais geral e sentido. Descoberto o problema, tentar fermentar esse problema, de forma que não se torne (que se torne) um problema de conscientização pelos operários, trazido em discussões operárias o mais possível e não um problema inventado, artificial. Não há luta (por) decreto das lideranças, sem que os companheiros assumam a própria divulgação e organização. O trabalho do núcleo é mais ou

menos o de parceiro e orientador da ação. A partir daí, devem tirar do conjunto de operários pistas para formas concretas e detalhes das lutas.

Importante também é fazer as informações correrem nas fábricas: cada companheiro em cada seção deve saber que os problemas não atingem só a eles e que há mais gente sentindo o mesmo problema, descontentes, etc. Deve-se saber quem é puxa-saco, dedo-duro. Nessa divulgação, todos os meios são válidos, desde fazer correr uma piada sobre a fábrica até escrever nos banheiros. Devemos ter bem claro que a própria divulgação e criação de clima já é uma luta, uma tarefa prática importantíssima, que compromete e organiza os elementos do grupo e sua área de influência.

A luta deve ser dirigida para conquistar algo concreto, um objetivo definido antes, mesmo pequeno. Devemos mostrar que os recuos da empresa são frutos do medo dela diante do operário. Desmascarar as manobras, utilizando os câmbios (os caminhos, meios) de divulgação e fermentação desenvolvido nas seções.

II - COMISSÕES

Devemos tirar saldo das lutas conforme elas crescem. Os que assumam mais e se mostram mais acessíveis, devem ser organizados, fora, a parte, com objetivo de integrá-los no núcleo, para planejar a continuação desta luta e outras lutas, dividir tarefas, trocar experiências com outras fábricas e regiões (nível das inter-fábricas e oposição). Nesse passo de organização, mais ampla e mais estável, já temos funcionando uma comissão e uma na luta da fábrica.

A representatividade se dá pelo reconhecimento prático de liderança e não por eleição formal. A Oposição reconhece que o trabalho de organização das comissões de fábrica é um esforço inicial de organização independente e que essas comissões, uma vez formadas, só adquirirão uma maior representatividade (podendo vir a serem eleitas e reconhecidas por toda a fábrica) com o crescimento das lutas, numa época de assenso do movimento operário de massas.

Os núcleos e comissões são bases do movimento operário independente. Organizam as lutas, trocam experiências e encaminham lutas conjuntas. Devem agrupar por setor ou área fabril.

Com relação à Oposição, devem criticar erros, formular a linha, divulgar e discutir com os companheiros os boletins de Oposição, escrever para o jornal, levar adiante suas orientações, etc.

As comissões salariais. A campanha salarial é um momento sindical geral, que deve ser aproveitado para canalizar um debate sindical organizatório nas bases operárias, que aprofunde raízes nas empresas. As comissões salariais trazem a classe operária para dentro do movimento operário num mesmo problema para todas as fábricas, num mesmo momento. É claro que as comissões salariais vão ter uma dinâmica e um ritmo, e uma forma de agir adequada às condições concretas de cada fábrica.

A Oposição Sindical deve procurar centralizar esse trabalho, deve ter uma coordenação eleita na região e representativa de vários trabalhos de base; devem ainda manter contatos com outras categorias e outros locais do país, primeiro passo para criar organismo mais amplos, do movimento da Oposição, em nível estadual e nacional.

III – O SINDICATO OFICIAL E NOSSA ATUAÇÃO NELE

A oposição deve ter uma política definida de intervenção nos sindicatos pelegos, visando combater sua atuação desmobilizadora e desorganizadora. Como?

- 1) apresentando propostas próprias para encaminhamento dos trabalhos (nas campanhas e acontecimentos sindicais);

- 2) denunciando a estrutura antidemocrática e atrelada dos sindicatos, inclusive cortando as ilusões de reformar o sindicato com simples eleições de companheiros "autênticos";
- 3) divulgando sua "corta-programa" aos operários, com os seus pontos reivindicativos explicados e com uma plataforma de iniciativas (orientações para o trabalho).

Pontos:

- a) completa liberdade sindical e liberdade de organização nas fábricas
- b) direito de greve sem restrição
- c) fim do arrocho, aumento de salário a cada 5% do aumento do custo de vida
- d) maior segurança e melhores condições de trabalho
- e) estabilidade no emprego e salário desemprego mantido pelo INPS e empresas

As orientações são as formas definidas para lutar por cada uma dessas reivindicações, por exemplo:

- organizar comissões operárias nas fábricas para levar as lutas
- abaixo-assinado, tartaruga e paralisações do trabalho pelos interesses operários
- editar jornais e boletins sobre problemas operários e sobre lutas
- organizar movimento por aumento a cada aumento de custo de vida, etc.

Finalmente, a oposição precisa ter claro que a libertação dos sindicatos do atrelamento só pode vir dentro de um poderoso movimento das fábricas. E esse movimento se cria em cima de reivindicações concretas (econômicas ou sindicais na sua origem: salário, condições de trabalho, regime interno opressivo, etc.). A quebra da estrutura sindical será um dos efeitos desse movimento. Os sindicatos surgidos dessa quebra só terão em comum com os atuais sindicatos o nome, "Sindicato". Tudo ou mais será diferente: funções, atuação, liderança, estrutura.

Diretrizes para o Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica e nossa participação nas eleições

<http://www.lidas.org.br/osm/diretri.htm>

PELA FORMAÇÃO DA OPOSIÇÃO SINDICAL

_ A Oposição Sindical Metalúrgica No Momento Atual

A oposição está colocada diante do fato consumado do encerramento do prazo para apresentação da chapa, sem que tivesse apresentado nenhuma.

Por quê? Para responder é preciso ver que a oposição é essa, qual a força que tem, e o que ela quer atingir, quer dizer que objetivos tem.

Pois não foi tempo que faltou. Faltou clareza sobre o que fazer, mal se conseguiu fechar a plataforma de lutas, quanto mais os objetivos da atuação diante das eleições.

Criar o sindicato livre é o que todos queremos. Mas é isso o objetivo atual? Também (no) passado essa falta de clareza nos marcou e por isso hoje a oposição não é xisto, está dispersa, sem diretriz.

A oposição é metalúrgica, mas os metalúrgicos são antes de tudo operários e por isso os objetivos básicos da oposição tem que ser os interesses da classe operária, de acordo com as condições de luta que a classe operária tem hoje.

Ai está o novo problema. Enquanto a classe operária luta nas fábricas, aqui e ali, ora nesta seção, depois numa fábrica, mas sempre sem conseguir unificar suas lutas, não conseguindo assim atacar os seus interesses maiores, apenas resistindo muito esporadicamente aos abusos maiores da brutal exploração que sofre, então nós não podemos pretender criar o sindicato livre enquanto pendura essa situação.

Isso é a coisa mais evidente do mundo, com isso todos concordam e ninguém vê nisso novidade nenhuma. Mas então que conseqüências tem isso para o nosso trabalho? Aqui já começa a ficar menos evidente.

Quando por exemplo na época de tirar a chapa, se falou que ganhando as eleições (equivalia) a se trabalhar pelo sindicato livre. Não se estava levando em conta isso. Como se sua diretoria pudesse ampliar na marra as lutas operárias, unificar essas lutas, criar a pressão de baixo para cima e com isso romper o atrelamento.

Isso quer dizer que não devemos entrar na eleição? É claro que não. Devemos sim participar e se hoje não temos chapa foi pela nossa incapacidade de tirar uma linha clara de atuação.

Mas para isso então é preciso ficar clara uma linha de atuação assumida pela Oposição. Em primeiro lugar a Oposição deve colocar como objetos de lutas prioritários os interesses mais imediatos da classe operária e em segundo lugar as reivindicações econômicas e da categoria.

A luta contra o arrocho, pela liberdade de expressão, reunião e associação da classe operária, o sindicato livre, são lutas de toda a classe operária não apenas contra um ou outro patrão, mas contra toda a classe operária dos patrões que usa o organização de classe que é o governo.

Então essas lutas políticas que são interesses operários reais, que só interessam encabeçar a nossa plataforma de luta.

NAS FÁBRICAS

Em segundo lugar é preciso ver que é nas fábricas que deve estar a principal frente de lutas de oposições sindicais. As lutas são isoladas, não se unificam, só acontecem em cima dessa ou daquela motivação sem ligação entre si, no entanto mesmo sem ter a pretensão de querer mudar isso na base da cabeçada (o que sabemos que é errado), devemos apoiar, estimular e principalmente procurar elevar as lutas, uma luta por aumento não deve ser (por) qualquer um (índice), mas um índice acima do custo de vida, um índice contra o arrocho em cima disso colocamos a formação de comissão por seções mostrando a necessidade da organização livre da classe operária.

A proposta poderá não ser aceita, e em geral não será mesmo, pois na situação atual da classe pesa também a falta de consciência e com isso se prefere ficar com umas poucas migalhas do que levar as lutas mais a frente. Uma ou outra comissão que se tire, provavelmente deixará de ser representativa logo que a luta acabe, da mesma forma que ocorreu na Villares, que foi até uma luta de boa participação, uma das mais importantes.

Mas mesmo assim teremos atingido uma parcela de companheiros que por menor que seja é a parcela mais consciente e combativa. E então estaremos aglutinando esses companheiros, fortalecendo a Oposição Sindical. E muito embora isso não quebre o isolamento, a dispersão, não seria base representativa para a Oposição Sindical (e portanto para o futuro sindicato livre) mas mesmo assim representa um ACUMULO DE FORÇA nosso, da Oposição.

Então a participação nas eleições e campanhas serve para ampliar a nossa atuação, mesmo com um calendário imposto pelos patrões, e mesmo com o atrelamento e esvaziamento dos sindicatos.

NO SINDICATO

A nossa participação nas eleições e campanhas deve portanto obedecer a esses objetivos. Não podendo criar um sindicato livre de imediato, temos que saber tirar proveito de todas as situações para acumular forças. Para isso teremos que corrigir a nossa prática eliminando os erros do passado. Não erramos só em abandonar o trabalho de fábrica ou então em pretender criar bases representativas nas fábricas, que sustentassem a nossa atuação no Sindicato.

Erramos também na própria atuação no Sindicato, nas eleições e campanhas. No caso das eleições, pelas ilusões que se cria, tanto em 1972 como agora recentemente, no caso das campanhas ficamos às vezes abaixo ou ilegal (igual) aos pelegos.

Hoje se ganhamos uma eleição tanto melhor porque aí, em cima da nossa plataforma de lutas autenticamente operárias, teremos melhores condições para atingir mais companheiros. É certo que será muito provável a intervenção federal, porém para nós tudo isso é secundário: ganhar a eleição não é o nosso objetivo, a chapa é só o nosso meio de chegar ao objetivo.

VOTO EM BRANCO

Mas tudo isso deve servir para se ver o que fazer agora, diante do fato consumado dessa eleição em que não temos chapa: devemos tirar um manifesto defendendo a linha da Oposição, a plataforma de luta e em cima disso propondo o VOTO BRANCO, já que a chapa inscrita não representa a classe, é uma chapa que se prevalece do atrelamento, para defender os interesses dos patrões dentro da classe operária.

VOTO BRANCO e não nulo porque não estamos contra a participação nas eleições e sim contra a chapa inscrita. Porque não há nenhuma chapa operária. Será, mostrando isso, que participaremos da eleição.

_ A nossa plataforma de lutas

A plataforma é que vai mostrar uma oposição verdadeiramente operária. É lógico que não é só isso. Quem joga todo o trabalho em função de ganhar ou não a eleição, achando que ganhando começa a criar um sindicato livre ou é muito ingênuo, está totalmente por fora da situação da classe, ou então é demagogo, que defende isso, então vai desprezar o trabalho de fábrica vai trair os interesses da classe.

Mas a traição dos interesses vai aparecer na plataforma de lutas, seja omitindo as lutas que interessam à classe, ou então confundindo a nossa luta misturando reivindicações que não tem nada haver com a classe. Isso ocorreu com a proposta feita na Oposição em que entrava até a defesa do monopólio da Petrobrás!

Não podemos aceitar que se tenha que lutar pelos interesses de alguns patrões. Então os companheiros que fizeram esta proposta dizem que "temos que contar com os aliados" e outra coisas desse tipo. Ora, mas que aliados são esses que ainda não faz muito tempo, estavam bem unidos com os outros patrões, contra a classe operária?

Hoje há uma briga entre os patrões, mas isso é briga deles, cada um querendo lucrar mais que os outros. E é isso que vai enfraquecer a classe dos patrões, e vai permitir que nós unifiquemos as lutas da classe ou então criar um sindicato livre, acabar com o arrocho, etc.

Mas de demagogia nos estamos é cheios. Em 1964 foi a mesma coisa, e qualquer operário consciente que viveu a época já está cansado de saber, é a velha conversa. Os patrões brigam entre si e uma parte deles de repente aparecem como "protetor de fracos e oprimidos" e logo procura usar as lutas da classe para os seus interesses.

Mas o pior não é isso, o pior é que alguns companheiros ficam fazendo média com os interesses da classe misturando aí os interesses de alguns patrões.

A plataforma de lutas é operária. As lutas políticas que devem conter são os interesses parciais da classe operária. A política dos patrões é outra coisa. A liberdade que alguns patrões querem para melhor brigar pelos seus interesses (para abocanhar mais um pouco do bolo da exploração) é coisa que nós temos que denunciar, mostrar a maioria dos companheiros nas fábricas que vai nessa onda, que são esses mesmo que há pouco tempo estavam bem satisfeitos na época que o lucro satisfazia a todos.

Mas os patrões estão é fazendo a política deles. Pior que isso é alguns companheiros que vem propor (como fizeram há pouco tempo) incluir as "lutas democráticas" e "remessa de lucros" na plataforma de lutas operárias. Isto é fazer o jogo dos patrões, é trair os interesses da classe.

Temos que lutar é pela nossa liberdade, é pela liberdade da classe operária defender seus interesses.

Portanto nossa plataforma é:

a) Salários, condições de salário e luta contra o arrocho salarial:

- para que o salário se reajuste com o real aumento de custo de vida,
- para reaver o que foi perdido dos salários nos últimos anos,
- para um salário mínimo de acordo com as necessidades da família do trabalhador,
- por um aumento salarial que corresponda com o aumento de produtividade,
- pelas férias pagas em dobro,
- para que todo trabalho igual seja pago com salário igual,
- por um piso salarial para a categoria, mesmo os novos de emprego,
- contra as perseguições, maus tratos e injustiças dentro das empresas,
- pela diminuição do grau de insalubridade e pelo pagamento da taxa,

- pela revisão do FGTS a fim de dar estabilidade no emprego e impedir o desemprego constante,
- por um melhor atendimento do INPS e contra a exploração dos convênios.

b) Liberdade sindical:

- pela liberdade de reunião, associação e manifestação para a classe operária,
- contra a lei de greve,
- pela organização, desenvolvimento das comissões sindicais nas fábricas,
- por uma imprensa sindical livre,
- por um sindicato livre de órgãos de governo,
- contra as perseguições e prisões de lideranças operárias.

ORGANIZAR A OPOSIÇÃO SINDICAL

Temos que tirar uma linha comum do trabalho e em cima disso tirar uma posição diante da eleição atual que já faça avançar o nosso trabalho desde já.

Essa é a primeira coisa a fazer, mas não é a única. É urgente também organizar a Oposição Sindical, criar organismos por setor e uma coordenação.

A organização da Oposição no entanto deve ser coerente com a sua linha política. Por isso uma oposição sindical, autenticamente operária nas condições atuais, e que não é representativa e não encontra um apoio de baixo para cima e onde, por outro lado, os patrões ainda estão fortes (o enfraquecimento deles ainda não está permitindo uma unificação das lutas de classe), nessas condições portanto deve ter uma estrutura clandestina.

E nos lembramos da nossa experiência bem recente para ver essa necessidade. Mesmo numa situação em que a oposição existe só no nome, os patrões mostram como tratam uma oposição dentro da classe.

Teremos que cuidar para não misturar a nossa estrutura com a nossa participação legal nas chapas, campanhas ou comissões que se formam em lutas de fábrica.

Maio/75

A Questão da Unidade da Oposição Sindical

<http://www.lidas.org.br/osm/questao.htm>

INTRODUÇÃO

O movimento sindical, da mesma forma que o conjunto dos movimentos populares, superou a fase do descenso. As últimas greves de São Paulo (**representou**) o início de uma nova etapa da história do movimento operário brasileiro. É indiscutível que a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo teve um papel decisivo nesse avanço do movimento operário. O seu programa tem sido repetidos por todos aqueles que buscam interferir no movimento sindical. Não é por acaso que o próprio MDB, pressionado pelo crescimento do movimento operário, transformou o programa da OS na sua plataforma de ação sindical.

O movimento operário, no seu avanço, mostrou com muita clareza, a força e a fraqueza da OS. Pois não há dúvida que, ao lado de acertos, foram cometidos muitos erros. Mas hoje há uma grande transformação. Ao contrario de situações anteriores, hoje há um critério fundamental para a avaliação dos erros e acertos: a ação do conjunto da categoria. E dentre todos os ensinamentos da ação de grande massa de trabalhadores existe um que não pode ser negado: o movimento operário aponta para a necessidade da unidade.

Esta unidade será alcançada, mais fica patente que a sua construção não é uma tarefa fácil.

Atualmente ao contrario do movimento da classe operária, a OS enfrenta o grave problema das disputas e das incompreensões acerca de seu verdadeiro papel.

O GRANDE PROBLEMA ATUAL DA OS.

O grande problema atual da OS é a sua ruptura interna (**que**) traz o risco de dividi-la e incapacitá-la para a sua grande tarefa que é o prosseguimento de sua ação de organização e condução da luta político-sindical do movimento operário. Esta tendência é da maior gravidade. E que não se tenha ilusão, apesar da fragilidade da OSMSP, é da sua capacidade de superar o divisionismo em seu interior que vai depender, em grande parte, a alternativa geral para a nova estrutura sindical que prevalecerá na Brasil. Isto se deve a dois fatos elementares: os metalúrgicos de São Paulo que (**é onde**) a classe operária alcançou o maior grau de organização, capacidade de luta e de mobilização e, finalmente, conseguiu elaborar as proposições e produzir prática a mais conseqüente em função dos interesses da classe.

QUAL É A NATUREZA DO PROBLEMA?

O atual problema que se coloca é, fundamentalmente, da natureza política. Apesar de justeza de suas preposições básicas, a OS não conseguiu fazer face, com a eficácia, clareza e maturidade necessárias, às exigências do movimento de massas que resultou de sua ação. Envolvida por uma concepção ultrapassada de seu papel no interior do movimento operário, não teve capacidade para perceber o seu próprio avanço, e muito menos, o grau de avanço da classe operária. E não percebeu que os tempos mudaram, que a conjuntura global do país se alterou, e que essas alterações exigiam o cumprimento de tarefas novas. De maneira geral pode-se afirmar que a ação da OS durante os anos negros da ditadura foi uma ação de propaganda. O que faltou, durante o ano de 1978, foi o reconhecimento de que à sua ação de propaganda de um problema deveria se acrescentar, com absoluta prioridade, a ação de organização.

O problema é, então, de natureza político-sindical. Mas é impossível separar a política sindical da ação política mais geral. O movimento da sociedade define as alternativas da ação sindical e vice-versa. Mas o elemento determinado é o movimento global da luta de classes no país, de cuja luta de classes o movimento sindical é uma parte importante, mas não é a totalidade. A tarefa que se coloca atualmente é, pois, a de estabelecer, teórica e praticamente, uma justa definição da linha de ação político-sindical para OS.

Qual o caminho para se chegar a isso? Um primeiro passo é compreender o problema. No caso em pauta, trata-se de buscar a compreensão do processo histórico que resultou nas atuais dificuldades da OS, até que se possa chegar às proposições, encaminhamentos práticos e mecanismos organizativos necessários. O caminho para se chegar ao objetivo desejado não pode ser outro a não ser o amplo e democrático debate político-sindical no interior da OS e, num plano mais geral, no interior do movimento operário.

O que se pretende com este documento é contribuir para esse debate. Não existe nenhuma pretensão de apontar soluções. O objetivo é focalizar os problemas mais graves, colocar as questões e as indagações básicas. Mesmo porque hoje como sempre, a necessidade maior é de formular os problemas de maneira adequada, bem mais que antecipar respostas para falsos problemas.

A ESTRUTURA DO DOCUMENTO

Este documento divide-se em quatro partes:

1. Breve histórico do OSMSP
2. As dificuldades para a construção da unidade OS
3. Os caminhos da unidade
4. Os pontos básicos para estabelecimento de uma ação sindical unitária e democrática

1. BREVE HISTÓRICO DA OPOSIÇÃO SINDICAL

Este breve histórico da Oposição Sindical tem por objetivo apontar, nas suas linhas gerais, a evolução da proposta desde o seu nascimento. Evitar-se-ão referências a nomes e a fatos. É claro que com isso haverá perda de informações e a leitura poderá ficar pesada.

O SURGIMENTO DA IDÉIA

Quando da grande derrota da classe operária em 1964, e a conseqüente repressão e controle sobre a vida sindical por parte da ditadura instalada, imediatamente os sindicalistas mais combativos começaram a pensar nas formas mais adequadas para a retomada da luta. O debate que se abriu enfrentou imensas dificuldades, principalmente por que a área sindical era o alvo principal da ação repressiva do novo governo. Além do mais, a única força política organizada do meio operário tinha como proposta para os seus militantes na área sindical a pura preservação de posições onde quer que isso fosse possível, não importa a que preço. Contra esta proposta de preservar posições através do imobilismo levantaram-se algumas vozes, e foi dessa crítica que nasceu a oposição sindical. Para um número não desprezível de quadros sindicais de qualidade, a questão não se colocava em termos de preservação do espaço político através do imobilismo, mas sim, e isso é fundamental, recolocar a questão da luta sindical em novos termos. Para estes militantes tratava-se de iniciar, desde então, a luta por um novo tipo de sindicalismo, o que colocava a questão da estrutura sindical no centro dos debates. Essa idéia, que no começo passou apenas pela cabeça de alguns militantes, encontrou a partir de 1968-1969, condições para se traduzir em política sindical mais eficiente.

AS DIVERSAS FORÇAS E PROPOSTA NO MEIO SINDICAL ATÉ 1970

A idéia de luta contra a estrutura sindical não podia prescindir de uma concepção tática. Essa concepção tática tinha, nas suas linhas gerais, já em 1967-1968 os seguintes pontos centrais:

1. Qualquer luta contra a estrutura sindical deve ter como eixo a classe operária de São Paulo, ampliando-se como primeira prioridade para o Rio de Janeiro e Minas Gerais;

2. Qualquer iniciativa de luta contra a estrutura sindical deve centrar-se na categoria metalúrgica, por ser a mais numerosa, e mais organizada e por ter uma grande tradição de luta,

3. Qualquer iniciativa de luta contra a estrutura sindical vigente teria que passar também pela luta do interior da estrutura sindical oficial, na medida em que não se cogitava de criar um sindicalismo paralelo, mas sim uma alternativa para a estrutura sindical existente.

Essas posições encontraram, de início, serias resistências no interior das esquerdas. Como sempre, a luta sindical embaralhava-se com a luta política mais geral e, com isso, a proposta da Oposição Sindical defrontava-se com as seguintes proposições principais:

1. **isolacionismo** - característica principal dos movimentos católicos com implantação operária. Na época era o caso da JOC (Juventude Operária Católica) e da ACO (Ação Católica Operária). Esses movimentos organizavam os operários à margem de suas entidades de classe, se bem que em alguns casos localizados, propusessem a participação na luta sindical, mas essas exceções (cuja importância foi grande para o crescimento da Oposição Sindical) eram marcadamente minoritárias e, na maior parte dos casos, a posição desses movimentos era a de isolar os operários por eles agrupados da luta política ou da luta político-sindical.

2. **o foquismo** - designação genética de uma postura política que teve enorme importância entre a esquerda brasileira de 1967 até 1972. No geral, o foquismo é mais conhecido pela busca de ações armadas localizadas e pelo vanguardismo político. Mas até hoje ainda não foi estudada a importância que esta proposição teve no interior do movimento operário.

Na verdade o foquismo esteve presente, e ainda está, no movimento operário. A sua característica principal é atribuir um valor desmesurado às ações isoladas, buscando levar confrontações localizadas aos limites máximos, sem se preocupar com o crescimento horizontal da luta de classes. O exemplo mais famoso da luta foquista no meio operário foi a greve de Osasco, onde, numa conjuntura política nacional absolutamente desfavorável à classe operária, chegou-se até à ocupação de fábricas. Evidentemente o foquismo não poderia, na prática, colocar a questão da estrutura sindical como ponto importante de luta sindical, na medida em que desprezava qualquer preocupação com a visão do conjunto da relação de forças no interior da sociedade brasileira e, por isso, combatia a OS.

3. **imobilismo** - caracterizava um tendência importante do movimento operário, e cuja proposta sintetizava-se na idéia de ocupar um espaço no interior do aparelho sindical oficial, através da negociação de cargos e posições. O objetivo era conseguir uma quantidade suficiente de posições para, a partir daí, utilizar o aparelho sindical em função dos interesses populares. Evidentemente os que defendiam essa proposta não podiam aceitar as lutas contra a estrutura sindical como ponto central da ação político-sindical, combatendo a OS principalmente através da elevação (**divulgação**) de que esta propunha um sindicalismo paralelo.

Inicialmente a proposta da formação de uma oposição sindical que centrasse a sua ação contra a estrutura sindical resultou na arregimentação de alguns quadros sindicais que discordaram da proposta imobilista. O trabalho desses quadros orientou-se no sentido de atingir outros grupos que se formavam no interior do movimento operário, seja em decorrência dos sucessivos rachas que caracterizaram as organizações políticas, seja através de politização que tendia a atingir importantes setores operários vinculados à igreja católica. Esse processo ganhou consistência e se traduziu no trabalho realizado por quadros de origem política diversa, que encontraram a sua unidade efetiva no campo da ação sindical. É deste tempo que vem alguns dos atuais quadros conhecidos da Oposição Sindical.

As diferenças de origens, de posições políticas e até de estilo de atuação pessoal tiveram aspectos positivo e negativos, levaram a acertos e erros. Dentre os erros, o mais importante é o fato de que havia uma tendência generalizada de se confundir a nascente Oposição Sindical com o surgimento da organização política. Objetivamente a Oposição

Sindical era, já então, uma frente de tendências políticas, congregando católicos, marxistas, trabalhistas de esquerda. Este grupo, pressionado pelas organizações políticas que representavam outras tendências, acabou por assumir uma posição fechada como necessidade de se diferenciar no plano político – formal daqueles que criticavam. Essa burocratização de tipo partidário que despontava entre os militantes da Oposição Sindical acabou por criar dificuldades para a construção de uma frente mais abrangente de luta sindical, mas, ao mesmo tempo, consolidou um núcleo que possibilitou a difusão da idéia, e isso num contexto de violenta repressão.

Dentre os acertos há alguns que é preciso destacar. Em primeiro lugar, a elaboração da proposta.

Foi esse grupo que formulou e traduziu em prática, pela primeira vez, a necessidade de centrar as lutas contra a estrutura sindical. Em segundo lugar, e apesar das dificuldades, apontou o caminho real para o avanço das lutas sindicais: a constituição de uma frente no interior do movimento de massas. Foi com base nesse experiência que começaram os contatos com outros Estados, do que resultaram as sementes para as futuras oposições sindicais fora de São Paulo.

Nessa época já se impunha a resolução de alguns problemas até hoje penderes: capacitação de militantes sindicais, constituição de grupos de fábrica. E algumas iniciativas tiveram lugar, principalmente no que diz respeito à formação de militantes sindicais, através de cursos de capacitação político – sindical.

AS ELEIÇÕES SINDICAIS DE 1972 EM SÃO PAULO E A CHAPA VERDE

Foi dentro desse quadro geral que a Oposição Sindical resolveu participar das eleições do Sindicato dos Metalúrgicos em São Paulo. A Chapa Verde realizou uma campanha combativa, cujos objetos principais eram:

1. mostrar para categoria a necessidade e possibilidade de uma Oposição Sindical,
2. denunciar a estrutura sindical,
3. acumular experiência no plano de luta no interior do sindicalismo oficial,
4. criar condições para chegar à porta das fábricas para discutir com os companheiros para, posteriormente, após as eleições, retomar contatos.

A participação nas eleições foi de maior importância. O circuito de contato se ampliou e, após a campanha da Chapa Verde, a Oposição Sindical ganhou em dinamismo. Consolidou-se a confiança recíproca entre militantes de origem variadas, contatos com outros centros industriais foram intensificados. A Oposição Sindical do Rio de Janeiro estruturou-se e a Chapa da Oposição chegou a vencer as eleições do Sindicato dos Metalúrgicos, o que provocou intervenção neste Sindicato. Nessa época a Oposição Sindical colocava, já, as necessidades de entender sua atuação para outras categorias. Foi então que ocorreram as prisões de janeiro – fevereiro de 1974.

AS PRISÕES DE JANEIRO-FEVEREIRO DE 1974 E SEUS EFEITOS

Em fins de janeiro e começo de fevereiro de 1974 verificou-se uma onda de prisões em São Paulo e no Rio de Janeiro, atingindo profundamente a Oposição Sindical. Uma boa parte dos melhores militantes sindicais até então formados na luta foram presos e torturados. Aqueles que não foram presos tiveram a sua mobilidade restringida. As prisões duraram de um mês e meio a cinco meses. Como costuma acontecer, os militantes que saíram da prisão tiveram limitada a sua capacidade de ação. A repressão havia atingido, em parte, seu objetivo. Os que saíram da cadeia eram vistos como perigosos, no sentido de que podiam colocar em risco a segurança dos companheiros. Alguns eram evitados e eles mesmos evitavam comprometer companheiros.

Outros ficaram profundamente abalados, física e psicologicamente, e recuaram na sua ação. O resultado disso foi um recuo da ação na própria Oposição Sindical.

Mas as prisões no começo de 1974, se tiveram efeitos negativos, produziram, também, resultados positivos. Entre os resultados positivos vale a pena enumerar os seguintes:

1. um grande número de jovens militantes sindicais teve condições de levantar a bandeira da Oposição Sindical. Alguns deles em contato com aqueles que haviam estado na prisão, outros através de uma revisão crítica de sua ação anterior. O fato de que o núcleo inicial tenha sido momentaneamente imobilizado na sua ação político-sindical permitiu a formação através da prática de novos militantes sindicais de boa qualidade;

2. A idéia de uma política de ação sindical unitária assumiu uma nova importância. Primeiro porque o núcleo original da OS, ao perder a sua unidade orgânica de tipo pré-partidário, foi forçado, através de suas frações, a ampliar suas alianças no plano da política sindical.

Em segundo lugar, com o fracasso da aventura militarista, outros agrupamentos políticos, formalmente organizados ou não, começaram a se aproximar da Oposição Sindical e assumiram uma participação efetiva.

O período que vai das prisões de 1974 até meados de 1976 marca o ponto mais baixo do descenso e do estabelecimento de um patamar que marca o fim do descenso iniciado em 1974. É durante esse período que iniciativas da ação político sindical como as inter-fábricas articulam a sua ação com a ação da OS.

A partir de meados de 1976 a Oposição Sindical vai começar uma curva ascendente que vai culminar nas eleições de 1978. Essa etapa é da maior importância, pois é no seu interior que se definem as alternativas que se abrem hoje para a Oposição Sindical.

2. AS DIFICULDADES PARA A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DA OS

O FIM DO DESCENSO E O CRESCIMENTO ATÉ AS ELEIÇÕES DE 1978

A retomada da luta da Oposição Sindical, após a grave crise de 1974, somente foi possível devido ao fato de que um certo número de jovens militantes sindicais já estavam capacitados para preservar a proposta. É evidente que isso não ocorreu sem dificuldades. A experiência limitada desses jovens militantes, o tipo de influência política que haviam sofrido (o que era no geral característico dos anos turbulentos e irracionais do foquismo), a inexistência de um ensinamento da proposta no interior das fábricas, tudo isso levou a erros. O grande acerto, no fim das contas, foi a preservação de proposta. E foi somente quando o conjunto encontrou um certo equilíbrio interno que o movimento ascendente pôde ser retomado. A fragilidade da OS, neste período, tem na impossibilidade de lançar uma chapa de oposição nas eleições de 1975 no Sindicato dos Metalúrgicos o seu exemplo mais expressivo.

No plano interno da Oposição Sindical é preciso destacar três momentos fundamentais neste período: o momento da auto-identificação, o momento da luta pelo Programa da Oposição Sindical e, finalmente, o ganho de clareza a respeito da importância da organização de base para a ação sindical, e que foi cristalizado na proposta de lutar por comissões de fábrica.

O MOMENTO DE AUTO-IDENTIFICAÇÃO

A ação sindical unitária que se estrutura com a retomada da luta da Oposição Sindical em meados do ano de 1975 diferia profundamente daquela que havia começado a conduzir este trabalho até as prisões de 1974. A alteração da conjuntura política nacional, cujo alcance não era ainda muito claro para ninguém, propiciou o nascimento de muitos dos pequenos

grupos que resultaram dos "rachas" sucessivos do período foquista. Ao mesmo tempo, os militantes operários ligados a Igreja Católica e que haviam refluído para o movimento de inspiração confessional (agora não mais JOC e ACO mas principalmente as Pastorais Operárias), retomaram a ação sindical. Com tudo isso, a Oposição Sindical "inchou", do que resultou um artificialismo na estrutura interna. A organização dos setores que é de afinidade do que em critério de representatividade e de trabalho de base (**Deve-se entender: organização com base no critério de afinidade e não no critério de representatividade**). A composição da coordenação reproduzia esse artificialismo. A Oposição Sindical crescia, mas esse crescimento não era submetido ao critério básico de luta de massas. Isso era inevitável, na medida em faltava condições para sair de uma situação ambígua de semi-legalidade no caso da OS, além do que faltava ainda condições para eclosão de movimentos de massa. De qualquer forma, foi durante esse período que se produziram respostas para algumas questões que até hoje não perderam atualidade: a definições do papel da Oposição Sindical, por um lado, e, com base nisso, o estabelecimento do Programa de Oposição Sindical.

A luta de auto-identificação da Oposição Sindical girou em torno da seguinte questão: o que é e o que propõe a Oposição Sindical? Foi no interior desse debate que nasceu a proposta, hoje geral e difundida nacionalmente, da autonomia dos movimentos sociais face ao Estado. Essa questão é de radical importância, na medida de que representa um avanço em relação à proposição anterior (luta contra a estrutura sindical oficial), não porque suprime o proposição anterior, mas sim por lhe conferir maior amplitude, apontando para um caminho que vale não somente para a luta sindical, mas para todas as formas de organização popular. Essa formulação, que é tão antiga, como se vê, nasceu no interior dos debates da Oposição Sindical nesse período, e foi com base nessa proposição, ainda muito geral, mas extremamente clara, que começou o processo de consolidação da unidade da Oposição. E sem esse debate preliminar, ainda que geral, não teria sido possível chegar ao estabelecimento do Programa da Oposição Sindical, debate que marcou praticamente boa parte do ano de 1977.

A LUTA PELO PROGRAMA DA OPOSIÇÃO SINDICAL

Os debates decorrentes do estabelecimento do ponto central da proposta da Oposição Sindical, e que serviu para unificar tendências divisionistas em seu interior, traduziram-se no debate do programa. A partir do começo de 1977 o programa passou a ser reconhecido como necessidade absoluta.

Este debate foi ampliado progressivamente e reafirmou o projeto central na luta sindical na busca de um sindicalismo autônomo face ao Estado, introduzindo novos componentes de grande importância: os caminhos para o sindicalismo de base é realmente democrático e representativo e cuja a expressão mais geral são as comissões de fábrica. Além de pontos operacionais (direito de greve, pontos relativos ao trabalho da mulher, estabilidade etc.), o programa punha como pontos centrais a autonomia sindical, as Comissões de Fábricas e a livre negociação entre os patrões e operários.

Isso era inequívoco do avanço da luta da OS. Os problemas não eram abstratos: a questão organização nas fábricas passou a ser um problema concreto. E a grande vitória da OS verificou-se, curiosamente, fora dos seus limites de ação imediata.

Paralelamente a luta da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, as oposições sindicais de outros centros industriais (além de outras categorias) começaram a se movimentar. E o ponto de referência para todos, através de caminhos diversos, a OSMSP. Os programas defendidos e propagandeados eram reflexo dos pontos e do programa que a OSMSP vinha defendendo e propagando.

E outro fenômeno importante começou a destacar na vida sindical e que interferiu grandemente a OSMSP: os sindicatos de oposição. Este fenômeno recente, e que através dos dirigentes sindicais combativos com mandato tem se manifestado contra a estrutura

sindical oficial, também tem reproduzido, com pequenas variações, os pontos básicos do programa da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

O despontar desse sindicalismo de oposição no interior do sindicalismo oficial apontava para a existência anterior de fermentação nos meios sindicais. Mostrou que a bandeira exclusiva da Oposição Sindical, e mostrou também, que a luta que se travaria, a partir daí, já não se limitaria aos limites das denúncias da estrutura sindical. A partir dessa época, o que passou a estar em jogo era, como é ainda hoje, a qualidade da futura estrutura sindical brasileira. Tudo isso ficou muito mais claro durante o ano de 1978.

O ANO DE 1978 E A OPOSIÇÃO SINDICAL

A Oposição Sindical adentrou o ano de 1978 com a consciência do seu crescimento. Os diversos setores (apesar da artificialidade já apontada) passaram a ter uma vida regular, se bem que houvesse grande variedade na concepção do papel daquilo que se chamava de setor. Além disso, as disputas internas decorrentes de posições vanguardistas, seja de tipo foquista que supervalorizavam a luta ideológica, seja posições isolacionistas, tiveram sua importância prática reduzida, pois o ano se apresentava como de intensa atividade prática.

As divergências resultantes das diferenças de concepção política passaram para o segundo plano. Fatores importantes para que predominasse a unidade sobre a divisão foram, no plano da luta teórica, o estabelecimento do programa e, no plano da ação prática, a construção da chapa que viria a ser a chapa 3, assim como as graves de maio e junho.

Foi um período de intensa atividade e em alguns momentos parecia que a unidade seria posta em risco, como foi o caso das manifestações de 1º de maio. Mas o processo de constituição da chapa para as eleições no Sindicato dos Metalúrgicos, assim como a discussão do programa da chapa, isso tudo somado com a eclosão das greves no começo do ano permitiram a superação dos problemas.

Tudo isso ocorria num quadro nacional de alteração intensa da conjuntura política. A crise do "milagre econômico" intensificou a abertura política, recurso que o governo foi obrigado a utilizar para a busca de alternativas para os seus problemas crescentes. No que diz respeito a vida sindical, ficava cada vez mais evidente que as dificuldades para a manutenção da política da "arrocho salarial" exigia uma revisão da política sindical, sempre com o objetivo, tanto para o governo quanto para a burguesia, de encontrar os caminhos para o rearranjo institucional que permitisse preservar o essencial, sendo o essencial o poder político e o espaço político para a atualização do modelo econômico. Os empresários pressionavam o Governo para que este diminuísse o controle do Estado sobre a economia e, em decorrência disso, clamavam por uma revisão da estrutura sindical e pela ampliação da margem de negociação com os trabalhadores.

As grandes empresas multinacionais monopolistas, através de seu poder de repressão política, principalmente via Governo dos Estados Unidos, Alemanha, França e outros países capitalistas europeus, estimulados para repressão de seus próprios sindicatos que não viam com bons olhos a concorrência dos produtos mais baratos brasileiros (que aumentavam o poder de barganha das empresas contra o sindicato nestes países), também apoiavam a abertura. É evidente que estes governos, através das centrais sindicais de seus países passaram a intervir não somente no desdobramento do quadro político geral, mas também na vida sindical, procurando influir sobre as alternativas que se abrem para a reorganização da estrutura sindical brasileira. Cada tendência política e político – sindical passou a "investir" no Brasil, tentando criar bases para impor sua linha, quem sabe sua hegemonia no interior da futura estrutura sindical brasileira.

Essa mudança de conjuntura se traduziu, de maneira intensa, com a eclosão das greves do ABC. Quando a sua Scania parou, e foi aí que as greves começaram, dois fatos surpreenderam a OS: primeiro, que a repressão não matou a greve no nascedouro, através dos métodos tradicionalmente utilizados; segundo que o Sindicato de São Bernardo, e

depois do resto do ABC, deram sustentação as greves implantando na prática, a livre negociação entre patrões e empregados.

No começo de 1978 a luta sindical cresceu. A imprensa burguesa refletiu essa transformação da significação da luta sindical. As questões sindicais saíram das páginas policiais e das páginas de economia e passaram para as páginas de política nacional.

As greves chegaram a São Paulo e a sua propaganda foi rápida. As greves na Capital representaram um avanço em relação as greves do ABC, na medida em que resultam no surgimento das Comissões de Fábricas como representante dos trabalhadores nas negociações com os patrões. Tratava-se ainda, mesmo na capital, do modelo do ABC: negociações entre patrões e empregados e não negociação entre uma categoria operária com uma categoria patronal. A isso só se chegaria com a campanha salarial do fim do ano.

As greves e a campanha eleitoral misturaram-se e colocaram as querelas internas da Oposição Sindical para um segundo plano. A constituição da Chapa obedeceu a um mecanismo aberto, onde a confrontação entre as duas listas proposta foi decidida através da intensa participação. E a campanha, apesar do ativismo eleitoral que superou os objetivos de organização nas fábricas, resultou em danos políticos sindicais importantes.

Em primeiro lugar, a propaganda do sindicalismo unitário, de base e autônomo em relação ao Estado ganhou uma amplitude enorme. Em segundo lugar, ampliaram-se os contatos com as fábricas. Em terceiro lugar, consolidaram-se as comissões de fábricas nascidas durante as greves de maio e junho. Em quarto lugar tentou-se a capacidade de mobilização da Oposição Sindical, principalmente, durante a constatação da fraude que manteve Joaquim Andrade na direção do Sindicato e durante a briga pela anulação das eleições. Em quinto lugar, através da anulação das eleições e subsequente "intervenção branca" do Ministério do Trabalho, a OSMSP saiu da anterior semi - legalidade através da luta na Justiça, mesmo com o fim da campanha eleitoral.

O período que vai do fim da "intervenção branca" e o desencadeamento da campanha salarial de 1978 foi um período de perplexidade. A Oposição Sindical não teve condições para recuperar o ponto de vista organizativo, os ganhos da campanha eleitoral. E o que é mais grave, não se deu conta de que, através de greve de maio - junho e da campanha eleitoral, o programa da Oposição Sindical passou a ser programa de classe operária de São Paulo, estivessem ou não vinculados os trabalhadores, de maneira organizada, à Oposição Sindical. Em outras palavras, graças a ação da Oposição Sindical, desenvolveu-se um sindicalismo de oposição de massa em São Paulo e a Oposição Sindical não deu conta de que devia ser a coluna vertebral desse movimento de massas.

Isso ficou claro durante a Campanha Salarial de 1978. A ação da OSMSP pressionou a direção do Sindicato no sentido deste de tentar recuperar prestígio junto a categoria. O caminho para isso foi o de buscar a direção da mobilização em torno da campanha. Acontece que rapidamente a direção da mobilização passou para a Oposição Sindical, que assumiu as tarefas de propaganda e de organização, assim como passou a ser parte necessária nas negociações, já agora de tipo superior àquelas que deram durante as greves no começo do ano, pois eram, agora, entre categoria profissional e categoria patronal.

Foi durante a condução dessas tarefas que a fragilidade da Oposição Sindical ficou patente, pois diferentemente do que aconteceu com a direção do Sindicato, também foi superada pela ação de massas que soube desencadear. As vitórias e as perdas resultantes da Campanha Salarial, e que já foram avaliadas, assim como a perplexidade diante do avanço...

(falta a página de número 24).

...Os sindicatos de oposição, através da sua ação mostraram que a luta por um sindicalismo autônomo face ao Estado vai passar por caminhos bem mais complexos de que se podia imaginar até fins de 1976. Naquele tempo cabia pensar que o sindicalismo oficial ruiria e o seu lugar seria preenchido pela Oposição Sindical. Essa visão simplista foi desmentida pela

realidade. Hoje, mais do que nunca, esta claro que a luta pela nova estrutura sindical oficial passará a desempenhar um papel crescente. É fundamental reconhecer que hoje a Oposição é uma parcela (importante) do conjunto do socialismo de oposições que existe no Brasil. Estas constatações tem grande implicações práticas.

A reconstrução da unidade ameaçada da Oposição Sindical tem que se basear em alguns pontos centrais. Será uma luta difícil a que se resolverá ao nível da massa. Há uma série de erros e incompreensões do papel e das tarefas da OS em seu interior. Estes erros, e outros que porventura existam, devem ser combatidos, pois é desse combate que resultarão as linhas básicas para a construção da unidade. Foi assim durante a luta pela auto - identificação da OS, e foi assim, também, durante a luta pelo programa.

A primeira grande tarefa, e é a maior de todas, e é a superação do vazio que existe entre o movimento operário de massas e a estrutura de militantes sindicais mais combativos que a OS...

(falta a página de número 26)

... Se isso não for observado e traduzido na prática em formas da organização de qualidades crescente, assim como numa capacitação político-sindical cada vez mais eficaz e ampla, a unidade será ameaçada, e a Oposição Sindical, em vez de ser um instrumento de avanço do movimento operário em seu conjunto, será um instrumento de seu enfraquecimento.

É preciso fugir do isolamento em relação às massas. Isso é um perigo decorrente da falta da maior vinculação orgânica da OS com a grande massa de trabalhadores. Esta questão manifesta-se, na maior parte das vezes, através da utilização de um discurso radical (jogar Joaquim Andrade pela janela ou ocupar o Sindicato, durante a ultima campanha salarial, por exemplo) na aparência e em atitudes sectárias (como o caso dos que expressam suas posições através do jornal "o Trabalho"). Enquanto a vinculação com a massa de trabalhadores não for uma realidade ampla, esse tipo de erro tenderá a repetir, normalmente agora a tendência da conjuntura aponta para a maior tolerância das classes denominastes em relação a este tipo de ação.

Para que esses erros não assumam um peso muito grande (porque é impossível evitá-los de todo, afinal o radicalismo pequeno - burguês não pode ser extirpado do movimento operário), é preciso fortalecer o trabalho nas fábricas, através das Comissões de Fábricas.

As Comissões de Fábrica, no momento, representam o elemento fundamental para a construção de formas de organização autônoma dos trabalhadores, ao nível de bases. Com base na experiência até hoje acumulada, com seus acertos e erros, não é possível ainda definir formas gerais para a estruturação de comissões de fábrica. O processo recente de luta operária produziu formas variadas de organizações internas às fábricas, cada qual com seus aspectos positivos e negativos. Hoje cada situação é uma situação válida. A experimentação da massa na criação de suas formas de organização somente irá avançar se houver, primeiro: uma multiplicação dessas experiências de organização na luta; segundo: quando essas diversas experiências se defrontarem para que cada experiência particular seja colocada para o conjunto de classe, e esta só pode ser tarefa da Oposição Sindical na sua busca permanente de uma ação sindical unitária.

É preciso compreender que as comissões de fábrica não são células da OS, mas sim instrumentos de organização democrática dos trabalhadores da fábrica. As comissões de fábrica são instrumentos de organização do conjunto de massa e devem ser sua expressão real. As células, que podem ser de qualquer agrupamento político, não podem substituir o papel das Comissões de Fábrica, apesar de, existindo nas fábricas, agirem sobre as comissões, seja adequada ou seja inadequadamente. O que interessa, aqui, é afirmar que a confusão entre célula política e Comissões de Fábrica é um grave erro resultante da má compreensão das condições, exigências e características da luta de massas no campo sindical.

As Comissões de Fábrica passarão a representar, cada vez mais, formas de organização para a luta no interior do sindicato oficial. Além de elementos básicos de confrontação permanente com os patrões, o seu crescimento representa o fortalecimento dos instrumentos de pressão das bases sobre as condições sindicais, sejam estas representativas da estrutura sindical vigente, sejam estas de oposição. Caberá à Oposição Sindical o fortalecimento das Comissões, concebidas como formas primárias e fundamentais (mas não exclusiva) de organização autônoma dos trabalhadores.

É preciso evitar o erro que consiste na absolutização das Comissões de Fábrica. Elas são a base de toda uma concepção de luta sindical de base, mas não são o todo dessa concepção. As tarefas de organização horizontal da classe no que diz respeito a luta político – sindical, integrando fábricas diversas, bases territoriais diversas, categorias diversas, não podem se dar à margem das Comissões de Fábrica, é preciso só que se construam instrumentos adequados para o cumprimento dessas tarefas de articulação horizontal. Sem estas, as Comissões de Fábrica podem acabar sendo recuperadas pelo sindicalismo oficial no papel de modernizadores desse sindicalismo oficial. Como já se disse, fazer política só de base é ingenuidade e fazer política só de cúpula é vilania.

De maneira sintética, então, pode-se afirmar que o fundamental para a construção da unidade da OS deve passar pelo fortalecimento de uma ação sindical unitária tanto no plano estratégico quanto no plano tático. Essa ação sindical unitária deve se organizar com base num programa, cuja síntese mais geral é a Central Sindical Única dos Trabalhadores, e em estruturas organizativas adequadas.

Em relação às fábricas, essas estruturas organizativas são as Comissões de Fábrica. No que diz respeito aos setores, estes devem superar o artificialismo que os tem caracterizado, e devem buscar maior representatividade. Essa representatividade não pode ser burocrática e é preciso que esteja profundamente enraizada na realidade do movimento operário num quadro de repressão policial (decrecente mas sempre presente) e num quadro de crescente repressão patronal. Essas mesmas considerações valem para aquilo que diz respeito à coordenação.

Para que se possa chegar as soluções adequadas, é preciso evitar uma série de erros, dentre esses erros o mais importante e sempre presente (de forma variada) são: o culto do espontaneísmo, o isolacionismo, o doutrinário e burocratismo. Antes de pensar em cada uma dessas manifestações de erros, e bom lembrar que, em geral, eles não caminham sozinhos.

O culto do espontaneísmo manifesta-se na supervalorização do trabalho nas fábricas. Os companheiros que têm essa posição recusam a organização mais ampla dos trabalhadores, achando que isso é uma forma de criar "estruturas de cima para baixo". Essa formulação anda meio desacreditada depois das grandes mobilizações do ano passado, mas continua presente e pode ressurgir com grande vigor. E é bom não esquecer que esse tipo de visão unilateral pode mudar de fórmula, mas não de substância. Hoje, muitos dos companheiros que tinham essa posição assumem outras diferentes na forma e nos propósitos, mas que mantêm com o espontaneísmo uma característica comum: a visão unilateral dos problemas complexos.

O isolacionismo é outro erro comum, e que será difícil superar. Manifesta-se, em geral, pela organização de grupos à margem de conjuntos amplos, definindo mecanismos próprios, debates próprios, verdades próprias. É uma postura profundamente antidemocrática, na medida em que rejeita a confrontação, a circulação de idéias e de proposições. Normalmente é uma postura oportunista, pois se faz presente nas vitórias e lava as mãos quando há derrotas. Esta posição manifesta-se, em geral através de críticas que não diz respeito à ação do conjunto da classe operária, mas sim a outros grupos e até de pessoas. Quando da última campanha salarial essa posição manifestou-se até sob a forma de isolar companheiros de base do Sindicato (como aconteceu no setor sudeste, por exemplo) trata-se de uma postura que trabalhará para impedir (objetivamente) a unidade do movimento

de massas, pois sempre concentrará esforços na criação de instrumentos, propostas e mecanismo à margem do conjunto, servindo unicamente para o seu consumo interno.

O doutrinário é uma doença infantil do movimento operário com mais ou menos 150 anos. Muda de forma mas não muda no essencial. Manifesta-se na substituição da realidade por esquemas doutrinários abstratos que se tornam o referencial único da ação. Esse tipo de erro normalmente se traduz na ação de um número restrito de militantes, o seu campo de ação política são as estruturas criadas por outros. Foram pessoas com estas tendências que chamaram de traidores aqueles que não aceitaram o índice de 200% na campanha salarial de 1976, que decretam a falência da OS nas vésperas da greve de maio - junho e que agora levantam dedos para companheiros, acusando-os de traidores da classe operária. Essa tendência sempre terá espaço para se manifestar enquanto houver luta interna da OS à margem da luta de massas. Não produz propostas efetivas para a luta de massas, pois o seu universo é a luta localizada. O seu universo são as mobilizações e não o trabalho a longo prazo, o trabalho organizativo e formativo. (Hoje são os doutrinários que tentam manobrar no interior das instâncias de articulação / direção da OS visando à eliminação de companheiros para ganhar posições).

O burocratismo manifesta-se através da ênfase absoluta nas posições formais, de tipo administrativo, esse tipo de desvio tem duas facetas principais.

Uma primeira faceta, e normalmente está vinculada às diversas manifestações do tipo doutrinário, é aquela que tende a estreitar os limites do movimento de massas através de critérios de tipo ideológico, que tende a burocratizar o interior desses limites e, dessa forma, assumir as posições de direção através de práticas golpistas. Burocratizar para tomar, eis a síntese desse comportamento. Esse tipo de erro tende a isolar a OS do movimento do conjunto da classe, na medida em que, por um lado, estabelece uma separação ideológica entre os "bons" e os "maus", entre os que sabem e os que estão certos, por um lado, e, por outro lado, os que ou não sabem ou então sabem mais são conscientes traidores, e tudo isso a margem do conjunto da classe que ignora esse tipo de querelas. Os movimentos golpistas no interior da coordenação da OS, no atual momento, são manifestações típicas desse tipo de equívoco.

A outra forma de burocratismo é aquela que tende a investir na organização rígida de estruturas hierárquicas, no pressuposto de que os erros, em geral decorrem na falsa eficiência. Hoje esse tipo de erro tem pouca importância no interior da OS, mas não deixa de existir de forma latente.

Hoje em dia o risco é maior para a unidade da OS reside no doutrinário burocrático. Esta é uma corrente que é preciso enfrentar, na medida em que propõe uma solução falsa para a questão da melhor estruturação da OS. E a questão central, nesse plano, passa pelo problema de formalização da OS.

A formalização da OS é um problema complexo. A primeira pergunta, que normalmente não é posta, é a seguinte: formalizar o que? Pode parecer à primeira vista uma pergunta inútil, mas não é. Hoje em dia a OS está distanciada enquanto estrutura precária de militantes do amplo movimento de oposição sindical de massas que se manifestou durante a campanha salarial do ano passado. Formalizar burocraticamente essa estrutura de militantes sindicais, não significaria aumentar a distância que o separa do movimento de massas? Ou então esta estruturação não caminharia para a repetição do erro de antes de 1974, quando se confundiu a oposição sindical com uma nascente organização partidária?

Ora, a questão não é inútil e nem despropositada, na medida em que existem tendências no interior da OS, que propõe a sua transformação (implicitamente) num partido de trabalhadores. Dada as condições atuais da luta sindical no Brasil a representação desse erro (já cometido há bastante tempo) seria a decretação da falência da OS. Ou, ainda, a formalização excessiva e burocrática não daria razão aqueles que tem acusado a OS de querer construir no Brasil um sindicalismo paralelo?

O do sindicalismo paralelo ainda não foi superado, hoje dada as dimensões, a variedade e a força do movimento sindical que se estrutura em torno da proposição de um sindicalismo autônomo face ao Estado, a questão da formalização burocrática da OS é um grave risco. Cada vez mais é preciso saber combinar as formas de luta no e fora do sindicato oficial. Concebida com uma frente de massas, a formalização plena da OS somente poderá se dar no interior do próprio sindicalismo existente para reformulá-lo. É para isso que aponta o caminho da unidade, cujo eixo é a luta por um sindicalismo autônomo face ao Estado, com base num programa que é o programa da OS, e cujo objetivo geral é a Central Sindical Única de Trabalhadores. Formalizar dentro dos limites do necessário para que a articulação ao nível das bases possa crescer oficialmente e produzir os instrumentos organizativos que o seu crescimento impõe, eis o caminho. Se este não for seguido, a OS tenderá a circunscrever-se a círculos cada vez mais estreitos, numa luta interna que será uma sucessão interminável de ações golpistas, até que o ultimo pequeno grupo elimine o penúltimo, e tudo isso distanciado da massa de trabalhadores como foi a ação política dos grupos foquistas. É preciso evitar os golpismos, os rígidos cortes ideológicos, as polarizações inúteis. É este o caminho para a unidade.

Sendo um movimento de massas democrático, a OS deve ampliar a sua esfera de ação e de influência. E sendo um movimento sindical, deve ocupar a totalidade dos espaços da vida sindical. Desta forma é inconcebível que um militante da OS, também, **membro** do sindicato oficial. A ultima campanha sindical mostrou essa fraqueza da OS. A sindicalização em massa deve ser uma tarefa da OS, na medida em que é assim que a massa de trabalhadores poderá influir, em todos os níveis, nas decisões do interior do sindicato. A sindicalização em massa vai propiciar uma ação permanente que inclui organização, formação e orientação para os militantes da OS. É este um dos caminhos para que o último degrau da formalização da OS se dê, coma deverá se dar, no interior do próprio sindicato oficial. Pois quando a OS conquistar o sindicato, este deixará de ser um instrumento de preservação da atual estrutura sindical e passará a ser um formidável instrumento de construção de um sindicalismo autônomo face ao Estado, na longa luta pela Central Sindical Única dos Trabalhadores, que ainda está dando seus primeiros passos.

3. OS CAMINHOS DA UNIDADE

Os cominhos da unidade passam em primeiro lugar, pelo reconhecimento de que o objetivo final situa-se na conquista de um sindicalismo autônomo face ao Estado, profundamente radicado nas bases e sendo sua expressão seu instrumento efetivo e organizador na unidade do movimento operário. Os objetivos da OS situa-se no plano de construção de um sindicalismo unitário, democrático e profundamente enraizado nas bases e cuja a expressão geral é a Central Sindical Única dos Trabalhadores.

Dessa forma, a unidade não é contra Joaquim, José ou João. É contra a estrutura sindical vigente, o que implica a rejeição das concepções normalistas que tendem a atribuir aos pelegos, ladrões ou corruptos os defeitos da estrutura sindical. O objetivo não é substituir homens impuros por outro puros, pois a questão não reside aí. A questão reside na estrutura sindical, onde a corrupção é o lubrificante que mais amacia as engrenagens. O objetivo não é trocar o lubrificante, o objetivo é trocar o objetivo das máquinas.

O caminho da unidade passa, então, pela capacidade de articular as diversas formas de luta e, em particular articular as lutas pelo sindicato com as lutas contra a estrutura sindical. Essa é a forma de se evitar o moralismo, mas é também de se encontrar uma unidade no plano tático. A grande dificuldade para a consolidação da Oposição Sindical, enquanto o instrumento de ação sindical unitária, não reside no plano dos objetivos estratégicos, pelo contrario ai há mais unanimidade do que seria de se esperar. A grande dificuldade está na incapacidade de se estruturar uma proposta tática unificadora. Não que esta dificuldade seja intransponível. Mas é extremamente dificultadas pelos desvios apontados anteriormente e

que fazem parte da Oposição Sindical. Agora, que não se tenha dúvida: enquanto não se chegar a unidade em torno de objetivos táticos (eis o segredo da unidade durante a campanha eleitoral e as querelas durante e após a campanha salarial de 1978), a Oposição Sindical oscilará entre a divisão e a unidade de acordo com o calendário oficial para a vida sindical.

Mas a unidade da Oposição não passa só pela sua estrutura interna. Passa também pela sua capacidade de articulação com o conjunto da Oposição Sindical. Chegou o momento de resgatar uma das proposições que foram abandonadas após as prisões de 1974: construir a unidade com outras categorias além dos metalúrgicos. A unificação das oposições sindicais (químicos, gráficos, bancários, etc.) deverá ser uma tarefa da OS no sentido de criar, passo a passo, um sindicalismo unitário.

Finalmente, é da maior importância a afirmação explícita de uma posição de não alinhamento no plano internacional. Hoje em dia cada força sindical organizada em escala mundial busca interferir os rumos da vida sindical brasileira. Nessa interferência reside um dos maiores riscos para que o movimento sindical brasileiro consiga organizar-se unitariamente numa Central Sindical Única dos Trabalhadores. Não há dúvidas que já há forças tentando dividir o movimento sindical, com o objetivo de construir várias centrais sindicais. A forma de se lutar contra isso é a afirmação inequívoca do não alinhamento do movimento sindical brasileiro no plano mundial. Ao mesmo tempo reafirmar o interesse em preservar as relações bilaterais com quem se queira manter, desde que profícuas e democráticas.

Com base nesses pontos, torna-se necessário estabelecer um conjunto de objetivos de natureza tática que representem a síntese do compromisso político sindical que deverá servir de base para uma ação unitária.

4. OS PONTOS BÁSICOS PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA AÇÃO SINDICAL UNITÁRIA E DEMOCRÁTICA

A unificação da OS deve dar-se paralelamente com a busca da unidade com todo o movimento operário sindical que se articula (com imensa diversidade) em torno da bandeira da autonomia sindical face ao Estado. As enormes dificuldades para a construção dessa unidade não devem ser subestimadas. Dirigentes sindicais (eventualmente lideranças) com mandato e lideranças sindicais sem mandato sindical operam em circuitos diversos, são regidos (ou ameaçados) por instrumentos legais a ou repressivos diversos, tem opções de alternativas e de alianças de tipo variado. Mas a OS tem que enfrentar esse desafio, pois isso é parcela das tarefas inerentes à construção de uma ação sindical unitária em busca do novo sindicalismo brasileiro: autônomo face ao Estado, democrático, representativo, unitário e, finalmente, profundamente enraizados nas bases.

Para tanto, e preciso acrescentar uma outra tarefa: a luta da OS para preservação da sua autonomia face as diversas frações políticas e ideológicas. Movimento de massas democrático, a OS comporta em seu interior todas as correntes políticas, sejam organizadas em partidos ou não, desde que identifiquem com o seu programa. É perfeitamente legítima a luta interna, na medida em que as diversas proposições táticas devem se confrontar permanentemente. Mas é preciso que essa confrontação se dê dentro de determinados critérios pois, a não ser que assim seja, o objetivo unitário acabará por ser suprimido, cedendo lugar e conflitos da base sectária, grupista, estimulando a oportunismo e o golpismo.

Conforme se estabeleceu através da análise, uma ação sindical unitária e democrática não pode se basear somente em questões gerais ou então no estabelecimento de apenas alguns pontos de concordância no plano político. É preciso articular proposições gerais unitárias com um programa de ação a curto e médio prazos, programa esse que traduza em prática

imediate as proposições gerais. Articular estratégica com tática, eis o encaminhamento correto e duradouro.

PROPOSIÇÕES UNITÁRIAS GERAIS

O objetivo mais geral da luta sindical na Brasil é o estabelecimento de um sindicalismo autônomo em relação ao Estado, democrático e profundamente enraizado nas bases.

Esse objetivo geral encontra sua expressão mais ampla na luta pela Central Sindical Única dos Trabalhadores, e tem a sua expressão mais particular nas Comissões de Fábrica.

A Central Sindical Única dos Trabalhadores deverá se tornar a expressão mais geral na unidade dos trabalhadores no plano de luta sindical. As comissões de fábrica deverão vir a ser a expressão mais concreta da unidade sindical ao nível da base.

Hoje está claro que seria pura literatura tentar estabelecer um organograma para os níveis intermediários de organização sindical, isto é, para aquelas formas de organização que deverão ser constituídas entre as Comissões de Fábrica e a Central Sindical Única dos Trabalhadores (federações e confederações, etc.). mas se não é possível prever a forma da montagem do sindicalismo brasileiro do futuro, já é possível e necessário afirmar que ele deverá ser regido por critérios democráticos e representativos em todos os níveis.

Esse caráter democrático de luta sindical é da maior importância. Ninguém pode ter dúvida de que a luta por um sindicalismo democrático e unitário é uma parte importante das lutas democráticas no seu conjunto e, como não dá para compreender a parte sem o todo, também não é possível separar a luta sindical das outras formas de luta democrática (luta pela Anistia, pela Constituinte, etc.).

O CAMINHO PARA ALCANÇAR AS OBJETIVOS GERAIS

É preciso reconhecer que o caminho para alcançar os objetivos gerais da luta sindical passa pela capacidade de articular a luta pelo sindicato com a luta contra a estrutura sindical oficial.

Esta articulação implica no estabelecimento das diferenças entre o sindicato e Oposição Sindical, assim como passa, também, pelo claro estabelecimento das relações que a Oposição Sindical deve manter com o sindicalismo oficial no interior da luta por um sindicalismo autônomo em relação ao Estado, democrático e profundamente enraizado nas bases.

Apesar de suas contradições internas, para a classe operária brasileira o sindicato é o seu órgão representativo de massas. Isso ficou cabalmente provado pela massa durante a última campanha salarial, quando a categoria metalúrgica compareceu em massa ao chamado do seu sindicato, estabelecendo na prática uma clara distinção entre o sindicato e a direção pelega que se apossou dele.

O sindicato é reconhecido pela massa, e é preciso valorizar o sindicato enquanto organismo de massa da classe operária. Mas ao mesmo tempo é preciso saber trabalhar sobre as contradições do sindicato atual, resultantes da atual estrutura sindical. Dentre essas contradições do sindicato atual, resultantes da atual estrutura sindical há duas a se destacar:

a. o sindicalismo é um organismo de massas da classe operária cujo comando está nas mãos do Ministério do Trabalho, o que significa dizer que está nas mãos do Estado e das classes que controlam o Estado.

b. o sindicato oficial é um organismo de massas da classe operária mas a sua direção, nos diversos níveis (sindicato, federações, confederações) não representa democraticamente os operários e nem é responsável perante os operários. Na verdade, hoje as direções sindicais

são responsáveis perante as Delegacias do Trabalho, perante o Ministério do Trabalho, mas não são responsáveis perante suas respectivas categorias.

A representatividade é um objetivo a ser conquistado. Estamos plenamente convencidos de que somente se chegará a um sindicato democrático e representativo se houver um amplo trabalho de organização dos companheiros nas fábricas, através das Comissões de Fábrica. E para que a representatividade se transforme em pressão crescente das bases sobre as direções sindicais, é preciso que cada categoria em particular, e a classe operária em geral ocupe o sindicato. Só tem sentido a Oposição Sindical ocupar o espaço sindical se a massa ocupar efetivamente esse espaço. A ocupação do sindicato pela massa operária, eis o caminho correto para aguçar as contradições internas da estrutura sindical oficial. Na momento em que os companheiros das fábricas se inscreverem em massa no sindicato, através de uma campanha ampla e permanente de sindicalização ficará claro para todos que esta estrutura sindical tem que ser mudada. Entre outras coisas, e isso é só um exemplo, ficará claro que o sindicato não pode ser uma peça auxiliar do INPS, pois com o crescimento do número de associados os serviços assistenciais que os sindicatos assumiram, mas que devem caber aos órgãos previdenciários, serão ineficientes e insuficientes.

É preciso compreender de uma vez por todas que o sindicato, tal qual existe hoje, é o centro da luta pelo sindicalismo de que a classe operária brasileira necessita, só que o sindicalismo que queremos é aquele que vai das fábricas aos níveis mais gerais de organização e representação (a Central Única), e deste nível mais geral volta às fábricas, assegurando a participação permanente dos trabalhadores na vida de seu órgão representativo de massas.

O caminho para se chegar ao sindicalismo que queremos construir será longo e difícil. É da maior importância reconhecer que esta luta é parente do conjunto das lutas democráticas. Não se pode nem separar a luta sindical do conjunto das lutas democráticas, nem diluir a lutas sindicais nestas lutas. Não se pode repetir o erro de 1946, quando a redemocratização manteve a classe operária na camisa de força da estrutura sindical fascista, mas também não se pode cometer o erro de isolar a luta sindical do conjunto das lutas pelas liberdades democráticas, com as quais está ligada feito a unha com a carne.

O PAPEL DA OPOSIÇÃO SINDICAL NA LUTA PELOS OBJETIVOS GERAIS

A Oposição Sindical não pode ser confundida com um organismo de massas e nem com um sindicalismo paralelo. A Oposição Sindical é uma estrutura de militantes sindicais cujo objetivo é a construção de um sindicalismo autônomo em relação ao Estado, democrático e profundamente enraizado nas bases.

Como estrutura de militantes sindicais, a sua ação se dá no interior da fábrica e no interior do sindicato. O seu papel é planejar, organizar, e propor a luta sindical, sempre em estrito contato com o conjunto da classe. Organizar, planejar e propor a luta sindical é compreendido pela oposição sindical no seu sentido mais amplo, e que vai desde as lutas mais imediatas nas fábricas (lutas por melhores condições de higiene, por melhor alimentação, por mais segurança, etc.) até as lutas mais gerais pelas liberdades sindicais e liberdades democráticas.

Se o papel da Oposição Sindical é organizar, planejar e propor as formas de luta político – sindical, é preciso reconhecer que a execução, inclusive a decisão de execução dos programas não lhe cabe. A decisão da execução cabe a cada categoria em particular e o conjunto da classe operária, em geral.

PONTOS DE AÇÃO TÁTICA UNITÁRIA

Os pontos de ação tática unitária representam o conjunto dos objetivos a curto prazo. Esses objetivos devem ser compreendidos, sempre, como o desdobramento imediato das proposições gerais. Eles são ditados, então, por duas linhas mestras:

a. são ditados pela clara compreensão dos objetivos gerais da luta político – sindical;

b. são ditados pela realidade imediata da luta político – sindical.

O sindicalismo que queremos construir não pode ser uma coisa abstrata, uma coisa nebulosa e distante, e não será uma coisa abstrata se tivermos a capacidade de fazer com que cada passo dado seja efetivamente um avanço em direção ao sindicalismo que queremos construir.

Hoje a vida sindical tende a agitar-se cada vez mais. As proposições se multiplicam. Algumas dessas proposições são de interesse da classe operária, outras são contrárias aos interesses. Cabe a Oposição Sindical separar aquilo que interessa à classe operária para reforçar essas proposições na prática, assim como cabe a ela combater aquilo que não interessa à classe, sempre submetendo o seu julgamento ao critério da massa.

A nossa palavra de ordem geral, no plano tático, só pode ser uma: ocupar o sindicato. Isso significa, na prática, participar da luta e da vida sindical em todos os campos, para levar aos companheiros permanentemente uma alternativa de qualidade superior ~~aos companheiros~~.

Ocupar o espaço da vida sindical significa estar presente nos cursos de formação sindical que o sindicato oficial propõe, significa ir a colônia de férias, significa participar dos congressos, significa organizar os companheiros das fábricas para que participem da vida sindical.

Não se trata, porém, de simplesmente ocupar o espaço pelo espaço, de ocupar o sindicato pelo sindicato. Para a Oposição Sindical trata-se de ocupar esse espaço de maneira diferenciada daquela que é típica dos pelegos tradicionais ou mesmo de alguns dos diferentes (**militantes**) sindicais que tem se manifestado, por palavras ou por ações, contra a estrutura sindical vigente. O que diferencia a Oposição Sindical dos sindicalistas tradicionais é que nós queremos ocupar o sindicato através da dinamização da vida sindical ao nível das bases. Para a Oposição Sindical, ocupar o sindicato significa as bases ocuparem o sindicato para, a partir daí, mudar a estrutura do sindicalismo brasileiro. E é nesse sentido que a sindicalização em massa passa a ser uma orientação básica de luta sindical.

Outra orientação básica reside no seguinte: apoiar propostas corretas, venham de onde vierem e criticar as propostas incorretas venham, também, de onde vierem. É preciso acabar de vez com a postura infante - juvenil que se caracteriza em saber primeiro quem propôs para depois decidir a posição a tomar. A democratização da vida sindical vai tender a embaralhar cada vez mais os personagens, e vai exigir cada vez maior lucidez na capacidade de separar propostas corretas e incorretas em vez de pessoas corretas e incorretas. É claro que vai ser muito difícil que notórios pelegos venham a assumir posições que se identifiquem com os interesses da classe operária. Mas se, por interesse de sobrevivência político-sindical, alguns desses notórios pelegos encaminharem na prática alguma proposição que represente um avanço em direção ao sindicalismo que queremos, há que apoiá-lo.

A nossa luta é por um sindicalismo democrático e unitário. Isso exige que apoiemos as ações unitárias. No momento, e partindo de dirigentes sindicais com mandato sindical, pelegos ou não, existem duas propostas de grande sentido unitário: a unificação das datas – base e uma campanha inter-sindical pela unificação do salário mínimo nacional. Essas propostas devem ser valorizadas pois representam um passo à frente no caminho da ruptura do isolamento que hoje emperra a construção da unidade sindical.

Um grande número de propostas, entre as que foram aprovadas no último Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado em Lins, merecem um franco apoio da Oposição Sindical. É o caso, então, da unificação das datas – bases, do salário mínimo nacional, do 1º de maio unitário e de outras propostas de interesse da classe operária, e que representam, se postas em prática, a consolidação progressiva, se bem que parcial, da ação sindical unitária.

Merece especial atenção a proposta do Delegado Sindical da Fábrica. Essa proposta não pode ser combatida sem mais nem menos. Entendemos que a questão se coloca nos seguintes termos: se esse delegado proposto, estável e contando com todas as

prerrogativas da imunidade sindical, for indicado pelas bases através de um processo democrático, isso representará um enorme avanço em relação à atuação atual em que o sindicato paira acima das fábricas. Deve-se apoiar a iniciativa, buscando conferir-lhe conteúdo democrático. Mas não se pode, em hipótese alguma, entender o Delegado Sindical como alternativas para as Comissões de Fábrica. O Delegado sindical pode ser uma proposta para necessidade de uma representação da fábrica no sindicato, tal como este sindicato exige hoje. Mas as comissões de fábrica tem uma importância maior para o futuro pois elas são de expressão (atualmente frágil) da organização democrática dos trabalhadores nas fábricas, coisa que o delegado sindical, por mais combativo e representativo que ele seja, nunca poderá vir a ser. A Oposição Sindical não pode abandonar a bandeira das Comissões de Fábrica, pois estas representam a base futura para qualquer forma pensável de vida democrática do mundo sindical.

Na medida em que a ocupação do espaço sindical passa necessariamente pelas fábricas, é preciso reafirmar uma orientação geral que algumas vezes é esquecida na prática: valorizar as lutas específicas no interior das fábricas. É através dessas lutas específicas (que vão desde a reivindicação de melhor alimentação no refeitório até a parada por atraso de pagamento) que se vai realizar o aprendizado o mais elementar, mas também o mais fundamental, para a organização da grande massa de trabalhadores. E é através desse trabalho que o conjunto de militantes sindicais que é a Oposição Sindical que vai encontrar o caminho para a superação do fosso que a separa da grande massa de trabalhadores.

Em relação a isso é preciso retomar a luta pelas sub-sedes. Para uma categoria tão numerosa como as dos metalúrgicos de São Paulo, dispersa por fábricas agrupadas em bairros cada vez mais afastados da Rua do Carmo, a criação de sub-sedes é uma experiência para a participação real e permanente na vida sindical. Esse objetivo deve ser conquistado numa linha de coerência com o que se propôs durante a campanha da Chapa 3, e durante a última campanha salarial. A Oposição Sindical deve tomar iniciativa de intensificação da participação na vida do sindicato.

As questões importantes devem passar por discussões e liberações de assembleias sindicais, e a Oposição Sindical deve tomar a iniciativa da convocação de assembleias sempre que isso seja importante para o avanço da luta. Afinal, porque esquecer que, de acordo com os estatutos, um número determinados de associados tem o direito de exigir a convocação de uma assembleia?

Fica claro, então, que o caminho para a superação da distância que separa a Oposição Sindical da grande massa de trabalhadores não passa pela ilusão de um sindicato paralelo. A superação dessa distância passa isso sim, pelo trabalho paciente da organização no dia a dia da fábrica, passa pela capacidade de consolidar ações unitárias, passa pela capacidade de organizar, planejar e propor ações que a massa compreenda e reconheça como de seu interesse e, finalmente, passa pela capacidade de conduzir o conjunto dos trabalhadores a ocuparem na prática o seu organismo representativo de luta de massas que é o sindicato sem perder de vista, em nenhum momento, que o objetivo é a criação de um sindicalismo autônomo em relação ao estado, democrático profundamente enraizado nas bases.

Para tanto, enquanto estrutura de militantes sindicais, a Oposição Sindical deve ser capaz de produzir formas de organização adequadas para fazer face às tarefas que o movimento sindical lhe impõe. Estas tarefas são, fundamentalmente, de dois tipos. A primeira diz respeito à sua organização interna, impões do seu papel de organizador e planejador de lutas políticas – sindicais. Quanto a esta questão é bom lembrar que o modelo de organização não deve partir da cópia da organização da estrutura sindical vigente, mas sim deve ter como ponto de partida as palavras de ordem da Oposição Sindical. A organização da Oposição Sindical deve ter a finalidade primeira e fundamental de servir de instrumento para a concretização das palavras de ordem de interesse da classe operária. Por isso esta organização deve ser flexível como dever ser flexíveis as palavras de ordem.

A Segunda tarefa diz respeito a necessidade de ampliar constantemente o número de militantes sindicais em condições de fazer face às tarefas que são as tarefas da Oposição

Sindical. Para que isso seja alcançado da melhor maneira possível, é preciso organizar os novos militantes sindicais que desapontam na luta. Mas é preciso, também, colocar ao seu alcance instrumentos eficientes de formação e capacitação político – sindical.



Sobre Comissões de Fábricas

(Tese apresentada e aprovada no 3º Congresso dos Metalúrgicos de S. Bernardo)

<http://www.lidas.org.br/osm/comiss.htm>

COMPANHEIROS CONGRESSISTAS:

Esta é uma pequena contribuição da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo para o III CONGRESSO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO E DIADEMA e para todos os trabalhadores aqui presentes.

As nossas experiência, as nossas lutas, as nossas vidas são neste Brasil ainda muito desconhecido. Apesar de sermos todos metalúrgicos e trabalhadores. Uma coisa temos de comum, ninguém está vivendo bem. O país vai de mal a pior e não se fala de milagres como antes.

Em maio vocês pararam, foi o silêncio de fábrica por fábrica. Nos também fizemos o mesmo.

COMO FOI EM SÃO PAULO?

Quando começaram as greves os patrões não queriam falar com todo mundo junto em ASSEMBLÉIA DA FÁBRICA e tampouco em que fosse todos que decidissem. Não sabiam inclusive com quem falar para negociar.

Os patrões queriam falar com os poucos e ainda por cima queriam que estes poucos decidissem por todos. Em muitos lugares só a assembleia, feita durante a greve, decidia. Em outros só a comissão. Vimos que nos lugares que a comissão só negociava e a decisão era de todos a luta foi mais firme. Nas fábricas onde as comissões decidiam por conta própria a firmeza não foi a mesma. Por esta razão achamos que: A COMISSÃO DEVE NEGOCIAR E SÓ A ASSEMBLÉIA DE FÁBRICA DECIDIR.

QUEM ERAM OS PARTICIPANTES DAS COMISSÕES?

Todo mundo participou do faxineiro ao ferramenteiro. E por isso todos os problemas de trabalhadores foram vistos, alguns reivindicados na luta. A experiência mostrou que quanto maior for o número de seções representadas na comissão maior é a garantia de que todos os problemas serão enfrentados. Isto mostra que: NA COMISSÃO DE FÁBRICA DEVEM ESTAR REPRESENTADAS TODAS AS SEÇÕES.

COMO FOI O COMPORTAMENTO DAS COMISSÕES?

A maior descoberta das comissões foi que sua força aumentava muito a cada assembleia geral feita dentro de fábrica.

Outra lição tirada por algumas comissões foi que quando algum representante falha, tem que ser substituído por outro eleito.

Os melhores resultados foram obtidos quando a comissão foi formada por companheiros eleitos LIVREMENTE em todas as seções.

Os piores resultados foram das fábricas onde as comissões foram indicadas pelos chefes ou através de votações mal feitas.

Devido a isso achamos que: OS REPRESENTANTES DE SEÇÕES DEVEM SER ELEITOS LIVREMENTE E SEREM SUBSTITUIDOS A QUALQUER MOMENTO DESDE QUE SEJA ESTA A VONTADE DE QUEM OS ELEGERAM!

A COMISSÃO SÓ SERVE DURANTE A GREVE?

Não! Todas as greves que fizemos terminaram com o aumento do salário. Isso foi uma vitória. As outras reivindicações foram deixadas para resolver depois, entre a comissão e a empresa.

Ganhamos um aumento e algumas melhoras, mas isso não significou a solução dos nossos problemas.

Temos de manter nossos companheiros da comissão sempre firme para enfrentar os patrões. Isso só pode se dar com: A ESTABILIDADE PARA AS COMISSÕES E COM ASSEMBLÉIAS PERIÓDICAS NAS FÁBRICAS ONDE TODOS OS COMPANHEIROS POSSAM PARTICIPAR.

A COMISSÃO E O SINDICATO

Em quase todas as greves em São Paulo as comissões de fábrica mantiveram sua independência frente ao Sindicato.

Isso para os companheiros das comissões ficou bem claro. Por quê?

- _ O LUGAR DE ATUAÇÃO DA COMISSÃO É NA FÁBRICA;
- _ A COMISSÃO É ELEITA PELOS COMPANHEIROS DAS SEÇÕES;
- _ QUEM CONTROLA A COMISSÃO É A ASSEMBLÉIA DA FÁBRICA.

A COMISSÃO E OS DELEGADOS SINDICAIS

A existência das comissões não dispensa a necessidade dos delegados sindicais. Na comissão de fábrica pode-se escolher alguns companheiros que farão a ligação entre a fábrica e o Sindicato.

Esses companheiros eleitos pela comissão representarão a fábrica junto ao sindicato e garantirão uma nova estrutura de base para o Sindicato.

Depois da Primeira Greve Geral - 1978

1º CONGRESSO DA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO PAULO

<http://www.lidas.org.br/osm/1congre.htm>

TESES APROVADAS

REALIZADO DE 24 A 26 DE MARÇO DE 1979

I. OS SINDICATOS ATUAIS ATRELADOS AO GOVERNO

Antes de Vargas os sindicatos nasciam, cresciam e desapareciam acompanhando o próprio movimento dos trabalhadores. Depois da CLT a manutenção pelo Estado dos sindicatos oficiais (únicos permitidos) têm como objetivo evitar que se recriem as organizações sindicais independente, destruídas num momento de derrota.

- Os estatutos sindicais são aprovados em assembleias dos associados. Porém tais estatutos são antes padronizados pelo Ministério do Trabalho.
- Mesmo que o trabalhador não reconheça seu sindicato, é obrigado a sustentá-lo financeiramente através do imposto sindical, viga-mestra de toda a estrutura. Para manter as aparências, e facultativa a associação ao sindicato com carteirinha e tudo. Mas quem sustenta mesmo é o imposto sindical.
- A diretoria sindical para se manter três longos anos não depende do apoio dos associados. Depende do apoio do ministério, que repassa o imposto recolhido.
- Por isso faz 40 anos que a maioria dos dirigentes são corruptos, repressores de operários, inúmero deles são policiais, capazes de qualquer coisa para ganhar uma eleição.
- Os associados podem votar e serem votados para dirigentes. Porém antes são submetidos á peneira do Ministério, ao arbítrio do juiz da DRT e do delegado de policia política. Os eleitos depois de passar pelo funil são quase funcionários publico de confiança, sujeito a demissão do Ministério do Trabalho.
- Os sindicatos não têm qualquer base na empresa. Categoria com mil ou cem mil só pode ter mesmo diretoria de 24 membros. Não tem caráter democrático porque não consulta e não respeita a decisão da maioria.
- É proibida a formação de uma central sindical. O que permitem é a organizações de federações estaduais e nacionais de sindicatos de uma mesma categoria profissional, que não têm nenhuma autoridade diante dos sindicatos. A diretoria de uma federação é eleita pelas diretorias sindicais não tendo os trabalhadores nenhuma participação nisso.
- Ao sindicato é proibido organizar greve a não ser por atraso de salário, e só depois do aviso prévio aos patrões e autorização da "Justiça do Trabalho", o que significa a proibição total de greve. Recentemente foi reafirmado por decreto a proibição absoluta de setores inteiros de trabalhadores fazerem greve.
- Soma-se a isso tudo, o caráter eminentemente assistencialista do sindicato.

Como se vê este não é um sindicato que sirva ao trabalhador. A atual estrutura sindical foi criada pelos patões contra os operários e é por isso, uma estrutura sindical anti-operária.

O papel da Oposição Sindical é de dismantelar a atual estrutura e construir uma nova, independente dos patrões e do governo, a partir da organização de fábrica.

Deve ficar claro que combater a atual estrutura sindical não significa negar a importância da atuação dos sindicatos atrelados. Em certos momentos eles tem demonstrado que é um órgão que consegue mobilizar os trabalhadores que têm esbarrado nas diretorias pelegas e na estrutura atrelada, mas que podem levar as lutas importantes. Por isso, essas mobilizações podem e devem servir para a construção de um sindicalismo independente dos patrões e do governo.

É preciso ficar claro, também, que não podemos criar esquemas pré-elaborados, por isso o movimento operário tem apresentado uma criatividade que ultrapassa as próprias direções.

II. O QUE É A OPOSIÇÃO METALURGICA?

A Oposição Sindical nasceu da luta contra a estrutura sindical integrada ao Estado. Ela é uma frente unitária onde devem estar todos aqueles que lutam contra o Ministério de Trabalho, a favor de um sindicato independente e democrático.

Ela intervém dentro de um sindicato oficial e nas fábricas. O objetivo é sempre o mesmo:

- Mobilizar, organizar e conscientizar os trabalhadores na luta por seus interesses, seja nas assembléias, e nas comissões de fabrica, no inter-fabricas ou nos comandos de greve. Mesmo quando as oposições participam de um organismo do sindicato, comissão salarial, por exemplo, seu objetivo é criar condições para a ruptura com o atual sindicato controlado.

Assim o OSM não é um novo sindicato, mas é uma frente de sindicalistas que lutam por ele, orientando o combate dos trabalhadores, no sindicato atual e na fabrica.

O Movimento da Oposição Sindical em todo pais existe e vai continuar existindo, enquanto estiver na ordem do dia a unidade de todos na luta contra o sindicato independente. À medida que forem surgindo direções independentes e que pratiquem a ruptura com a atual estrutura, as oposições devem ir se unificando a elas, para centralizar a força dos trabalhadores. Esse processo irá crescendo até o momento em que os trabalhadores sentirem forças para fundar a sua Central Sindical. E isso não será conseguido com pedidos de ajuda às autoridades, sejam quais forem. Será na unificação das lutas dos operários entre as diversas categorias, referendada por um ato soberano, que os mesmos, reunidos em um congresso representativo de todos os seus organismos, que decidirão a fundação de sua Central Sindical Nacional.

Assim, a OSM luta por um sindicalismo independente, que em certa medida ela já pratica na experiência das Comissões de Fábricas. Luta-se por um sindicato independente do Ministério do Trabalho, cujo estatuto for definido pelos trabalhadores em assembléias. Um sindicato organizado pela base, apoiados nas comissões de fabrica. Um sindicato democrático, em que a base disponha de mecanismo de controle sobre a vida sindical, na mais ampla participação.

Um sindicato cuja sustentação financeira venha de contribuições e apoios conscientes dos sindicalizados, e de outras formas de arrecadação aprovadas em assembléias, e cuja direção seja renovada em eleições livres controladas pelos trabalhadores.

Mas a luta por esse sindicato não é uma luta isolada dos metalúrgicos. Ela é apenas parte integrante da luta de todos os trabalhadores, da cidade e do campo. Um sindicato metalúrgico independente só terá longa vida quando se apoiar na Central Sindical, independente dos patrões e do governo, mas muito unida aos seus companheiros de classe.

A forma que os sindicatos independentes assumirá somente poderá ser decidida livremente pelo conjunto dos trabalhadores.

III. PERSPECTIVAS PARA A OSM

A experiência de luta sindical do Brasil provou que é impossível eliminar o controle sobre os sindicatos simplesmente tomando a diretoria dos pelegos vendidos aos patrões. Algumas vezes, chapas de oposição têm se apossado dos sindicatos onde as diretorias estão caindo de podres, em quem nenhum trabalhador acredita nelas. A conquista de uma diretoria traz grande problema a Oposição. E quanto menos tenha ela organizado grupos nas fábricas ou nas empresas maiores serão seus problemas. Por quê?

Assim que se assume a diretoria, automaticamente se assume a direção e orientação das lutas diárias que acontecem na fábrica, assim como as lutas gerais de todas as categorias.

Perguntamos: até onde vai a luta e o controle do governo? Depende da vontade na nova diretoria ou da força real da categoria organizada nas fábricas? É claro que da categoria organizada.

A luta contra o controle do governo sobre os sindicatos só será possível com a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho. Toda luta, mesmo que seja vitoriosa, não vai ajudar muito se não servir para aumentar a organização da base.

Assim sendo o objetivo principal da OS é a formação da consciência operária independente e organizada e a sua tarefa mais importante da luta operária é: **antes, durante e depois** da tomada dos sindicatos das mãos dos pelegos, organizar os trabalhadores nas fábricas.

PROPOSTA DE LINHA DE AÇÃO PARA DIRETORIAS SINDICAIS COMBATIVAS

A TODOS OS TRABALHADORES COMBATIVOS PROPOMOS A SEGUINTE LINHA DE AÇÃO:

1. Organizar grupos dentro das fábricas e das empresas e, quando a situação for favorável, as Comissões de Fábricas e Empresas, exigindo o seu reconhecimento e estabilidade.
2. Unificar os diversos grupos e formar uma oposição sindical que tome o sindicatos dos pelegos, e continue a luta contra o atrelamento do sindicato do governo.
3. Unificar todas as oposições existentes e todas as diretorias sindicais combativas num amplo movimento nacional que organize os trabalhadores de forma independente, expulsando os pelegos de todos os sindicatos, e não respeitando as leis que controlam as atividades sindicais.
4. Elaborar e defender uma plataforma de luta nacional, que seja adotada por todas as organizações operárias, sindicais ou não.
5. Manter um debate nacional sobre a estrutura sindical e outras formas de organização do movimento operário.

PROPOSTA DE LINHAS DE AÇÃO PARA AS OPOSIÇÕES SINDICAIS

1. Criar todas as condições, se possível utilizando os recursos dos sindicatos, para organizar grupos de fábricas e as comissões de fábrica ou empresa quando a situação for favorável, exigindo o seu reconhecimento.
2. Criar associações culturais, e outras que permitem uma aproximação constante e facilitem a formação de setores de oposição baseadas em reuniões inter-fábricas.

3. Utilizar o jornal do sindicato, se possível, e manter um jornal próprio, amplo e aberto que se dirija a toda a categoria em todos os momentos levando o programa e orientações de Oposição.
4. Participar de todas as atividades sindicais sem perder em nenhum momento a visão crítica de suas limitações.
5. Concorrer com chapa própria em todas as eleições sindicais. Quando isso não for possível, e interessar a luta, fazer composição com membros da diretoria sindical, desde que esta composição se dê com base no compromisso de defesa a construção da organização independente e defesa dos interesses da classe operária.
6. Defender a aproximação e unificação de todas as oposições e diretorias combativas na luta pela organização independente dos trabalhadores sob uma plataforma comum.

PROPOSTA DE LINHA DE AÇÃO PARA DIRETORIAS SINDICAIS COMBATIVAS

Organizar grupos de fábrica e criar as comissões de fábrica ou de empresa quando a situação for favorável exigindo o seu reconhecimento.

Lutar para sejam reconhecidos os delegados sindicais eleitos pelos companheiros de fábrica.

Abrir sub-sedes rapidamente em todos os locais onde existem concentração de trabalhadores da categoria.

Desenvolver campanha de sindicalização permanente facilitando a associação.

Garantir o direito de voz e voto a todo trabalhador da categoria quando as decisões atingirem o conjunto da categoria.

Conduzir de forma democrática as assembléias, garantindo a livre expressão do pensamento, colocando em votação todas as propostas apresentadas.

Defender a aproximação e unificação de todas as oposições sindicais e diretorias combativas na luta pela organização independente dos trabalhadores sob um programa comum.

8. Apoiar todas as forças e organismo de trabalhadores que defendem e lutam pela conquista deste programa.

O Congresso aprova a convocação de todas as oposições sindicais para um encontro nacional, que tenha como objetivo:

- a) estabelecer uma articulação de todas as oposições sindicais e de todas as diretorias combativas e outras representativas de trabalhadores com o objetivo de;
 - b) estabelecer um programa de lutas comum e dirigir um debate nacional entre os trabalhadores sobre a organização sindical que queremos e sobre as formas de organização independente para o movimento operário.
-

COMISSÕES DE FÁBRICA

I. INTRODUÇÃO

A origem da proposta das CF está na própria história da classe operária brasileira. Antes de 1930 os trabalhadores já se organizavam dentro das empresas ou por ofícios. Com Getúlio Vargas mudou a direção do movimento sindical. Criou-se a atual estrutura sindical ligada ao governo.

Após 1930 as direções sindicais passaram a atuar de forma cupulista, deixando de lado a organização dos trabalhadores nas bases.

Depois da derrota do movimento operário em 1964, poucos sindicalistas tomaram a iniciativa da organização de grupos de fábrica.

A assimilação definitiva da proposta da Oposição (oposição à estrutura sindical) é que deu impulso para a multiplicação dos grupos e comissões de fábrica.

II. O QUE AS EXPERIÊNCIAS DESTES ANOS NOS ENSINAM

Vemos 2 tipos de militância dentro das empresas:

1. *Militância isolada*: São militantes conscientes nas fábricas, que fazem discussão, mobilização e organização com os companheiros.

2. *Grupo ou núcleo de fábrica*: É a união de companheiros combativos para planejar e fazer lutas dentro da fábrica. O grupo não aparece para a maioria dos operários e para a direção. Os operários identificam os militantes e não o grupo.

Com a criação de comissões de empresa, os grupos de militantes não desaparecem, continuando com o núcleo de atuação na fábrica.

III. CARACTERÍSTICA E OBJETIVO DAS COMISSÕES

As experiências desenvolvidas até hoje nos indicam o seguinte:

- 1) As comissões devem ser eleitas por todos os trabalhadores, com a representante de todas as seções. Estas comissões têm se mostrado mais firmes que aquelas indicadas em parte ou em todo pela chefia.
- 2) A comissão deve negociar. A decisão é da assembléia.
- 3) A assembléia da fábrica pode destituir a comissão e as reuniões por seções, o representante que esta satisfazendo. (Nota do CVM: Parece que aqui houve um erro de digitação. O sentido pretendido deve ser: O representante que não está satisfazendo pode ser destituído pelas reuniões por seção).
- 4) Os membros da comissão devem ter estabilidade de acordo com os interesses dos trabalhadores.
- 5) A comissão precisa ter seus próprios meios de sustentação: finanças, boletim, local, etc.
- 6) As comissões devem manter a sua independência em relação a atual estrutura sindical.
- 7) Varias comissões de uma região formam a inter-fábrica, cujo papel é definir melhor as funções das comissões baseado nas experiências. E junto com os demais companheiros encaminhar as lutas na região.

Desde o início, as comissões assumem a defesa dos interesses dos trabalhadores. Por isso são atacadas pelos patrões e pelos dirigentes sindicais pelegos. Os pelegos quando se colocam contra as comissões expressam a favor dos patrões e do governo frente a organização independente dos trabalhadores.

Várias tentativas de enrolar as comissões têm surgido. Por exemplo, transformá-las em CIPAS ou comissões partidárias.

As comissões de fábrica são hoje um divisor de águas. Quem está contra é contra o movimento operário e acaba defendendo a atual estrutura sindical.

Muitas comissões se mantêm só em grande época de mobilização. A experiência mostra que no fim deste período aumenta o número de comissões que se mantêm permanente. Este é o processo de experiência e lições dos trabalhadores através do qual vai se quebrando a estrutura atual e a sustentação, construindo o sindicalismo independente.

IV. AS COMISSÕES E O SINDICATO

Um sindicalismo nascido das comissões não é paralelo porque a atual estrutura sindical é contra os trabalhadores. As comissões são as sementes do sindicalismo de base, independente e representativo.

As direções sindicais devem estar prioritariamente a serviço das comissões e não o inverso. Quanto mais forte é a comissão, mais forte é a direção. A ligação das comissões com as direções sindicais deve ser vista em cada caso específico.

Em todos os casos, as comissões devem participar da vida sindical unidas com um conjunto de companheiros na fábrica.

V. A OPOSIÇÃO DIANTE DAS COMISSÕES

A oposição deve: propagandar a formação de grupos e comissões, mesmo onde não existam trabalhos de oposição. Deve lutar para que as comissões se tornem uma conquista de classe operária.

PROGRAMA DA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA

Os pontos ou reivindicação gerais levantados no programa, devem ser levados de forma acessível para a categoria toda.

I. SALÁRIOS

- Fim do arrocho
- Reposição de perdas de 73/74
- Reajuste trimestral conforme o aumento de custo de vida
- Salário mínimo nacional que satisfaça as necessidades do trabalhador
- Salário profissional
- Fim da carestia e pelo congelamento de preços
- Unificação da data-base das campanhas salariais

- Negociação direta com o patronato
- Acordos coletivos de trabalho
- Férias pagas em dobro
- Cumprimento das leis de equiparação salarial

II. CONDIÇÕES DE TRABALHO

- Lutar pela eliminação de horas extras
- Por 40 horas semanais no trabalho
- Controle de ritmo de trabalho pelas comissões de fábrica
- Controle dos trabalhadores sobre a segurança no trabalho
- Estabilidade no emprego
- A empresa seja afiliada a um só sindicato, que seja o principal ramo de sua atividade.

III. COMISSÕES DE FÁBRICA

- Organização e reconhecimento das comissões de fábrica
- Estabilidade para seus membros de acordo com os interesse dos trabalhadores.

IV- SINDICATO

- Campanha de sindicalização ampla esclarecendo o caráter da atual estrutura sindical
- criação de sub-sedes
- garantir assembléia para todos os metalúrgicos, mesmo os não sindicalizados
- realizar assembléia por regiões ou por fábrica
- fim do imposto sindical
- fim do estatuto padrão
- revogação da CLT
- Afastamento da diretoria do sindicato durante o processo eleitoral
- Fazer a votação num só dia, liberando o trabalhador do seu trabalho
- Ter urnas fixas: nas sedes ou locais cedidos
- A fiscalização controle e apuração sejam feitas por todas as chapas concorrentes, antes e depois das eleições
- Para efetuar o registro da chapa, exigir somente os seguintes documentos: carteira profissional e carteira de associado ao sindicato
- Que todas as chapas possam usar os recursos do sindicato
- mandato da diretoria seja de 2 anos e que possa ser reeleita quantas vezes a categoria quiser
- Lutar juntamente com outras categorias para derrubar a portaria 34/37 que regulamenta o processo das eleições sindicais

- A Oposição no processo de formação da chapa, deve basear-se na representatividade dos companheiros da chapa.

V. LIBERDADE

- Pela liberdade total e independência de organização sindical dos trabalhadores a partir das empresas
- pela criação de uma central única de trabalhadores
- pela liberdade de organização político-partidária dos trabalhadores
- pelo direito de greve sem qualquer restrição
- pela anistia ampla, irrestrita e o desmantelamento dos aparelhos repressivos
- apoio total e divulgação da luta pelo direito à terra para quem nela trabalha.

2º CONGRESSO DA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO PAULO

TESES APROVADAS

SÃO PAULO – 1980

1. Participação na vida sindical

- como combinar a atividade de base com a participação no sindicato
- campanha salarial
- campanha de sindicalização
- Eleições 81

1. Reafirmar a tese aprovada no I Congresso sobre as Comissões de Fábrica, acrescentando-se o seguinte na questão dos grupos e comissões de fábrica:

- Hoje a principal tarefa da Oposição Sindical, a nível de base, é a organização dos grupos de fábrica. O grupo de fábrica deve reunir os operários mais conscientes e combativos, tendo o papel de:
- Organizar todas as lutas e reivindicações da fábrica e promover agitação no interior das mesmas
- Impulsionar e participar dos comandos e inter-fábricas criados na categoria
- Impulsionar a criação e continuidade das comissões de fábrica.

A luta da OSM pelas comissões de fábrica deve ser uma prática permanente, mas deve sempre considerar concretamente a capacidade de cada comissão de se sustentar frente à repressão patronal.

A prática tem nos mostrado que as comissões não têm conseguido garantir seu reconhecimento e continuidade, sofrendo sempre a dispensa de seus membros.

Diante disso, devemos dar prioridade, para a organização de grupos de fábrica, que atuem clandestinamente, e que vão se orientando para a criação e continuidade das comissões de fábrica.

1. As tarefas principais da OSM são:

- Lutar pela formação dos grupos de fábrica: este será o eixo principal das lutas levadas pela OSM neste momento.
- Lutar pela formação e reconhecimento das Comissões de fábrica.
- Lutar pela formação das Inter-fábricas e inter-categorias.
- Lutar por uma diretoria combativa dentro do Sindicato.
- Lutar pelos comandos regionais e comando geral nos momentos de mobilização.
- Lutar contra a atual estrutura sindical atrelada.

1. Nas discussões dos grupos de fábrica, não abordar somente questões reivindicatórias, mas todas as questões que interessem a todos os trabalhadores, inclusive as questões ligadas ao controle da produção.
2. Os grupos e comissões de fábrica devem ser independentes dos sindicatos, partidos e oposições.
3. Os grupos de fábrica não devem entrar em bloco nas Comissões de Fábrica, eventualmente formadas. Esta atitude visa garantir o caráter fechado do grupo de fábrica e preservar seu trabalho de base.
4. A OSM deve promover debate interno e levá-lo posteriormente para toda a categoria, em cima dos seguintes pontos:
 - o papel das comissões de fábrica
 - articulação das comissões de fábrica com outros organismos
 - formação sindical e política dos militantes e grupos de base (sugestões: promoção de cursos, cadernos sobre estrutura sindical, confecção de boletins de apoio aos trabalhos de base).

1. Cada companheiro da OSM deve formar ou participar de grupo de sua fábrica, levantar e denunciar as condições de trabalho e problemas que lá existam e fazer um intercâmbio dessas denúncias em todas as fábricas possíveis.
2. Que os grupos de fábrica tenham meios de impressão e sustentação próprios.
3. Participar de todas as iniciativas do Sindicato, levando o pessoal organizadamente para defender as propostas de Oposição.
4. A oposição sindical tem como centro de sua atuação a criação, desenvolvimento e fortalecimento das organizações independentes dos metalúrgicos, com o objetivo de criar uma nova estrutura sindical independente e autônoma. Sua ação passa principalmente pela atuação nas fábricas e regiões fabris, pela atuação na atual estrutura sindical atrelada e em todas as atividades que atinjam os companheiros de base. Negar a atuação no atual sindicato e propor a construção de um sindicato estruturado é irrealismo. Somente a justa articulação entre o trabalho de base nas fábricas com a intervenção organizada, no sindicato atrelado, fortalece a organização dos trabalhadores e cria condições para a destruição da atual estrutura sindical atrelada.
5. Luta pela reconquista das sub-sedes.
6. Luta contra a divisão dos sindicatos.
7. Manter a denúncia sobre:
 - pelegos e "carrapatos"- esta denúncia deve ser feita através da luta sindical como também no dia-a-dia.
 - Justiça do Trabalho
 - Assistencialismo no sindicato.

ORIENTAÇÕES DA OMS/SP PARA A CS/80

1. Buscar a unificação da luta com outras regiões e categorias; procurar imediatamente contatos com o ABC, têxteis, bancários, gráficos, químicos, etc. inclusive trabalhadores do campo; articular com as oposições de Osasco, Guarulhos, visando uma condição unificada da luta.

Levar a outras categorias, que não têm data-base em novembro, a proposta de greve de solidariedade.

2. Fazer uma pesquisa nas fábricas para definir índice de aumento, formas de luta e pauta de reivindicações.

- Começar a preparar a campanha a partir de agosto através de:
- Reuniões nos setores, por fábricas
- Assembléia da OSM
- Assembléias regionais nos bairros, com outras categorias
- Convocação de reunião com todas as forças de oposição para o começo de Agosto

O comando deve ser o resultado de um processo de mobilização e organização pela base, que culmine no seu reconhecimento pelos operários do setor ou de toda a categoria.

O trabalho, visando organização de GFs., e também a campanha salarial, deverá iniciar-se imediatamente nos setores, promovendo-se reuniões por fábricas, onde se discutirá, principalmente, os problemas de cada fábrica, relacionando-os com os problemas mais gerais da categoria e da classe (alta do custo de vida, desemprego, sindicalismo, etc.), e com as formas de organização dos metalúrgicos.

Emenda á proposta numero 2:

É importante também que a categoria tenha claro a relação de forças existentes e as dificuldades que tenha de enfrentar na luta contra os patrões e governo.

Durante nossa campanha salarial, a Oposição deve lutar pela organização da categoria para enfrentar os patrões. Neste processo, devemos lutar também pela unificação com outras categorias. No entanto, estando presentes as condições para decretação de greve em São Paulo, devemos decretá-la, pois, ela pode ser arma para que outras categorias se mobilizem.

1. FUNDO DE GREVE

- Organizar e incentivar a formação de um fundo de greve do tipo de São Bernardo.
- Incentivar todas as formas de fundo de greve apoiado nos bairros, associações de trabalhadores, etc.
- Organizar fundo de greve por fábrica.

CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO

A campanha de sindicalização deve girar em torno das necessidade concreta da categoria:

- Fortalecimento das formas de organização dos trabalhadores (GF, etc.)
- Ter uma visão crítica da estrutura sindical e anti-pelega em cima de ações concretas que coloquem para a categoria a importância de sua presença no sindicato para impor seus interesses de classe.
- Estar subordinada ás lutas concretas, como por exemplo: campanha salarial e outras.
- A Oposição se mantenha dentro do "Movimento de Oposição Met. Para Reconquista do Sindicato".
- Que dentro desse movimento leve as conclusões desse Congresso.
- Que a oposição tenha nessa frente de trabalho o eixo tirado neste Congresso (Campanha Salarial).
- Que nossa política dentro do movimento seja unitária.

- Que, compreendendo que esse movimento é uma frente de trabalhos sindicais, a Oposição mantenha sua independência de ação naquelas questões e pontos onde o conjunto dessa frente não aceite assumir.

ADENDO: Esgotar todos os esforços para encaminhar o trabalho unitário e, em último caso, apelar para a coordenação. Só em último recurso caminhar sozinhos, levando á frente as decisões do conjunto.

ELEIÇÕES 81

A campanha eleitoral de 81 deve ter como objetivos:

- assumir a direção do Sindicato, mas continuar fazendo lá dentro oposição á estrutura sindical, pois a questão não é apenas ser diretoria mas muito mais uma alternativa á classe.
- Não devemos participar das eleições só com objetivo da vitória eleitoral, mas ter a preocupação com o trabalho de base que será levado durante a campanha. Conquistar o espaço que o sindicato oferece para uma maior mobilização da categoria.
- A campanha deve ter um caráter democrático, não pode ser feita na base do conchavo; os elementos da chapa devem ser realmente representativos. Os critérios para escolha dos elementos da chapa devem ser: combatividade, atuação nas assembléias e trabalho de fábrica.
- A campanha e o movimento devem desenvolver critérios de representatividade pela base, de forma que tenha mais peso no seu interior os trabalhos sindicais que tenham maior crescimento juntos a base.
- Os componentes da chapa devem ser indicados pela assembléia das fábricas de cada setor, (onde existam grupos ou comissões de fábr.) e depois eleitos em assembléias gerais.

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA CAMPANHA ELEITORAL

Sistematizar um programa visando as eleições de 81, que coloque os problemas concretos da categoria. O programa a ser apresentado deve ser tirado em reuniões de fábrica e assembléias de setor, para que haja maior participação das bases e que seja representativo.

Eleger uma comissão para preparar a eleição de 81, fazendo levantamentos por setores de fábricas, elaborando o material de divulgação e contato com entidades.

RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES

- Fazer um trabalho de conscientização nos setores sobre o significado das eleições e o que representa ganhar as eleições etc.
- Os setores devem usar como tática queimar todos os militantes, visando as eleições de 81.
- Denunciar a tentativa de divisão dos sindicatos e levar uma proposta de sindicato único da Grande São Paulo. Ao mesmo tempo ir preparando a formação da CUT independente.
- Desde já, dividir os militantes da oposição pelas fábricas, cada militante deve se encarregar por uma fábrica e, pelo menos até novembro, a mesma fábrica.

- Promover encontros mensais entre os setores de Oposição, visando preparar a Campanha.
- Fazer manual prático para atuação dos militantes da Oposição nas eleições de 81.

3º CONGRESSO DA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO PAULO

<http://www.lidas.org.br/osm/3congre.htm>

Realizado nos dias 24 e 25 de maio de 1986

APRESENTAÇÃO

Passados seis anos do 2.º CONGRESSO - julho de 1980 - a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo realizou nos dias 24 e 25 de maio de 1986 seu 3.º CONGRESSO.

Durante todo este período a Oposição seguiu as orientações definidas nos dois primeiros CONGRESSOS. Tanto em 1981 quanto em 1984 a chapa lançada pela Oposição foi vitoriosa nas fábricas. No entanto, as nossas forças não foram suficientes para afastar do Sindicato os agentes da política de conciliação de classe.

É sabido que a luta pela construção de uma direção classista na categoria metalúrgica de São Paulo não é apenas uma luta dos militantes da própria categoria, mas é uma tarefa de todos militantes da CUT de norte a sul do Brasil. Ao longo de nossa história, além de enfrentarmos o poder do Estado e das forças reacionárias, enfrentamos também toda a sorte de oportunismos que vão desde as alianças de forças políticas, ditas revolucionárias, com o peleguismo até os carreiristas que fundaram "oposições" de última hora com objetivos puramente eleitorais.

Manter a bandeira da Oposição Sindical Metalúrgica permanentemente hasteada custou muitos esforços e inclusive, a vida de vários companheiros assassinados pela ditadura militar.

Para nós as decisões do nosso 1.º CONGRESSO em março de 1979 se constituíram num marco importante de nossa trajetória. Desde aquela época a Oposição se definiu como uma frente de trabalhadores permanentemente organizada que atua dentro e fora da estrutura sindical oficial com o objetivo de destruí-la e de criar uma nova estrutura a partir de organização nos locais de trabalho.

O momento atual exigiu de nós mais um esforço no sentido de precisar nossas definições, avançar para novos caminhos e responder aos desafios da conjuntura. Por isso o Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOSM-SP) realizou um esforço de elaborar um conjunto de teses que passou por muitas discussões e por fim foram debatidas por 105 delegados de reuniões de fábricas onde foi escolhido um delegado por cada cinco participantes e de reuniões regionais (onde foi escolhido um delegado por sete participantes).

Estas reuniões envolveram participação de mais de 500 trabalhadores de nossa base. As resoluções que ora publicamos são o fruto deste esforço. Pretendemos levá-las amplamente para a nossa base e divulgá-las entre dos os nossos companheiros cutistas de outras categorias com o objetivo de recebermos contribuições e podermos aprimorar os caminhos de nossa luta.

**Coordenação do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica SP
maio de 1986**

CONJUNTURA E LUTAS

1. O MOVIMENTO OPERARIO FRENTE A "NOVA REPÚBLICA": DA RECUSA AO PACTO AO ENFRENTAMENTO DO PACOTE

A inauguração do governo Tancredo-Sarney significou uma nova forma de dominação da burguesia no Brasil. Essa mudança faz parte de um plano mais geral da burguesia internacional, como resultado dos fracassos sofridos pelo imperialismo norte americano no último período histórico encerrado com as derrotas na Indochina.

A vitória no Vietnam e Camboja, somados à crise do capitalismo à nível mundial, foram reveses impostos ao imperialismo que mostraram a incapacidade das ditaduras militares em garantir, a longo prazo, os interesses dos grandes monopólios internacionais e de assegurar as suas alianças internas nos diversos países sob o seu domínio. O imperialismo adaptou sua política de dominação à nova realidade, substituindo as ditaduras pelas "democracias controladas".

Nessa perspectiva, os monopólios refazem e ampliam suas alianças internas nos diversos países, procurando isolar o movimento sindical e popular do restante da sociedade. Substituem a repressão feita à base do cassetete e da cavalaria pela prática repressiva de corromper e dividir, fazendo algumas concessões secundárias para manter intactos seus interesses centrais.

No Brasil vivenciamos esse processo através da "abertura democrática" e, posteriormente, com o advento da chamada "Nova República". Se no regime militar a dominação se fazia fundamentalmente através da coerção das armas, agora a burguesia, ao exercer diretamente o poder político preserva seus instrumentos de violência armada e utiliza mecanismos "clássicos" para impor o seu poder e o seu sistema econômico. Passa a atuar fundamentalmente através dos seus partidos políticos revitalizando o Parlamento; faz a luta ideológica através dos meios de comunicação incutindo os seus valores sociais; usa a sua propriedade dos meios de produção para tentar aniquilar a organização dos trabalhadores e reforçar os seus agentes no interior do movimento, buscando uma cooptação para o seu projeto político: o pacto social.

O primeiro ano desse novo regime encontrou uma parcela importante dos trabalhadores desenvolvendo o processo de organização independente em relação à burguesia e seu governo.

A Central Única dos Trabalhadores com pouco mais de um ano de fundação já mostrava a vontade das classes trabalhadoras de lutar e se organizar sem o controle dos patrões. E, no plano partidário, a existência do Partido dos Trabalhadores revelava um avanço na conquista da independência política de classe.

Após uma primeira fase de relativo isolamento - que coincide com o fim do movimento pelas Diretas Já e a ascensão da Aliança Democrática - o movimento operário retoma as mobilizações e realiza em 1985 mais greves do que no último ano da Ditadura. Os trabalhadores mantêm a combatividade: conquistam o início da recuperação salarial, a redução da jornada de trabalho e avançam na qualidade das campanhas salariais, que começam a adquirir o sentido de campanhas de classe contra classe. Ao mesmo tempo se dá um vigoroso crescimento da CUT, derrubando-se um pelego a cada quinze dias, sendo reconhecida nas fábricas e constituindo-se na principal referência de organização dos trabalhadores. É nesse processo que o movimento operário classista enfrenta e derrota a política do pacto social.

Mesmo não sendo um resultado definitivo, neste primeiro round os trabalhadores saíram vitoriosos.

O primeiro ano da "Nova República" mostra um avanço na luta dos trabalhadores somado à uma crescente frustração com as promessas eleitorais do novo Governo. A grande votação

nos partidos que se apresentaram como oposição, e influência das (...) particularmente PT, demonstrou (o avanço) das lutas sociais e dos trabalhadores sobre o conjunto da sociedade e um desgaste pronunciado do Governo.

O GOVERNO BAIXA O PACOTE

Diante dessa dificuldade de realizar a transição conservadora, o Governo procura retomar a iniciativa política. Em um ano de eleições para a Constituinte que embora restrita implica em riscos para a ordem burguesa, o assenso do movimento dos trabalhadores vinha se mostrando uma ameaça à estabilidade da "transição". Isso porque o movimento dos trabalhadores se preparava para enfrentar não só a exploração e a opressão localizadas, mas o conjunto da política da burguesia.

Utilizando uma reivindicação do movimento operário e popular - o congelamento de preços - o governo decreta o fim da reposição salarial mantendo as perdas provocadas pela Ditadura e pelo começo da "Nova República". Com isto procura reorganizar o sistema financeiro para permitir melhores condições de acumulação do capital.

IMPACTO INICIAL E DESDOBRAMENTOS

Por mais impacto popular que tenha causado e reacendido expectativas de setores das massas com relação ao Governo, é preciso distinguir não só o momento do impacto dos momentos que vão se seguir a medida que o pacote for se desnudando, como também se entender os novos desafios postos ao movimento operário classista.

Em primeiro lugar, o pacote é sentido pelas massas pelo lado do consumo, isto é, do congelamento. Em seguida é que aparece o seu sentido de fundo, pelo lado da produção e das condições extremamente vantajosas para o capital que ele busca criar.

Assim, é preciso ver que o congelamento tem função política e não econômica de gerar aceitação popular do pacote, mas é incompatível com o funcionamento de mercado num prazo maior. Por isso é um congelamento temporário, limitado, e mais do que isso, não vem acompanhado de medidas de controle do sistema financeiro e da produção. O sistema financeiro continua livre para definir seus preços (taxas de juros, serviços) e a produção capitalista livre para definir seus custos (redução de salários, aumento da exploração, rotatividade, demissões). E, mesmo em termos de circulação de mercadorias, não há a menor garantia contra o surgimento do mercado negro e de sabotagens patronais.

Mas, uma vez decretado, o congelamento mostra a possibilidade de controle da sociedade sobre a economia, só que não num sistema capitalista. Abre-se então uma via de contestação a partir do momento em que começar o descongelamento, que remete para a própria discussão do controle social e dos trabalhadores em particular sobre a produção e a circulação dos produtos e serviços.

AS CAUSAS REAIS DA CRISE ECONÔMICA

O pacote econômico do Governo Sarney não atinge as causas reais da crise econômica. Ao contrário, o que ele faz é encobrir essas causas, ou seja, procura dar a "solução" possível da burguesia para a sua crise econômica e seus problemas para a implantação da nova ordem política.

Assim, dois pontos centrais continuam intactos: o pagamento da dívida externa e a estrutura de propriedade da terra. **A cada sete anos o total dos pagamentos de juros externos equivale ao total da dívida externa, significando a necessidade do nível de arrocho deixado pela ditadura e mantido pelo pacote. No campo, 12 milhões de trabalhadores e posseiros não têm acesso a terra, porque esta é usada para gerar, com sua produção, divisas externas e porque é mantida a estrutura celular da propriedade.**

O enfrentamento do pacote exige não só a luta contra os seus efeitos e a generalização do confronto com o conjunto da política econômica do capital, mas também a contraposição global da determinação dos trabalhadores como solução real para os problemas vividos pela grande maioria da população.

2. AS CONDIÇÕES PARA A RETOMADA GERAL DAS LUTAS

Com o pacote, o Governo procurou inverter a situação em que o movimento operário e popular tinha a iniciativa. Ao mesmo tempo em que o governo busca colocar o movimento de massas na defensiva, tenta criar um clima de "união nacional" na opinião pública - um clima de substituição dos conflitos de classes por conflito entre consumidores e vendedores.

A retomada de iniciativa das lutas operárias e populares exige um duplo esforço. De um lado, o enfrentamento dos efeitos do pacote, ou seja a manutenção do arrocho, do desemprego e a rotatividade. É preciso entender que as condições de existência dos trabalhadores e da maioria da população não foram alteradas, pois isto é uma consequência lógica do capitalismo. De outro lado, mais do que os efeitos imediatos do pacote, é necessário enfrentar o regime político que as classes dominantes querem estabilizar, para garantir a tranquilidade do seu sistema econômico.

A conjuntura atual tem a característica central de ser um momento em que enfrentamos iniciativas gerais da burguesia. Por isso é importante o movimento operário se armar com projeto global.

Esta tarefa, que envolve não só a CUT mas também os partidos políticos da classe, significa antes de tudo o esforço para que a perspectiva das lutas se oriente para uma alternativa independente de classe em confronto com as alternativas das classes dominantes.

Tomando-se em conta as questões acima, a retomada das lutas dos trabalhadores passa pelas seguintes condições:

- _ ampliação e consolidação das organizações nos locais de trabalho
- _ divulga, esclarece sobre a nova situação política e econômica do país;
- _ tirar o movimento sindical do isolamento assumindo propostas para a sociedade como não pagamento da dívida externa e a melhoria das condições de saúde, moradia e transporte.

3. A ALTERNATIVA DOS TRABALHADORES

A alternativa dos trabalhadores para a sociedade é o Socialismo. Enquanto a burguesia procura canalizar para si e para dentro do seu sistema econômico e conjunto das reivindicações e propostas dos trabalhadores, nós sabemos que as "soluções" que apresenta só têm o sentido de reforçar a exploração e a dominação de classe. Por essa razão as soluções que propomos têm o sentido de fazer avançar a consciência dos trabalhadores e nos momentos do enfrentamento mais geral procuramos confrontar as exigências dos trabalhadores com os limites políticos da democracia burguesa e os limites políticos do capitalismo.

Devemos assinalar em cada greve a derrubada da lei anti-greve, em cada luta e mobilização o exercício de uma democracia que vai além do permitido pelas leis e pela polícia da "Nova República".

Às reivindicações atuais de salário e emprego ligamos as propostas de mudança mais geral como a negação ao pagamento da dívida externa e a reforma agrária radical, pois elas dão dimensão das transformações que nossas reivindicações exigem. **Nosso objetivo, portanto, é sempre manter e aprofundar os rumos em que vem se desenvolvendo**

o movimento operário formando um todo alternativo à política das classes dominantes, e o de cada vez mais ter uma política de classe e não corporativa e economicista. Desta forma retomar as lutas vinculando-as ao crescimento político e organizativo do movimento, criando condições para que uma nova conjuntura de mobilizações e de confronto de projetos de classes seja estabelecida, e que esta coincida com o momento de processo constituinte.

4. PLATAFORMA DE LUTAS E CONSTRUÇÃO DA ALTERNATIVA DOS TRABALHADORES

Procurando concretizar o sentido geral da retomada das lutas destacamos três grandes aspectos que devemos desenvolver:

a) A resistência ativa frente ao pacote. Campanha Nacional de Lutas.

- Salário e emprego para todos; estabilidade no emprego.
- Recuperação das perdas salariais impostas pelo pacote, reposição de 23% nos salários dos Metalúrgicos.
- Nenhum trabalhador pode ganhar menos que salário mínimo real.
- Índice definido pelo DIEESE.
- Manutenção do congelamento de preços e garantia do abastecimento.
- Reajuste automático a cada 5% de inflação.
- Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.
- Salário-desemprego para todos os desempregados.
- A esses pontos da Campanha Nacional de Lutas devemos agregar outros que significam a melhoria das condições de vida e que permitam uma ligação do movimento sindical com o movimento popular.
- Transporte gratuito para os desempregados, melhor qualidade dos transportes e estilização com controle popular.
- Assistência médica sob controle da população.
- Direito de moradia e fim da especulação urbana com a reforma urbana radical.

b) Avançar na construção do poder operário e na luta pela liberdade de organização.

- Consolidar a estrutura horizontal da CUT através do fortalecimento das zonais.
- Conquistar um espaço de organização nas fábricas; estabilidade para todos os trabalhadores com mandato eletivo representantes da CUT, Sindicatos, Comissões ES CIPAS); direito de atuação e permanência no interior da fábrica.
- Conquistar o controle da produção pelos trabalhadores e o fim do segredo contábil das empresas.
- Liberdade e autonomia sindical: revogação do Título V da **CLT e aprovação da Convenção 87 da OIT.**
- Denúncia e punição dos assassinatos de trabalhadores do campo e das milícias patronais, denúncia das perseguições e de missões de lideranças dos trabalhadores.

c) Luta por transformações sociais com perspectiva (do) socialismo.

- Não pagamento da dívida externa.

- Reforma agrária sob controle dos trabalhadores.
- Estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores.
- Ligar o conjunto das lutas à conquista da democracia e ao fim da exploração, expressar o projeto alternativo de classe nos momentos de generalização das lutas e no processo constituinte.
- Denúncia do Congresso Constituinte, exigindo uma Constituinte exclusiva, livre e soberana; participar na Constituinte desmistificando o processo e discutindo as questões do movimento sindical como liberdade e autonomia sindical, etc.

5. CAMPANHAS, MOBILIZAÇÕES E PREPARAÇÃO DA GREVE GERAL

Buscando transformar as lutas mais mediatas em movimento unificado dos trabalhadores, e buscando desenvolver neste processo uma intensa atividade de organização, devemos combinar nossa participação em três campanhas:

- A Campanha Nacional de Lutas puxada a nível nacional pela CUT e desdobrada pelas zonais e regionais da CUT.
- A Campanha Salarial Unificada, que tem seu início antecipado para julho é que deve ter desde já o propósito de se ligar a campanha dos metalúrgicos da CUT (interior e ABC).
- Mobilização. Permanente por regiões e integração das lutas sindicais e populares.

Nas regiões devemos desenvolver a resistência ao pacote e a construção dos organismos dos trabalhadores, no interior das empresas e nas zonais da CUT. Esta é uma atividade permanente para **manter** a combatividade dos trabalhadores, sua capacidade de compreensão frente à ofensiva dos meios de comunicação de massa e a formação de novos contingentes de ativistas vinculados à proposta geral da CUT.

Ao mesmo tempo; devemos resgatar o esforço de ligação com o movimento popular no sentido de romper o isolamento que o Governo quer impor ao movimento operário e sindical. Assim retomamos a proposta de realização das assembléias regionais conjuntas do movimento popular e sindical.

Nesse processo o objetivo é criar condições de mobilização para que o enfrentamento dos trabalhadores ao pacote e ao conjunto da estrutura patronal se dê unificadamente a nível nacional. Assim, apostamos na construção das condições para uma greve nacional, voltada para a conquista de mudanças de profundidade e para a afirmação da alternativa dos trabalhadores. Ao mesmo tempo coloca-se a tarefa de avançar no crescimento da CUT como central de massas e como direção classista de todo o movimento.

A preparação da Greve Geral deve ser feita para o segundo semestre, envolvendo na Campanha Salarial Unificada **todas** as categorias. A Greve Geral depende de um trabalho massivo nas fábricas e da participação da CUT. Ela deve ser preparada desde agora procurando estabelecer marcos e datas importantes no calendário de lutas. O processo de deflagração da Greve Geral será estimulado pela Campanha Nacional de lutas.

A CONSTRUÇÃO DA CUT

1. A CONSOLIDAÇÃO DA CUT COMO CENTRAL DE MASSAS E COMO DIREÇÃO CLASSISTA

Três anos após seu congresso de fundação a CUT representa uma enorme vitória dos trabalhadores brasileiros. Hoje a CUT é reconhecida por amplos setores de trabalhadores urbanos e rurais, ampliou sua base em termos de novos sindicatos filiados e a adesão de novas oposições que constantemente se organizam para lutar contra a estrutura sindical e as diretorias que seguem uma política de conciliação de classe.

A CUT vem colocando na prática os princípios que defende: a independência de classe, a democracia, a luta contra a estrutura atrelada.

A consolidar a (**consolidação da**) CUT significou ter em conta algumas questões.

A luta pela independência de classe e por uma estrutura sindical entra em nova fase, mais acirrada que a anterior. Em primeiro lugar, porque os trabalhadores enfrentam agora um poder da burguesia melhor preparado que o da ditadura nos seus últimos anos; e em segundo lugar, porque também enfrentam no interior do movimento a central fundada pelo bloco pelego - reformista, a CGT.

A organização dos trabalhadores como classe também entra em nova fase, representada pelo avanço das lutas e das mobilizações conjuntas dos trabalhadores. Essa nova fase de lutas precisa se expressar de forma orgânica interior da CUT.

Os trabalhadores enfrentam não só à repressão policial e econômica, mas também ofensivas políticas da burguesia e do governo. Frente a elas coloca-se a necessidade dos trabalhadores representarem sua alternativa para a sociedade.

As tarefas hoje de construção da CUT podem se resumir em quatro grandes desafios:

- consolidar a CUT como central de massas;
- construir uma estrutura sindical desatrelada do governo;
- avançar nas lutas gerais dos trabalhadores preparando as condições para à greve geral;
- lutar para construir um sindicalismo que não seja unicamente reivindicatório-economicista, mas que aponte em cada luta para a destruição da exploração de classe.

2. A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NA CUT

A ORGANIZAÇÃO HORIZONTAL

a) Sindicato por ramo de atividade econômica

Queremos um sindicato forte para o enfrentamento das lutas. Por isso propomos:

_ filiação dos trabalhadores de empresa ao sindicato que represente a atividade econômica principal da empresa. Desde já a CUT deve orientar para que os trabalhadores de uma mesma empresa se desfilem de seu sindicato e se filiem ao sindicato principal como forma de concretizar na prática esta proposta;

_ aglutinação de associações profissionais afins: exemplo: trabalhadores na área de saúde, na área de educação, de transportes, etc. Desde já avançar em lutas comuns como unificação de campanhas, unificações próprias e comuns;

_ aglutinar áreas geográficas próximas. Trabalhar no sentido de fundir sindicatos que cubram áreas geográficas próximas a partir de decisões em assembleias comuns.

b) A representação sindical na fábrica

Defendemos uma representação sindical escolhida proporcionalmente ao número de trabalhadores, eleita votada pelos sindicalizados com a função de representar o sindicato junto aos trabalhadores e os trabalhadores junto à vida sindical. Desde já incluir nas negociações com a patronal a reivindicação de uma representação sindical na empresa para consolidar na prática a proposta.

(Obs.: não confundir a representação sindical com a Comis. Fábr.)

c) As zonais

A consolidação da CUT como central de massas deve significar a existência de uma relação direta e organizada com sua base. Isso se dá de duas formas: através da representação sindical na empresa, que organiza verticalmente a categoria; e de instâncias que unifiquem todos os trabalhadores de uma determinada área. Em São Paulo as chamadas "zonais" e no ABC são os chamados "comandos de base".

Essas zonais ou comandos de base servem para unificar e organizar horizontalmente as categorias pela base, aglutinando todos os trabalhadores de áreas geográficas próximas para travar a luta conjunta naquela região. Esta é uma experiência das mais importantes que reflete a organização sindical que queremos, sem barreiras **cooperativas**, voltadas para a luta e para a organização nos locais de trabalho e de concentração de trabalhadores. Por isso consideramos que todos os sindicatos Filiados à CUT e todas as oposições da CUT devem estar presentes.

Uma central sindical de massas e democrática necessita ter organismos de base que expressem a unidade da classe e todos os trabalhadores. Por isso propomos que a experiência de São Paulo seja amplamente divulgada no interior da CUT.

ORGANIZAÇÃO VERTICAL

A nova realidade da CUT exige que encontremos uma estruturação vertical das categorias que melhor favoreça a luta geral dos trabalhadores. Para nós essa organização deve:

- **estar subordinada à estrutura mais geral da CUT e à sua direção;**
- **articular diretorias de sindicatos e oposições da CUT;**
- **ser uma estrutura voltada para a luta.**

E para conquista de hegemonia na CUT na categoria que organiza. Desde já as categorias devem se organizar verticalmente para levar as lutas intermunicipais, interestaduais e nacionais.

3. Filiação A CUT

O problema de filiação à CUT deve ser visto sob três perspectivas:

- filiação coletiva;
- filiação pessoal;
- construção da CUT através do processo de lutas.

Na filiação coletiva através dos sindicatos, onde as direções são comprometidas com a CUT, deve-se promover amplos debates sobre a CUT, sua função no conjunto do movimento sindical, seu programa e lutas, etc. Após isso, fazer assembleias e congressos onde seja debatida não só a filiação, mas toda a linha política da CUT. No caso das categorias onde as diretorias são contra a filiação à CUT cabe as Oposições Sindicais ou grupos de sindicalistas

da CUT, quando não houver Oposições Sindicais estruturadas, desenvolverem o mesmo processo com o apoio explícito da CUT.

A filiação, porém, não pode ser de intenção ou simplesmente massiva. A CUT deve ser construída com os trabalhadores comprometidos com as lutas de sua categoria e orientados pela CUT. Nesse caso, ou os sindicatos da CUT ou os coletivos das categorias, ambos, devem fazer a filiação pessoal dos trabalhadores para que haja um comprometimento com a nossa Central. Sua filiação deve, além da participação nas atividades políticas, incluir sua contribuição financeira. Fica proibida a filiação pessoal direta à CUT fora dos coletivos das categorias.

A construção da CUT se dá no processo das lutas. Em cada categoria os trabalhadores devem ser chamados a participar de elaboração das propostas e planos de (luta; em) cada categoria, criando assim uma direção política na categoria. As experiências ali acumuladas devem ser levadas ao conjunto dos companheiros da CUT como contribuição à elaboração de sua linha política, de seu plano de lutas e criação de instrumentos necessários ao seu encaminhamento.

4. CRITÉRIOS DE REPRESENTAÇÃO NOS CONGRESSOS DA CUT

No sentido de tornar os Congressos da CUT mais representativos, apresentamos algumas propostas de modificações dos critérios de representação e escolha de delegados.

Pelos critérios atuais quanto maior for a categoria mais dificuldade ela tem para eleger delegados. Desta forma o peso de categorias pequenas no congresso acaba sendo desproporcional.

Para corrigir essas incorreções é preciso considerar também a capacidade de mobilização de cada categoria, levando-se em conta a presença efetiva de trabalhadores nas assembleias de escolha dos delegados aos Congressos. Desta forma o número de delegados de cada categoria deve aumentar conforme a presença de trabalhadores acima do quórum mínimo. É possível, por exemplo, propor que para cada grupo de 20 ou de 50 trabalhadores acima do quórum mínimo dê direito a mais um delegado até o limite máximo estipulado para a categoria.

Outro aspecto que necessita de alteração diz respeito ao quórum das assembleias exigido pelos Congressos Regionais, Estaduais e Nacional. Atualmente o número exigido diminui conforme aumenta a importância do Congresso. O Congresso Regional tem um número maior que o Nacional. Propomos um único número baseado no mais alto estabelecido para os Congressos da CUT nas suas diversas instâncias.

Defendemos também a proporcionalidade na escolha de delegados conforme as propostas em discussão e sua votação. Esta já é uma prática corrente que achamos deve ser incluída nos estatutos da CUT.

COMISSÕES DE FÁBRICA

1. A EXPERIÊNCIA DAS COMISSÕES DESDE 1968

Foi na luta dos metalúrgicos de Osasco em 1968, particularmente na Cobrasma, que a experiência da Comissão de Fábrica ganhou expressão e se constituiu imediatamente numa referência para todos os centros importantes da luta operária no país.

A experiência da Comissão de Fábrica da Cobrasma foi discutida exaustivamente por diversas correntes políticas e sindicais ao longo de uma década. Muitos ficaram no meio do

caminho e outros esqueceram totalmente aquela experiência, inclusive vários de seus protagonistas.

Para a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, a Comissão de Fábrica da Cobrasma sempre representou a luz no fundo do túnel. Durante esses longos dez anos a palavra de ordem de praticamente todos os boletins da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo foi lutar pelas Comissões de Fábrica.

Só em 1978, com o avanço das lutas e o surgimento das greves, foi possível retomar a experiência da Comissão de Fábrica da Cobrasma, interrompida pela ditadura militar. A retomada dessa experiência se deu praticamente em cima das mesmas questões, só que em outro momento e em outra conjuntura, onde o regime militar se encontrava em avançado processo de desgaste e, em contrapartida, com uma classe operária numerosa, mais qualificada, mais informada e submetida a uma crescente pressão inflacionária que á empurrava para a luta.

No movimento grevista de 78 os trabalhadores não tinham quem os representasse frente às empresas. Assim, foi a ausência de uma direção sindical comprometida com os interesses e a luta dos trabalhadores que, de uma forma contraditória, impulsionou o surgimento das comissões de fábrica. Mais ainda, as diretorias sindicais pelegas fizeram de tudo para barrar e posteriormente desgastar e desmoralizar a luta dos trabalhadores. Desta forma, no momento das greves as Comissões surgiram como uma necessidade para cobrir o vazio deixado pelos próprios pelegos. A exceção foi São Bernardo do Campo, onde a diretoria assumiu esta luta praticamente em todos os lugares e as greves foram negociadas através de Comissões eleitas diretamente pelas assembleias dos trabalhadores em greve.

Posteriormente, a orientação concreta do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, com base na experiência da Cobrasma e nas discussões travadas durante 10 anos, foi fundamental para a defesa das Comissões de Fábrica com caráter permanente.

Assim, a necessidade de uma direção sindical classista empurrou o movimento operário para o caminho das Comissões e, imediatamente então, para a defesa daqueles companheiros que participaram das negociações exigindo-se estabilidade para as Comissões. A experiência de várias lutas simultâneas permitiram aos trabalhadores assimilar a necessidade das Comissões de caráter permanente, reconhecidas pelos patrões e regulamentadas legalmente através de acordos registrados nas Delegacias Regionais do Trabalho.

Os objetivos das Comissões, sua organização e seu funcionamento foram definidos através de estatutos discutidos e aprovados pelos trabalhadores. São vários os estatutos que definem objetivos diferentes para as Comissões, como também são várias as formas de organização e funcionamento.

Essas questões continuam a ser discutidas por todos aqueles que se comprometem com as lutas dos trabalhadores, e devem ser aprofundadas pela Oposição de forma sistemática através de cursos, seminários e plenárias, buscando também levar essa proposta para dentro da CUT. As discussões devem ter como referência as experiências concretas já desenvolvidas pelos trabalhadores no Brasil, em outros países e em outros momentos históricos.

2. A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO E DO PODER OPERÁRIO

A luta pelo socialismo tem sido historicamente a luta pela construção do poder operário em oposição ao poder burguês, isto é, a luta (pela) destruição do estado burguês e a organização de uma nova sociedade onde o controle econômico e político esteja nas mãos do proletariado.

É no calor da luta revolucionária que o proletariado dá formas às organizações independentes de classe que lhe permitirão criar as condições para a vitória revolucionária e a consolidação do poder operário no interior da sociedade socialista.

O poder operário se consolidará na sociedade socialista através da participação no poder de Estado dos Conselhos Operários – Soviéticos (*entenda-se "sovietes"*) - ou outras formas que o poder operário adquira no transcorrer da luta revolucionária. É importante que esse poder seja gestado desde hoje, através da construção de organismos independentes de classe nos locais de trabalho e moradia.

Na fábrica, hoje, essa luta se expressa na organização das Comissões de Fábrica, que preparam a classe para um confronto maior na medida em que criam condições para a ação unitária e para o controle da produção, ampliando o poder de decisão dos trabalhadores. A fábrica se transforma em escola de poder operário, e as Comissões poderão vir a ser embriões desse poder.

3. DEFINIÇÃO E PAPEL DAS COMISSÕES DE FÁBRICA

A Comissão de Fábrica ou Empresa é um organismo de representação do conjunto dos trabalhadores de uma mesma fábrica sindicalizados ou não. Por ser independente de qualquer organismo sindical ou político pode aglutinar todos os trabalhadores em torno das reivindicações e lutas que lhes são comuns. Para cumprir a tarefa de unificação da fábrica as Comissões não devem estabelecer relações orgânicas com os sindicatos, partidos e demais instituições religiosas e filosóficas. Sua relação com esses organismos deve ser política.

No processo de luta a Comissão de Fábrica faz avançar a auto-organização do trabalhadores, que decidem suas forma de eleição, funcionamento e auto-sustentação. A Comissão aplica na sua prática cotidiana os elementos de democracia operária:

- _ as assembléias de fábrica como órgão soberano para a tomada de decisões;
- _ o cumprimento às decisões gerais da categoria e da classe;
- _ a revogabilidade do mandato em assembléia convocada para esse fim com antecedência, onde seja assegurado ao detentor do mandato amplo direito de defesa.

A Comissão de Fábrica interfere nas relações capitalistas de produção. Quando uma Comissão é eleita e passa a atuar efetivamente começa a limitar o poder do capitalista na empresa, quebrando a rotina da fábrica, interferindo nas regras de disciplina e no ritmo de trabalho. As Comissões permitem ampliar o conhecimento dos trabalhadores sobre a própria fábrica, principalmente sobre a organização da produção, permitindo aos trabalhadores avançar no aprendizado do controle da produção — um dos elementos chaves na construção do poder operário.

As Comissões de Fábrica são organismos próprios da classe operária para a luta econômica e, nesse caso, cumprem um papel sindical e, para a luta política, onde avançam para além do sindicalismo, podendo vir a participar dos instrumentos de transformação revolucionária da sociedade. Isso, entretanto, tem pelo menos três implicações:

As Comissões de Fábrica sofrem mudanças qualitativas em seu papel e função, passando a compor outros organismos revolucionários como os Conselhos Operários. Isso só ocorre em momentos de profunda crise da dominação burguesa e de ascenso do processo revolucionário, ou seja, em momentos pré - revolucionários.

Nesses momentos os trabalhadores terão construído um Partido Revolucionário, que terá como papel globalizar as lutas e elaborar uma alternativa política global para a sociedade capitalista, ou seja um projeto de tomada do poder de Estado e a construção do Socialismo.

4. RECUSANDO A TENTATIVA DE COOPTAÇÃO DA BURGUESIA

Quando os trabalhadores criam as Comissões de Fábrica expressam uma tentativa de reorganizar a economia sobre a base dos princípios que correspondem a seus interesses.

A burguesia contra ataca propondo participação, colaboração e co-gestão na tentativa de anular esse potencial de negociação dos trabalhadores. A burguesia tenta transformar a Comissão de Fábrica em co-administradora dos problemas que existem no interior da fábrica, cedendo em troca pequenos benefícios que não alteram a correlação de forças entre patrões e trabalhadores no interior da fábrica. Pretendem transformar a Comissão em instrumento de controle político dos conflitos, impedindo que as contradições se expressem em lutas que fazem avançar a organização dos trabalhadores. Já quando as lutas se tornam mais acirradas utilizam a repressão.

A proposta patronal tem ainda como objetivo isolar os trabalhadores resolvendo as questões a nível de cada empresa através de cada Comissão isoladamente, esvaziando assimila a luta sindical geral.

5. RELAÇÃO GRUPOS E COMISSÕES DE FÁBRICA

Uma questão que se coloca é a organização dos trabalhadores mais conscientes. As Comissões são órgãos de representação abertos e sustentados pela mobilização do conjuntos dos trabalhadores da fábrica. O trabalhador mais consciente, ao contrário, atua em geral essencialmente de forma clandestina. Ele se organiza através dos Grupos de Fábrica e toda a infra-estrutura e mecanismos de atuação dos Grupos devem ser escondidos das vistas dos patrões.

Os Grupos de Fábrica lutam pela criação e fortalecimento de Comissões combativas, representativas e reconhecidas legalmente e que de forma ampla congreguem o maior número de companheiros. Mas ao lutar por isso não devem se diluir nas Comissões e nem expor todos os seus membros ao patronato.

6. RELAÇÃO SINDICATO E COMISSOES DE FÁBRICA

Historicamente os sindicatos organizam os trabalhadores assalariados para defender principalmente seus interesses econômicos. São organismos nascidos no campo da democracia burguesa tendo seu papel e função determinados pelo capitalismo. Isso lhes confere limitações estruturais que têm demonstrado serem muito fortes para permitir que os sindicatos se transformem em instrumentos revolucionários.

Os sindicatos lutam principalmente para melhorar as condições de venda da força de trabalho, e desta forma se organizam refletindo passivamente a organização da força de trabalho imposta pelo capitalismo. Isto favorece o desenvolvimento do corporativismo no interior do sindicalismo, uma tendência à burocratização dos aparelhos sindicais e uma forte tendência de serem transformados pela burguesia em organismos do estado integrados a defesa do capitalismo.

Por outro lado existe hoje no país um sindicalismo classista, democrático, representativo, organizado pela base, que defende em seu programa a construção do socialismo.

O caráter contraditório dos sindicatos é hoje bastante evidente. Convivem lado a lado as limitações estruturais impostas pelo capitalismo e o potencial de luta e negação ao sistema que se expressa principalmente na construção da CUT. O papel que o sindicalismo assumirá em nosso país ainda não está definido, vai depender da direção que lhe será dada pelos trabalhadores.

Comissões de fábrica e sindicatos são organismos de natureza diferente. A relação das comissões com as direções sindicais deve ser política. Com uma direção sindical combativa, comprometida com a classe e que pratica a democracia operária a relação será de apoio e reforço mútuo, o que levará ao fortalecimento tanto das Comissões como da própria direção sindical. Por outro lado, com as direções sindicais conciliadoras e traidoras não pode haver qualquer vínculo político, mas um acirrado combate de posições.

As Comissões devem lutar para ampliar o nível de organização dos trabalhadores, lutando por um sindicato forte, combativo e engajado na luta pelo socialismo. Devem lutar por sindicatos independentes da atual estrutura sindical e pelo fortalecimento da Central Única dos Trabalhadores.

Os Sindicatos e as Oposições Sindicais do campo da CUT devem lutar pela criação das Comissões de Fábrica, preservando por um lado sua independência, mas construindo, por outro, uma relação política de apoio e reforço mútuo.

NOSSA ATUAÇÃO NO SINDICATO

1. POR UM SINDICATO CLASSISTA, AUTO DETERMINADO E INDEPENDENTE DO ESTADO BURGUEÊS

A luta dos trabalhadores brasileiros pela independência e autonomia sindical é uma luta que se coloca em primeiro plano desde as primeiras mobilizações e greves em 1978 quando o movimento operário de massa ressurgiu após anos de sufocamento e repressão pela ditadura militar.

Os sindicatos atrelados tornaram-se um instrumento de desarmamento político e ideológico da classe operária, manipulando seus interesses conforme as necessidades dos setores da burguesia.

A Oposição Metalúrgica vem defendendo os princípios de independência sindical desde sua origem e, no momento em que realiza seu 3º Congresso, reafirma esses princípios. Por isso defendemos a ratificação da Convenção 87 da OIT, que define em termos de sindicalismo internacional os pressupostos desta independência e autonomia.

Defendemos um sindicato classista porque entendemos que a luta dos trabalhadores, mais do que a defesa imediata de melhores condições de vida e trabalho, faz parte da luta de toda uma classe trabalhadora brasileira e mundial submetida aos rigores da exploração capitalista. Classista porque a luta geral dos trabalhadores, desde suas manifestações menores e mais localizadas até suas grandes manifestações massivas, só pode ter como fim a transformação desta sociedade baseada na desigualdade social e na exploração, e o desenvolvimento de uma sociedade socialista.

O sindicato que defendemos deve desenvolver uma solidariedade ativa com as organizações de trabalhadores de todo o mundo que se orientem por esses princípios gerais. **A classe operária é internacional e, acima das diferenças culturais e históricas dos trabalhadores de cada região ou país, existe um interesse superior e maior que aproxima e exige a união dos trabalhadores do mundo inteiro (pelo) avanço da organização e da convivência dos trabalhadores rumo a uma sociedade sem exploração.**

É preciso que os sindicatos se transformem em ferramenta de luta da imensa maioria dos trabalhadores. A condição primeira deste processo de transformação é a extensão e a consolidação da organização nos locais de trabalho e a garantia da **mais ampla democracia** em todas as instancias de discussão, decisão e aplicação das decisões, além

da criação de mecanismos de controle sobre a prática das direções e o cumprimento das decisões coletivas.

O sindicato que defendemos deve ter na diretoria eleita a condensação de sua força e representatividade. Mas essa diretoria só se tornará uma verdadeira direção do processo de lutas na medida em que se apóie sobre as organizações de base, que favoreça a articulação horizontal destes organismos de base, e entenda que eles devem constituir em verdadeiras direções locais do processo de lutas.

Defendemos a proposta e a necessidade de constituição de Comissões de Fábrica em todas as empresas com independência orgânica em relação aos sindicatos e à estrutura sindical.

Lutaremos contra a tradição corporativa dos últimos 50 anos, que divide e fragmenta as lutas e a organização dos trabalhadores - datas base diferenciadas diversos sindicatos de categorias em uma mesma região, categorias fantasmas inventadas para fragmentar ainda mais a organização sindical.

2. AS TRÊS CONCEPÇÕES QUE EXISTEM NA ATUAL DIRETORIA DO SINDICATO

A primeira delas é sustentada por Joaquim & Cia, cujo núcleo principal dos seus defensores participou ativamente da preparação do golpe militar de 64 dentro de movimento sindical e na repressão posterior aos ativistas. Eles encaram a atividade sindical como profissão, defendem e aplicam um sindicalismo aparentemente político, dentro da estratégia da CIOSL (Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres) de orientação norte americana. Possuem metade do número de diretores e hegemonia na diretoria executiva do Sindicato. Possuem também um controle quase absoluto da máquina administrativa de 600 funcionários e da Associação dos Aposentados.

Apoiam-se nos setores atrasados da categoria e defendem a CGT.

A segunda concepção é representada por sindicalistas ligados principalmente ao PCB, PC do B e MR-8, presentes na diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Esta concepção entende que a classe operária está participando organizadamente e politicamente da luta de classe a nível da sociedade e que o Partido Operário Revolucionário existe e conduz esse processo. Em nome desse suposto partido utilizam-se do Sindicato como instrumento de negociação e barganha a nível da sociedade. Defendem a manutenção do Imposto Sindical e a não aplicação da Convenção 87 da OIT. Procuram não acirrar tensões no movimento sindical, posição que leva a sabotagem de greves violando a democracia sindical, e à conciliação de classes. Sua base de apoio é composta pelos militantes de suas organizações ou companheiros preocupados e envolvidos por problemas específicos e particulares de suas empresas.

Defendem a CGT embora haja divergência nas respectivas bases.

A terceira concepção também presente na diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, através dos diretores atualmente ligados ao **PDT**, subordina a luta política ao avanço da luta econômica colocando assim a tomada da direção do Sindicato como uma pré-condição para o desenvolvimento da ação política da classe. Desta forma retarda o avanço político da categoria. Esta corrente assume uma posição de nem a CUT nem CGT, procurando através desta tática oportunista ficar em posição vantajosa para negociar com as duas Centrais e influenciar setores da CUT.

Uma outra concepção, **não presente na diretoria do Sindicato**, é representada por metalúrgicos de oposição ligados à setores do PT. Esta concepção além de privilegiar a aliança com o setor da diretoria do Sindicato ligado ao PDT, ainda não rompeu totalmente com a antiga estrutura sindical, pois prioriza a atuação no interior da máquina sindical e acertos políticos de cúpula em detrimento do trabalho direto na categoria. Desta forma, este setor tem vacilado em assumir os princípios da democracia operária e organização independente, não tendo dado ainda total empenho na construção da CUT na categoria.

3. PROPOSTAS IMEDIATAS

DEMOCRATIZAÇÃO DO SINDICATO

a) Sindicalização coletiva:

Necessária para dificultar o mapeamento feito pela patronal. Deve ser massiva, unificada com a CUT e sob sua bandeira (do tipo "SINDICALIZAR-SE E LUTE COM A CUT"). Deve ser simples, sem burocratização — para se sindicalizar basta o nome, o número da Carteira Profissional e a fábrica. A foto não deve ser obrigatória.

b) Criação de sub-sedes em todas as concentrações industriais:

As sub-sedes, as poucas que restaram, servem para atender aos interesses do diretor da região.

Elas devem estar permanentemente abertas. A Coordenação deve ser eleita em plenária dos militantes; com responsável político também eleito na plenária. A infra-estrutura material, financeira e gráfica da sub-sedes deve ser dirigida por essa Coordenação. Os militantes dar comissões devem também desempenhar papel fundamental.

CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA

No ano de 85 houve três grandes campanhas salariais:

- Campanha dos Metalúrgicos da CUT;
- Campanha Nacional dos Bancários;
- Campanha Salarial Unificada.

Este ano os metalúrgicos da CUT, e também os bancários, não conseguiram o sucesso do ano passado. É necessário inverter esse quadro na Campanha Nacional de Lutas, onde os metalúrgicos de São Paulo jogam um papel fundamental para preparar as condições para uma greve geral em torno do mês de outubro.

GARANTIR A REALIZAÇÃO DO 3º CONGRESSO

Lutar por sua realização e pela ampliação da pauta de modo a incluir a reformulação dos Estatutos, a democratização do processo eleitoral garantindo:

- que o processo seja dirigido por uma Comissão composta por representantes de todas as
- Chapas e em igual número;
- que os diretores que participem de Chapa se desincompatibilizem renunciando ao mandato;
- que todas as Chapas tenham acesso à lista de sócios;
- prazo para edital de convocação das eleições de 30 dias para inscrição da Chapa e mais 60 dias para eleição do pleito no 1º escrutínio;
- processo de eleição de acordo com as resoluções da Plenária Nacional da CUT,
- recadastramento dos sócios para impedir as fraudes e irregularidades que têm acontecido em todas as eleições;
- votação no Congresso a filiação à CUT;
- ratificação da Convenção 87 da CUT;

- criação de um Conselho Administrativo eleito em assembléia para acompanhar e fiscalizar todas as despesas e projetos Financeiros do Sindicato.

4. A ELEIÇÃO DA OPOSIÇÃO PARA A DIRETORIA

Após vários anos de luta, em 1987 seguramente ganharemos o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Isso significa aumento de nossa responsabilidade perante a categoria e o movimento sindical brasileiro.

O grande desafio colocado hoje para a Oposição é já começar a definir que tipo de Chapa queremos e como chegaremos a ela.

Em primeiro lugar é importante termos claro que o perfil político dessa Chapa tem de ser o combate à estrutura sindical, à política econômica do governo, ao sistema capitalista e à política de conciliação de classes. Em segundo lugar, que ela consiga combinar os trabalhos de base com o trabalho geral na, categorias. Em terceiro, que ela expresse a direção das lutas da categoria nesse período e o avanço da CUT nos metalúrgicos de São Paulo.

Para chegarmos a uma Chapa que reflita o peso de massa da CUT nos metalúrgicos de São Paulo é fundamental começar a construir desde já a direção alternativa na categoria.

Temos que ser arrojados e ao mesmo tempo em que dirigimos a luta fazemos a sindicalização de massa.

A nossa Chapa deve ser composta de um companheiro para cada cem empresas, o que significa que teremos uma Chapa de cem companheiros. Evitaremos o esquema de "loteamento" do Sindicato, pois todos passarão pelo crivo do voto.

O método para tirada da Chapa deve ser em Congresso com delegados eleitos nas reuniões de fábricas e nas assembléias regionais.

ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO

1. O PAPEL DA OPOSIÇÃO

O Movimento de Oposição Sindical metalúrgica se organiza contra a Diretoria do Sindicato por considerá-la a ponta de lança dos interesses da burguesia entre os metalúrgicos da capital.

Foi base de apoio da ditadura militar, quando o arrocho salarial e a exploração foram impostos à categoria pela repressão policial, pela tortura e pelo assassinato de vários militantes. Hoje é base da política de conciliação de classes e do pacto social buscando viabilizar a "Nova República", essa nova forma de ditadura dos capitalistas sobre os trabalhadores. É necessário, portanto, derrubá-la. O Movimento de Oposição, reafirmando teses aprovadas nos dois Congressos anteriores se define enquanto uma Frente de Trabalhadores, não uma frente de tendências organizadas e nem uma organização de massas. É uma organização de militantes que na luta contra a exploração capitalista combate a conciliação de classes e busca destruir a atual estrutura sindical construindo uma nova. Atua dentro e fora da estrutura sindical, tendo como prioridade a unificação dos trabalhadores em torno de uma política classista cuja expressão orgânica é a Central Única dos Trabalhadores; e a luta pela auto-organização dos trabalhadores nas fábricas, através da criação das Comissões de Fábrica e dos Grupos de Fábrica.

O Movimento de Oposição Sindical não é o organismo de representação direta dos metalúrgicos. Considera que a direção classista da categoria ainda está em processo de construção. Os militantes da Oposição, comprometidos historicamente com os interesses de classe dos trabalhadores, legitimados na categoria pela direção efetiva que deram a várias

lutas, já constituem o núcleo inicial da direção classista e alternativa da categoria. Essa direção composta por um número de lideranças muito maior que o atual ainda está dispersa nas fábricas só atingindo certo grau de centralização nos momentos de grandes mobilizações quando passa por cima da direção pelega.

O papel da Oposição é criar condições para que as lideranças que estão dispersas, mas se colocam no campo de luta da CUT, se aglutinem e, juntamente com as lideranças articuladas em torno da Oposição, se fortaleçam e derrubem de vez a aliança pelego-reformista que atrasa nossas lutas e que divide o movimento sindical.

Para cumprir esse papel a Oposição se organizou de forma permanente. Montou uma infraestrutura que dá às lideranças das lutas de fábricas condições de enfrentar tanto a repressão patronal como o boicote dos pelegos. Esse apoio é dado tanto às lideranças já articuladas como as que surgem nas lutas, permitindo-lhes a comunicação com a categoria como um todo através de boletins e jornais de massa, permitindo-lhes assumir a direção de fato das lutas nas fábricas, negociando diretamente com os patrões e empurrando cada vez mais para a defensiva a direção pelega, deixando-a sem espaço para manobrar nem para trair as lutas.

2. A organização da Oposição

ESTRUTURA DE PARTICIPAÇÃO E DECISÃO

a) Coordenação do movimento

Para a Coordenação foram escolhidos 15 companheiros delegados na plenária do Congresso.

Entre os que representam regiões específicas, reunidas separadamente, foram escolhidos: (...) da região Sul, 2 da região Oeste e 1 para cada uma das demais regiões - Sudeste, Mooca, leste, norte.

Está garantido espaço para a participação das Comissões de fábrica comprometidas politicamente com a Oposição. Cada comissão deve discutir a proposta e, se aprovada, eleger um representante para participar na Coordenação — no momento são três Comissões.

Qualquer nova Comissão que se forme e que cumpra os critérios tomados pelo Movimento terá direito à participação. No momento a Coordenação perfaz um total de 27 companheiros.

Todos os cargos são revogáveis por decisão da plenária da coordenação por maioria de 2/3. O Movimento de Oposição não tem Coordenadores natos.

O Congresso do Movimento de Oposição resolve ainda que o aumento do trabalho nas regiões poderá implicar em um aumento do número de Coordenadores por região, o que só será decidido por escolha dos novos coordenadores por eleição na plenária da Coordenação e por indicação da região em questão.

Decide ainda que a candidatura para cargos parlamentares não é impedimento para a participação na Coordenação do Movimento.

b) Executiva

Composta por 9 companheiros eleitos pela Coordenação entre os mais capazes politicamente e comprometidos com os rumos do Movimento.

Cada membro da Executiva é responsável por uma área específica de trabalho, tal como imprensa, organização (infra-estrutura e finanças), agitação nas fábricas e bairros, relações sindicais, CUT, implantação (multiplicação do Movimento), formação.

A Executiva escolhe um Secretário-Assessor Político para trabalhar colado a ela. Também funcionará junto à Executiva uma equipe para as várias tarefas de datilografia, motorista, etc.

Suas reuniões serão realizadas conforme as necessidades do movimento. Três companheiros serão liberados com tempo integral para cumprir funções do Movimento para o que serão remunerados.

c) Reunião setor

Os atuais setores do Movimento são: Sul, Oeste, Norte, Leste, Mooca e Sudeste. Em cada setor os companheiros se reunirão em dias específicos para encaminhar os trabalhos referentes à organização da Oposição e à organização e agitação nas fábricas. O setor participará regularmente das atividades da Zonal da CUT buscando seu fortalecimento.

INFRA - ESTRUTURA PARA A COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES

O conjunto de atividades a que a Oposição se propõe exige uma infra-estrutura de recursos humanos, materiais e financeiros: local para reuniões regulares, centralização de arquivos, conglomerado gráfico, assistência jurídica, trabalho regular de finanças, etc... É função da Executiva garantir essa infra-estrutura, absolutamente essencial para que a Oposição execute atividades e assegure:

- _ continuidade do trabalho até agora desenvolvido;
- _ renovação de quadros de coordenação, inclusão de novos;
- _ participação das fábricas que têm trabalho organizado;
- _ inclusão dos companheiros ligados a trabalho de fábrica.

3. Tarefas da Oposição

LINHA DE ATUAÇÃO NAS FÁBRICAS - 1986/87

a) Saber diferenciar a organização permanente da organização momentânea para a luta.

A organização momentânea para a luta deve abranger o maior número possível de companheiros e, para isto, temos que ter uma política de massa. Neste sentido, enquanto não se conquistou uma Comissão de Fábrica com estabilidade é de grande importância o trabalho de fora para dentro.

A organização permanente deve ser restrita e clandestina. Não é a companheiros (**Entendemos: "Não é aberta a todos os companheiros"**). Um companheiro só deverá ser chamado para o grupo depois que for discutido pelo grupo. O grupo deve ter reunião regular em dias fixos em locais que não comprometam sua segurança. Nos momentos de mobilização só devemos expor os companheiros necessários para dirigir as ações abertas anteriormente discutidas.

b) Política de Massa

O ponto de partida é identificar as principais reivindicações, elaborando um programa mínimo com as principais reivindicações. De preferência este programa mínimo deve ser votado ou aprovado numa assembléia massiva da fábrica.

Elaborado o programa deve-se fundamentá-lo com materiais específicos e com as experiências acumuladas da luta de classes assim como manter intercâmbios com visitas coletivas a sindicatos com experiências acumuladas. Deve-se por todos os meios possíveis informar a massa dos fundamentos de suas reivindicações.

Deve-se também manter constantemente o conjunto da massa informada das lutas atuais da cidade e do campo e incentivar a solidariedade. Convocar e incentivar a participação em atos, manifestações ou outras atividades de massa chamadas pela CUT.

c) Política de Organização

É tarefa de todo militante do MOSMSP trabalhar para construir um grupo de fábrica organizado e com reunião regular independente de existirem lutas ou não. Todo esforço deve ser contido para os companheiros fazerem cursos da CUT (Formação, Oratória Imprensa). O objetivo é capacitar os companheiros a pensar com a própria cabeça e andar com os próprios pés. Deve-se incentivar a leitura e construir bibliotecas que contenham a literatura básica do socialismo científico.

Por não termos liberdade de organização a preocupação nº 1 do militante deve ser a de criar condições para que o trabalho tenha continuidade, articulado com o Movimento de Oposição e com a zonal da CUT.

d) A luta ideológica

Independente dos momentos de lutas o militante do MOSM-SP deve manter um combate cerrado contra as idéias burguesas e a política de conciliação de classes.

ARTICUILAÇÃO DA MILITÂNCIA

a) Realização dentro de no máximo duas semanas após a realização do Congresso de Seminários Regionais com o objetivo de:

- discutir e implementar as teses aprovadas;
- preparar a plenária dos metalúrgicos da capital de caráter de massa convocada pela CVI (ou CUT?);
- fortalecer a participação nas Zonais visando a construção da CUT pela base;
- preparar o Congresso da CUT/SP.

b) Avançar na formação política e sindical dos militantes:

- organizar os Cursos de Formação da CUT;
- garantir a circulação de literatura básica.

c) Garantir o trabalho regular com fábrica:

- selecionar de 10 a 15 empresas metalúrgicas em cada região com base nos seguintes critérios: nº de trabalhadores, nº de sócios e existência de militantes;
- garantir um militante fixo responsável por cada uma das empresas;
- visitar seguidamente a fábrica (com material ou sem), fazer um levantamento dos problemas existentes, agrupar os companheiros em torno deles e encaminhar a luta para sua solução;

- garantir a existência de organização permanente (grupos de Fábrica, CIPA's, Comissões), onde não existem essas organizações devemos criá-las, onde já têm devemos melhorá-las e ampliá-las;
- estas organizações de várias fábricas devem trabalhar entrosadas com os mesmos objetivos e método de trabalho, planejando-se para isso encontros regulares;
- desenvolver um programa organizado de estudo com os ativistas e militantes dos grupos, comissões e CIPA's. Este programa de estudo deve ter uma metodologia comum. Como primeiro passo fazer um mapeamento e estudo completo da empresa. Sem um programa de estudo não vamos conseguir manter nenhuma organização permanente;
- organizar uma semana intensiva de sindicalização em cada uma das fábricas prioritárias trabalhando com metas preestabelecidas. Estas campanhas devem ser feitas deixando claro que sua finalidade é colocar uma direção da CUT no Sindicato dos Metalúrgicos em meados de 1987.

d) Viabilizar o Plano de Lutas da CUT, no nosso caso dirigido pela CUT Regional Grande São Paulo:

- organizar palestras explicativas para os ativistas e militantes sobre os principais temas como salário mínimo real, 40 horas semanais, estabilidade no emprego, salário desemprego, escala móvel a partir de 5% de inflação, reforma agrária, não pagamento da dívida externa.

e) Preparar a Campanha Salarial Unificada;

f) Estabelecer uma relação permanente com as organizações populares afinadas com a Oposição Metalúrgica para desenvolver um trabalho conjunto:

- sindicalização, intercâmbio de divulgação de lutas etc... Devemos procurar as organizações populares com o nosso plano de trabalho detalhado e em cima dele discutir um trabalho conjunto.

g) Definir linha de atuação política para os jovens da categoria, garantindo espaço para que o jovem metalúrgico discuta sua realidade;

h) Elaborar linha para o trabalho específico da mulher.

CRIAR REDE DE APOIO POLÍTICO E FINANCEIRO NAS FÁBRICAS

A Oposição e a CUT conta com milhares de simpatizantes na categoria. Esses ativistas estão dispersos nas fábricas, mas estão dispostos a lutar com muita energia para ter uma direção classista à frente do Sindicato desde que encontrem canal para participação.

Nessa perspectiva, os companheiros engajados com o Movimento de Oposição lutarão dentro das fábricas pelo cumprimento das leis trabalhistas por melhores condições de trabalho e de salário. Reagirão contra as medidas arbitrárias do governo e lutarão por um sindicato comprometido com a luta dos trabalhadores. Esse compromisso concreto com a luta da categoria será caminho para chamar a participação organizada na Oposição os demais companheiros trabalhadores da fábrica onde atuamos constituindo ao mesmo tempo a rede de apoio político ao Movimento.

É preciso ter claro que nossa preocupação maior é fazer o trabalho de conscientização e organização dentro da fábrica, porque é o centro da exploração capitalista. E ali que se dá o

confronto mais imediato entre o patrão e o operário, antagonismo que só se resolverá quando os operários forem donos dos meios de produção.

Os militantes do Movimento de Oposição devem ter uma política ousada orientando sua prática, e enxergar que o contato regular com os milhares de simpatizantes é essencial para a construção da direção alternativa.

É necessário portanto:

- manter em cada fábrica onde houver trabalho organizado contato regular com um grupo de simpatizantes;
- informá-los sobre as discussões que ocorrem na Oposição;
- entregar e discutir as publicações da Oposição;
- buscar contribuição financeira regular, discutindo a importância política dessa contribuição.

O trabalho dentro da fábrica é demorado. Devemos ter uma perspectiva de longo prazo, investindo na construção de comissões de fábrica e grupos de trabalhadores que iniciem um trabalho organizado. Temos necessidade de criar grupos em diversas fábricas principalmente hoje, quando são poucas as formas organizadas de participação em cada fabricada categoria.

Devemos participar dentro das CIPA's, mas nossa posição política com relação à Comissão de Controle de Qualidade (CCQ) é de combatê-la. As formas como fazer esse combate serão decisão interna dos militantes de oposição.

O trabalho de conscientização deverá mostrar as contradições do capital e do trabalho, apontando que a saída para essa realidade de exploração e repressão é o socialismo, onde a classe operária é livre para decidir seus destinos. Deverá desenvolver a solidariedade de classe entre os companheiros dentro da fábrica, mostrando que a classe só pode contar consigo mesma para resolver de fato seus problemas.

FORTALECER A IMPRENSA DA OPOSIÇÃO

É necessário fortalecer o trabalho de imprensa, levando em conta que ele se dá em dois níveis. Um deles é a imprensa de massa, os jornais e boletins dirigidos a toda a categoria, os boletins específicos por fábrica. Outro é a imprensa dirigida aos militantes. São as Tribunas de Debates, as publicações sobre temas especiais, necessárias para unificar o nível de informação.

Construir a CUT pela base

(Proposta apresentada ao II Congresso Nacional da CUT – julho / 1986)

<http://www.lidas.org.br/osm/cutbase.htm>

MANIFESTO

COMPANHEIROS DELEGADOS,

Em vista da gravidade do momento político atual, em que a CUT está sendo atacada pelo governo Sarney e pelos patrões, propomos que este Congresso aprove este manifesto dirigido a todos os trabalhadores brasileiros.

MANIFESTO DO II CONGRESSO NACIONAL DA CUT AOS TRABALHADORES

O IIº Congresso da Central Única dos Trabalhadores realizou-se ainda sob os ecos da chacina do Leme. A brutalidade policial reviveu os piores momentos da ditadura militar. Na Nova República, como na velha, a violência e o assassinato de trabalhadores tornou-se rotina.

Foi em nome da mudança que o governo reeditou, com o Pacote Econômico, o arrocho salarial. Em nome da mudança ele nos nega o direito à terra. E é em nome dessa mesma mudança que ele exige o nosso silêncio.

Mas a CUT não silencia. Não se dobrará diante da repressão, das calúnias e das provocações.

Não se dobrará diante da extrema miséria e opressão imposta aos trabalhadores. A CUT cumprirá seu papel denunciando que foram mais de 328 os camponeses mortos na "Nova República" por grileiros e jagunços. Cumprirá seu papel denunciando o verdadeiro massacre a que a classe operária está submetida. São 347 acidentes de trabalho a cada hora, 13 mortos por dia nas fábricas, construções e outros locais de trabalho. Apenas em 1984, mais de 1 milhão de trabalhadores sofreram acidentes, ficando quase 30 mil inválidos e 4.500 mortos.

A CUT cumprirá seu papel apontando para o movimento sindical a imperiosa necessidade de avançarmos na luta contra essa verdadeira guerra declarada aos trabalhadores e à sua Central Única. A classe operária, os camponeses, o conjunto dos trabalhadores brasileiros, têm diante de si o desafio da disputa e da luta. O governo Sarney veio para sustentar o latifúndio, a exploração capitalista e a opressão imperialista. Veio para reorganizar e consolidar a dominação burguesa mascarada com uma fachada democrática. Não veio para mudar.

É para legitimar esse projeto que o governo Sarney quer a Constituinte. Busca conquistar uma expressiva votação para os partidos que o apóiam e marginalizar quem lhe faça oposição. Deseja fazer o cerco e isolar a CUT. A sua vitória exige o fim das lutas populares e a domesticação dos movimentos operários e camponês.

Mas o que nós, trabalhadores, queremos é o fim do latifúndio, da exploração capitalista, da dependência ao imperialismo e da opressão política. Queremos melhores condições de vida e de trabalho. Queremos um futuro de liberdade, sem explorados nem exploradores. Queremos uma sociedade socialista. Para isso estamos construindo a organização independente dos trabalhadores, construindo nosso próprio projeto.

A CUT conclama todos os companheiros a fazerem firme oposição à tentativa de legitimação da luta intransigente (**Deve-se entender: não legitimação**) por uma reforma agrária sob o nosso controle, contra o pacote de confisco salarial, pelo não pagamento da dívida externa e pela punição dos assassinos dos trabalhadores.

Defenderemos sem trégua o nosso direito à organização independente, livre da tutela do Estado.

A CUT conclama todos os trabalhadores brasileiros a unificarem suas campanhas e lutas, como único meio capaz de garantir nossas conquistas e preparar a greve geral. Aos ataques, às calúnias e às provocações do governo Sarney e dos patrões, responderemos fortalecendo nossa Central Única, ampliando sua organização e estreitando a unidade do movimento sindical do campo e da cidade, sob a bandeira da CUT.

APRESENTAÇÃO

Companheiros,

Este II Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores se realiza num momento da maior importância para a história da luta dos trabalhadores de nosso país.

O crescimento das greves e mobilização dos trabalhadores mostra que os patrões e o governo não conseguiram o objetivo político principal que pretendiam com o "pacote" econômico: CONGELAR A NOSSA LUTA e com isso GARANTIR O VIOLENTO ARROCHO SALARIAL.

E as lutas dos trabalhadores rurais têm mostrado que a demagogia do governo em torno do Plano Nacional de Reforma Agrária também não nos enganou. Os trabalhadores no campo e na cidade, de norte a sul do país, contestam uma vez mais a política do governo da burguesia.

Percebendo o avanço dos trabalhadores, a burguesia armou uma gigantesca campanha de repressão, calúnias e ameaças ao nosso movimento. O massacre de Leme é o exemplo mais evidente disso. Fazem parte desta campanha os ataques que o governo, os patrões e latifundiários têm feito à CUT, numa tentativa de desacreditá-la diante dos trabalhadores e desprestigiá-la diante da população.

Por isso, uma das principais tarefas colocadas para este Congresso é a reafirmação de nossos princípios de unidade e de luta da classe trabalhadora, nosso compromisso com o combate à política patronal, mostrando a toda a população brasileira que os trabalhadores não vão se intimidar com calúnias e ameaças e a elas responderão com a luta.

Por isso:

1. A CUT deve tirar neste Congresso uma posição clara e ofensiva em resposta aos ataques que vem sofrendo, mostrando que aquilo que defende são os interesses dos explorados e oprimidos; mostrando que, se ela é hoje atacada, este ataque se dirige de fato à livre organização dos trabalhadores, à sua luta contra a miséria e a exploração.

Mais do que nunca, a CUT deve falar às massas trabalhadoras que a sua luta é para combater a exploração e a opressão, mas é também e principalmente para transformar a sociedade em que vivemos, para atacar as raízes da miséria e da exploração e como nós pretendemos empreender esta luta.

Por isso, propomos que o Congresso aprove um MANIFESTO aos trabalhadores que apresente seus objetivos principais para o momento.

2. Nosso Congresso deve tirar propostas claras para avançar nas lutas e unificá-las nacionalmente pois estão ocorrendo em diversos estados e em muitas categorias diferentes.

3. É importante também percebermos que o fundamental para a defesa da CUT e o seu crescimento é conseguirmos um alto grau de UNIDADE em torno de nossa Central. E que só conseguiremos forjar esta unidade realizando no Congresso uma discussão aberta, franca e democrática das diversas propostas e visões sobre a situação e nossas tarefas.

4. Precisamos avançar em nossas idéias e propostas políticas. É nesse sentido que os sindicatos, associações e oposições sindicais que apóiam a tese CUT PELA BASE apresentam este caderno procurando esclarecer as dúvidas e divergências que têm aparecido nas discussões e propostas sobre a DÍVIDA EXTERNA, a CONSTITUINTE, a questão da LUTA PELO SOCIALISMO, a ESTRUTURA SINDICAL e os ESTATUTOS PARA A CUT, apontando principalmente o que diferencia nossa tese das teses saídas da ExeCUTiva Nacional e da ExeCUTiva Estadual de São Paulo.

Nós entendemos que as divergências de maior importância, como a questão do socialismo e dos estatutos da CUT, definem visões diferenciadas sobre como construir a CUT e o papel que ela deve ter na luta política.

As outras divergências importantes (dívida externa, Constituinte, estrutura sindical, etc.) são decorrentes destas questões centrais.

CONJUNTURA

1. Plataforma de lutas

EXPLICAÇÃO DA PROPOSTA:

Uma questão que tem ganho destaque dentro da CUT e que foi objeto de polêmica no Congresso Estadual de São Paulo é a relação da CUT com a luta pelo socialismo.

Nós entendemos que, como dizem os estatutos da CUT, o objetivo da CUT e das lutas dos trabalhadores é o socialismo. No entanto, essa afirmação só será verdadeira se, além da declaração de intenções pelo socialismo, nós conseguirmos estabelecer uma relação entre as lutas do dia a dia e o objetivo do socialismo, porque entendemos que não há solução para os problemas essenciais da classe trabalhadora dentro do capitalismo. Enquanto os trabalhadores não conquistarem o poder político e acabarem com a propriedade privada dos meios de produção, a exploração não apenas continuará como tende a piorar, agravando as condições de vida dos trabalhadores.

Neste sentido, consideramos fundamental que a CUT defenda uma alternativa de conjunto ao sistema capitalista, uma alternativa de classe à exploração que apresente a relação entre as nossas reivindicações imediatas e o objetivo socialista e crie as condições para que as nossas lutas avancem no sentido da tomada do poder e da construção do socialismo. Consideramos também que a CUT é um dos instrumentos fundamentais para esse objetivo, juntamente com o partido, partidos ou outras organizações dos trabalhadores que assumam esta perspectiva.

PROPOSTA 1

Defender o texto "A Alternativa dos Trabalhadores" no item "Projeto Político da Nova República" como introdução geral da Plataforma de Lutas. Este texto foi aprovado no II Congresso da CUT Estadual São Paulo:
--

"A ALTERNATIVA DOS TRABALHADORES"

A alternativa dos trabalhadores para a sociedade é o Socialismo. Enquanto a burguesia procura canalizar para si e para dentro do seu sistema econômico o conjunto das reivindicações e propostas dos trabalhadores nós sabemos que as "soluções" que apresenta só têm o sentido de reforçar a exploração e a dominação de classe. Por esta razão, as soluções que propomos têm o sentido de fazer avançar a consciência dos trabalhadores nas suas próprias forças e no seu projeto social. Em cada luta e nos momentos de enfrentamento mais geral, procuramos confrontar as exigências dos trabalhadores com os limites políticos da democracia burguesa e os limites políticos do capitalismo.

Devemos assinalar em cada greve a derrubada da lei anti-greve; em cada luta e mobilização o exercício de uma democracia que vai além do permitido pelas leis e pela polícia da Nova República.

Às reivindicações atuais de salários e emprego, ligamos as propostas de mudança mais geral, como a negação ao pagamento da dívida externa e a reforma agrária radical, pois elas dão a dimensão das transformações que nossas reivindicações exigem. Nosso objetivo, portanto, é manter e aprofundar os rumos em que vinha se desenvolvendo o movimento operário e sindical antes do pacote, isto é, o de conseguir apresentar suas propostas em conjunto, formando um todo alternativo à política das classes dominantes e o de cada vez mais ter uma prática política de classe (e não corporativista e economicista). Assim é preciso retomar as lutas, vinculando-as ao crescimento político e organizativo do movimento, criando condições para que uma nova conjuntura de mobilizações e de confronto de projetos de classes seja estabelecida, coincidindo com o momento do processo constituinte, um período que abre um espaço do debate na sociedade que pode e deve ser marcado por este confronto de projetos e práticas de classe.

PROPOSTA 2

Nossa proposta:

Defender a Plataforma de Lutas da tese CUT PELA BASE e a inclusão da Introdução abaixo, que é um trecho da tese da exeCUTiva nacional.

A Plataforma de Lutas contém uma série de reivindicações que são consenso e aparecem em boa parte das teses e que, portanto, não se contrapõem.

Algumas questões que devem ser destacadas:

- as questões que estão no item "Avançar na Construção do Poder Operário";
- a derrubada da Lei de Greve (a antiga e a nova);
- as campanhas políticas.

A reação dos trabalhadores ao pacote, ao nível das categorias ou das empresas, está demonstrando que, na conjuntura, não se trata de esperar que a burguesia não encontre saída para os impasses do pacote, mas sim avançar de forma unitária e nacional em nossas propostas. A resposta da CUT e da classe trabalhadora deve estar à altura do ataque da classe dominante: **deve ser uma resposta unitária, nacional e que aponte na perspectiva da construção da alternativa da classe trabalhadora**, ou seja, que ajude a avançar na construção do projeto político dos trabalhadores. A Campanha Nacional de Lutas continua sendo o grande objetivo para onde deve ser canalizado todo o potencial de lutas que começa a se manifestar através das inúmeras greves que estão ocorrendo.

Somente com o crescimento da nossa organização a nível nacional e a nível local podemos criar as condições para a deflagração da greve geral, a arma mais eficaz para a classe trabalhadora derrotar o arrocho e o confisco salarial imposto pelo pacote. E, na medida em que, através da luta, enfrentarmos, em conjunto, a política econômica da burguesia, isto é,

a política econômica do governo, é que vamos construindo a alternativa da classe trabalhadora, ou seja, avançando na construção do projeto político dos trabalhadores.

Procurando concretizar o sentido geral da retomada das lutas, destacamos três grandes aspectos que devemos desenvolver:

A RESISTÊNCIA ATIVA FRENTE AO PACOTE: CAMPANHA NACIONAL DE LUTAS

- salário e emprego para todos, estabilidade no emprego;
- recuperação das perdas salariais impostas pelo pacote;
- nenhum trabalhador pode ganhar menos que o salário mínimo real (definido pelo DIEESE);
- manutenção do congelamento de preços e garantia do abastecimento;
- escala móvel a cada 5% de inflação;
- salário desemprego acessível a todos desempregados.

A esses pontos da Campanha Nacional de Lutas devemos agregar outros que significam a melhoria das condições de vida e que permitam uma ligação orgânica do movimento sindical com o movimento popular:

- transporte gratuito para os desempregados, melhor qualidade e estatização com controle popular;
- assistência de saúde sob controle da população;
- direito de moradia e fim da especulação urbana; reforma urbana radical.

AVANÇAR NA CONSTRUÇÃO DO PODER OPERÁRIO E NA LUTA PELA LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO

- consolidar a estrutura horizontal da CUT;
- consolidar o interior das empresas como espaço democrático de organização: liberdade de organização e direito de eleger representantes (CUT, sindicatos, CIPA's, Comissões de Empresas) com garantia do exercício do mandato, direito de atuação e permanência dentro das empresas; estabilidade sindical para todos os representantes dos trabalhadores;
- direito irrestrito de greve, derrubada da Lei da Greve;
- conquistar o controle da produção pelos trabalhadores e o fim do segredo contábil das empresas;
- liberdade e autonomia sindical: revogação do título V da CLT e aprovação da convenção 87 da OIT;
- denúncia e punição dos assassinatos dos trabalhadores do campo pelas milícias patronais, das perseguições e demissões de lideranças dos trabalhadores.

LUTA POR TRANSFORMAÇÕES REAIS NA SOCIEDADE E PELO SOCIALISMO COMO PERSPECTIVA PARA AS LUTAS

- não pagamento da dívida externa;
- reforma agrária sob controle dos trabalhadores;
- estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores;

- ligar o conjunto das lutas à conquista da democracia dos trabalhadores e ao fim da exploração: expressar o projeto alternativo de classe nos momentos de generalização das lutas e no processo constituinte;
- denúncia do Congresso Constituinte, exigindo uma constituinte exclusiva, livre e soberana; participar da Constituinte, desmistificando o processo, discutindo questões dos movimento sindical, liberdade e autonomia sindical, etc...

CAMPANHA NACIONAL DE LUTAS: UMA RESPOSTA UNITÁRIA E CLASSISTA

A função da Campanha Nacional de Lutas da CUT deve ser a de organizar e unificar esta tendência de luta em uma grande mobilização nacional.

O ponto de apoio principal para essa mobilização serão as campanhas salariais do segundo semestre, ampliando e reproduzindo de forma superior e aperfeiçoada a campanha salarial unificada de 1985 e a campanha nacional dos bancários.

Em conjunto e simultaneamente com isso a CUT deve desenvolver campanhas políticas que digam respeito aos interesses gerais da classe, neste momento.

Propomos:

PELA LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL E NOS LOCAIS DE TRABALHO:

- estabilidade e imunidade sindical (direito integral para exercer de forma efetiva o mandato sindical) para todos os representantes dos trabalhadores (CIPAs, Comissões de Empresa, delegados sindicais, diretores sindicais e da CUT).

PELA REVOGAÇÃO IMEDIATA DA LEI DE GREVE, PELO DIREITO IRRESTRITO DE GREVE, PELA APROVAÇÃO IMEDIATA DA EMENDA DJALMA BOM CONTRA OS ACIDENTES DE TRABALHO E A INSALUBRIDADE, PELA INTEGRIDADE FÍSICA DOS TRABALHADORES:

- CIPAs completamente autônomas em relação à direção da empresa;
- Punição com pena de prisão nos casos de responsabilidade da Empresa pelos danos físicos ao trabalhador;
- Estabilidade permanente com salário integral pago pela Empresa aos trabalhadores com danos físicos;
- Pela extensão destas medidas (ou similares) aos trabalhadores rurais.

EFETIVAÇÃO DOS TRABALHADORES TEMPORÁRIOS E FIM DO TRABALHO TEMPORÁRIO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL:

- fim da sub-locação de mão de obra.

APOIAR, INCENTIVAR E CONTRIBUIR PARA A ORGANIZAÇÃO DAS LUTAS POPULARES POR TRANSPORTE, MORADIA, SAÚDE, EDUCAÇÃO E ABASTECIMENTO E OUTRAS, DESENVOLVENDO A SUA UNIDADE COM O MOVIMENTO SINDICAL

CAMPANHA POR DENÚNCIA E PUNIÇÃO DOS ASSASSINATOS DOS TRABALHADORES DO CAMPO PELAS MILÍCIAS PATRONAIS, DENÚNCIA DAS PERSEGUIÇÕES E DEMISSÕES DOS TRABALHADORES.

2. A Constituinte e a luta dos trabalhadores

EXPLICAÇÃO DA PROPOSTA:

A constituinte será provavelmente o mais importante acontecimento político do próximo período. Sobre esta questão temos uma preocupação que não está refletida nas teses apresentadas e, em alguns momentos, aparece de forma equivocada.

Consideramos que não será a Constituinte que irá resolver os problemas dos trabalhadores e que o governo e a burguesia trabalham para fazer os trabalhadores acreditarem que a constituinte trará soluções para os seus problemas.

Nesse sentido, é da maior importância que este congresso deixe claro em suas resoluções que será somente através de sua ação direta (greves e outros tipos de mobilização) que os trabalhadores poderão conseguir seus objetivos.

A atuação na constituinte dos parlamentares comprometidos com os objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores não deve ter como prioridade legislar, mas denunciar as manobras da burguesia e ajudar a impulsionar e unificar as lutas dos trabalhadores que se darão por fora da constituinte.

Tão importante como eleger uma bancada comprometida com os nossos interesses é denunciar as ilusões que a burguesia procura semear entre os trabalhadores sobre a constituinte; é combater estas ilusões e avançar a nossa luta independente.

PROPOSTA 2

Nossa proposta:

Defender e aprovar o texto da CUT PELA BASE, que dá o caráter da Constituinte e propostas nos campos da propaganda e da ação da CUT, com acréscimo de trechos da tese da Executiva na Nacional, que aponta os rumos gerais da campanha.

O Congresso Constituinte convocado pelo governo Sarney é mais uma tentativa de legitimar o regime conservador da Nova República: Constituinte amarrada por leis arbitrárias e pronta para ser manipulada em favor dos interesses da classe dominante.

Por isso, a nossa primeira tarefa é denunciar o caráter anti-democrático e não soberano dessa Constituinte e reivindicar uma Assembléia Constituinte exclusiva, democrática e soberana.

A nossa participação no processo da Constituinte deve, portanto, por um lado, inviabilizar as tentativas da burguesia de excluir o movimento operário e popular do processo, por outro, avançar rumo ao projeto político dos trabalhadores.

Do ponto de vista dos trabalhadores, a tática deve se centrar de um lado em questionar os limites que a "Nova República" põe à democracia, acentuando a necessidade de uma Constituinte livre, soberana e democrática. De outro, devemos trazer a discussão da Constituinte do terreno parlamentar para o terreno da luta de massas.

Para isto precisamos:

1) Discutir os grandes temas nacionais, ou seja, temas que dizem respeito à organização econômica do país, à propriedade, liberdades democráticas, organização do Estado, direitos dos trabalhadores, códigos de trabalho, etc. e não apenas os temas regionais que dizem respeito às eleições para os governos com que (como quer) a burguesia.

2) Construir a participação dos trabalhadores nas lutas concretas, ou seja, nas campanhas salariais unificadas, greves, ocupações, lutas pela terra, lutas pelas moradia, saúde, educação, creches, transportes, etc.

3) Articular as lutas dos trabalhadores com as lutas gerais da sociedade.

4) Continuar acumulando forças, organização e ao mesmo tempo ir construindo o projeto alternativo da classe trabalhadora.

Devemos também tomar iniciativas nas eleições e no processo constituinte no sentido de que os trabalhadores se contraponham tanto aos candidatos como às propostas políticas da classe dominante, deixando claro em todas estas iniciativas que a Constituinte não trará as soluções para os trabalhadores: estas só serão conquistadas através de nossa mobilização, conscientização e ação direta.

Para isso,

- a CUT, os sindicatos e as Oposições e ela ligados devem apoiar politicamente aqueles candidatos ligados às lutas sindicais e populares, que estão preocupados com as reivindicações fundamentais dos trabalhadores e que entendem a participação na Constituinte como uma das batalhas da luta de classe;
- a CUT deve desenvolver amplas mobilizações par inscrever na Constituinte as reivindicações dos trabalhadores, tendo e deixando claro que essa luta não se reduz ao debate parlamentar e sim se **alicerçar** na ação direta dos trabalhadores;
- no processo constituinte, a CUT deve fazer propaganda de sua plataforma de luta e propostas gerais par a sociedade;
- a CUT deve lutar nas eleições e na Constituinte pela ampliação, unificação e politização das mobilizações, mostrando aos trabalhadores que seus interesses estão em confronto com a política do governo e dos patrões;
- a CUT deve lutar para que os parlamentares comprometidos com os interesses dos trabalhadores voltem sua atuação prioritariamente para estimular e fazer avançar a luta concreta dos trabalhadores – este, e não o terreno institucional é o caminho para as mudanças reais na sociedade;
- deixar claro para os trabalhadores que mesmo a inscrição de determinadas bandeiras na Constituinte não garantirá a sua implementação na prática – esta garantia só será dada através da luta e da organização dos trabalhadores.
- Organizar Comissões Constituintes nos locais de trabalho com estabilidade enquanto durar o processo constituinte, para encaminhar as discussões sobre os grandes temas nacionais e organizar a participação dos trabalhadores nos debates constituintes.

3. Dívida externa

EXPLICAÇÃO DA PROPOSTA:

A dívida externa é hoje o eixo em trono do qual gira a crise econômica brasileira, é um dos principais responsáveis pela situação de miséria da maioria da população na cidade e no campo. Nesse sentido, o debate sobre a dívida externa tem, para nós, a maior importância.

Consideramos necessário que a CUT apresente uma clara posição classista para orientar a luta pelo NÃO PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA.

No nosso entender, tanto a tese proposta pela Executiva Nacional, como a proposta pela direção da CUT Estadual de São Paulo, apresentam uma visão distorcida da luta contra a dívida externa, que acabam por caracterizar uma posição não-classista neste ponto.

As teses propõem a unidade dos "países" latino-americanos contra a dívida, passando por alto o fato de que estes países são divididos em classes sociais, que estão em luta entre si, e que a sua quase totalidade tem governos burgueses submissos ao imperialismo e ao FMI e que aplicam políticas absolutamente contrárias aos trabalhadores para fazer que sejam eles (os trabalhadores) os que paguem a dívida externa. Quando os trabalhadores resistem a estes governos, não vacilam em reprimir violentamente os seus movimentos para defender os interesses dos credores da dívida.

A proposta "CUT PELA BASE" defende que a luta contra a dívida externa é antes de mais nada uma luta dos trabalhadores e da população explorada contra o governo Sarney, que paga em dia a dívida externa, e, portanto a CUT deve trabalhar pela unidade dos trabalhadores dos países oprimidos pelo imperialismo e contra os seus governos burgueses.

Outro aspecto deste mesmo problema é a proposta de estabelecimento de uma NOVA ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL, que não seria o socialismo em escala internacional, mas como dizem os próprios documentos: "uma mudança nos termos, das relações comerciais entre os países capitalistas e os do 3º mundo...", ou seja, criar melhores condições para enfrentar a crise econômica sem sair dos marcos do sistema capitalista.

PROPOSTA 1

Defender e aprovar o texto seguinte como eixo geral de luta contra a dívida externa.

Dezenas de países do todo o mundo acumularam uma dívida externa monstruosa frente aos grandes banqueiros internacionais e aos países imperialistas. Este endividamento nada mais é do que uma conseqüência do desenvolvimento desordenado do sistema capitalista, a sede insaciável do lucro que leva o grande capital mundial a explorar cada vez mais a classe trabalhadora dos países capitalistas de todo o mundo. É, portanto, uma conseqüência inevitável do rumo que toma a exploração capitalistas em escala mundial na época do capital monopolista e do imperialismo.

Na verdade, beneficiam-se deste endividamento tanto os grandes banqueiros e países imperialistas como a própria burguesia dos países endividados. A política dos governos nestes países garante estes interesses e quem paga a dívida e seus juros é a classe trabalhadora dos países endividados: os salários são achatados, as condições de vida pioram assustadoramente, a média de vida cai a cada ano, a vida se esvai na miséria, na má alimentação, na falta de saúde, etc.

Entendemos que a luta PELO NÃO PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA e contra os males causados pelo endividamento dos países como o Brasil, passa pela unidade das classes trabalhadoras destes países contra a exploração capitalista e imperialista; passa pela luta contra o sistema de exploração capitalista em cada país pois é este sistema o verdadeiro responsável pela transferência da riqueza, pela miséria dos trabalhadores. A luta contra a dívida externa se combina, portanto, com as lutas imediatas e locais das classes trabalhadoras de cada país e se combina, também, com a luta maior dos trabalhadores, que é a luta pelo socialismo.

PROPOSTA 2

Neste sentido propomos também que a CUT convoque um encontro Latino Americano com o tema "A DÍVIDA EXTERNA E OS TRABALHADORES LATINOS AMERICANOS"

4. Sobre a questão da mulher trabalhadora

Esta tese foi aprovada nas assembléias dos Químicos, dos Plásticos, dos Metalúrgicos e das Assistentes Sociais de São Paulo. Propomos que seja incorporada nas resoluções do II Congresso, fazendo da bandeira "CRECHE PARA TODOS" uma das campanhas nacionais da CUT.

As mulheres representam hoje 32% da força de trabalho no Brasil e a tendência das últimas décadas tem sido o aumento da sua participação no mercado de trabalho.

Além do grande número de mulheres no trabalho rural, as demais concentram-se em categorias e funções que se relacionam com o papel que lhes é atribuído na sociedade: prestação de serviços enfermeiras, empregadas domésticas, professoras, assistentes sociais, funcionárias públicas, etc.

No entanto, é no setor industrial que tem se dado o maior crescimento percentual da mão de obra feminina: de 1970 a 1980 dobrou o número de mulheres neste setor.

Neste quadro se observa que a força de trabalho feminina é utilizada pelo capitalismo para aumentar o nível de exploração da classe como um todo. Senão vejamos:

- em 1982 quase metade das mulheres que trabalhavam (45,5%) ganhavam até 1 salário mínimo; dos homens 24,3% ganhavam este valor;
- na indústria o salário médio das mulheres é de 50 a 60% inferior ao dos homens;
- em SP, em 1982, apenas 8% dos empregados qualificados na indústria eram ocupados por mulheres;
- além disso, há um enorme contingente de mulheres que não tem nem mesmo os direitos trabalhistas conquistados pela classe, como as empregadas domésticas.

No caso das trabalhadoras rurais a situação ainda se agrava pois, além da dura jornada de trabalho que enfrentam, são totalmente ignoradas e discriminadas nos direitos previdenciários.

São classificadas como dependentes do marido ou filho maior, em muitos casos são assalariados e não tem carteira assinada, além da discriminação na participação nas diretorias sindicais, muitas não sendo aceitas nem como sócias do sindicato.

A concentração das mulheres nas profissões consideradas **femininas, que** facilita o rebaixamento salarial dessas categorias como um todo; em funções menos qualificadas ou seu isolamento em setores especiais da produção, impedindo a promoção ou acesso a cargos de chefia; ou até mesmo a recusa a contratação individual da mão-de-obra feminina, como ocorre com as trabalhadoras rurais, são mecanismos que, atingindo as mulheres em particular, significam o aumento da exploração da classe.

Isto porque rebaixam o total dos salários pagos, aumentam o lucro dos patrões e facilitam o nível de controle sobre amplos setores dos trabalhadores. Contribuem decisivamente portanto, para a manutenção e aumento da exploração capitalista.

Acrescenta-se a isto o fato do trabalho de atendimento às necessidades cotidianas dos trabalhadores não ser assumido como responsabilidade social e dever do Estado, que se omite da criação de instrumentos que socializem esta tarefa, como creches, lavanderias e restaurantes públicos, etc. Assim esta recai sobre a família, assumida prioritariamente pelas mulheres, que arcam com uma "dupla jornada de trabalho", além de realizarem um trabalho que não é pago.

PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA LUTA DE CLASSE

A participação da mulher trabalhadora no processo da luta de classe tem se dado com grande destaque nos momentos de ascenso da luta (greves, campanhas). Por outro lado, sua participação numa militância de caráter mais permanente e organizativo sofre profundas desníveis em relação à participação masculina. Isto ocorre principalmente devido às dificuldades geradas pela dupla jornada de trabalho, a falta de socialização do trabalho doméstico; a ideologia burguesa conservadora que reforça o papel feminino na sociedade, e

a ausência de uma política adequada por parte do movimento sindical que estimule e facilite a participação das mulheres, considerando suas dificuldades.

A organização das mulheres no movimento sindical, com a incorporação de suas lutas e reivindicações, deve ser assumida pelo conjunto da classe porque representará não uma divisão mas o fortalecimento e unificação da classe contra a dominação burguesa.

Cabe à CUT como direção do movimento sindical, manter uma política de conscientização e organização das mulheres trabalhadoras, não só criando formas de garantir sua participação mais efetiva e duradoura, mas assumindo a centralização de suas lutas.

Neste sentido, propomos a criação de uma "COMISSÃO DA QUESTÃO DA MULHER", ligada à Secretária de Política Sindical, a nível Nacional e Estadual, com as seguintes funções:

- a) elaboração de propostas e projetos políticos sobre a questão da mulher trabalhadora, que serão encaminhadas às direções da CUT Estadual e Nacional;
- b) formação política adequada, elaboração de atividades, publicações e materiais de formação sobre a questão da mulher trabalhadora;
- c) promover Encontros, Seminários e levantamentos da situação das mulheres trabalhadoras para definição das formas de luta sobre suas questões;
- d) incentivar e assessorar os sindicatos e oposições sindicais, em programas, projetos e implantação de instâncias que permitem espaços para as mulheres se organizarem, discutirem e lutarem contra sua discriminação. As comissões nos sindicatos terão também o papel de integrar as mulheres às lutas gerais das categorias.

PLATAFORMA DE LUTAS

Baseado em discussões, seminários, encontros e congressos já realizados por mulheres trabalhadoras nos últimos anos, apresentamos as suas reivindicações mais relevantes através da seguinte plataforma de lutas que deverá ser incorporada pela CUT, no movimento sindical e na luta pela Constituinte:

- 1) Contra todas as formas de discriminação e diferenças de direitos entre homens e mulheres, nas condições de trabalho e emprego, na família, em todos os aspectos da sociedade, independente de estado civil, cor ou opção sexual;
- 2) Contra toda e qualquer forma de violência à mulher, seja em casa, no trabalho ou na rua;
- 3) É dever da sociedade e obrigação do Estado o atendimento às necessidades dos indivíduos, com a criação de lavanderias e restaurantes públicos, a garantia de educação e creches gratuitas, em período integral, para todas as crianças, sob controle dos trabalhadores;
- 4) Garantia de atendimento médico em todas as fases da vida da mulher, e acompanhamento permanente no período de gestação e parto. Contra qualquer forma de intervenção ou interferência do Estado ou organismos estrangeiros (FMI), na definição do planejamento familiar;
- 5) Exigência de salário igual para trabalho igual com registro em carteira da função realmente exercida;
- 6) Reconhecimento e regulamentação do trabalho da empregada doméstica. Aposentadoria aos 45 anos de idade para as trabalhadoras do campo, com salário mínimo independente do seu estado civil; Contratação individual e garantia de todos os direitos já conquistados pela classe para a trabalhadora rural;
- 7) Fim de toda discriminação no local de trabalho, dos testes de gravidez para admissão; controle de idas ao banheiro (chapinhas), controle permanente pelas

organizações sindicais de todas as formas de violência e ameaça sexual no local de trabalho;

- 8) Garantia de licença-maternidade para todas as mulheres trabalhadoras, inclusive empregadas domésticas e trabalhadoras rurais; extensão de licença aos pais trabalhadores por ocasião do nascimento dos filhos;
- 9) Os sindicatos, as comissões de fábrica, deverão assumir a fiscalização da discriminação à mulher nos locais de trabalho.

Para avançar concretamente na mobilização e incorporação das mulheres à luta geral da classe, é necessário que a CUT assuma de forma prioritária uma bandeira que ataque pontos essenciais da discriminação das mulheres e dificultar sua participação no movimento.

Entendendo que o trabalho doméstico e cuidado das crianças são fatores geradores destas dificuldades, propomos que a CUT encampe a bandeira "Creche para todos" nas campanhas Nacionais da CUT, articuladas à Campanhas Nacionais de Lutas. No aspecto organizativo esta bandeira representará:

- maior mobilização das mulheres trabalhadoras e da classe em seu conjunto por se tratar de uma bandeira de interesse dos homens e mulheres trabalhadores;
- um instrumento de pressão à classe patronal por estar diretamente vinculada às condições de trabalho;
- unificação com o movimento popular onde a luta pelo direito a creches já é presente há vários anos;
- uma reivindicação que poderá se transformar em conquistas imediatas podendo ser viabilizada em cada local (fábrica, cidade, campo) respeitadas as condições mais favoráveis para cada realidade.

A campanha Nacional da CUT "CRECHE PARA TODOS" deverá preservar a garantia de creches gratuitas mantidas pelo Estado e pelos patrões, sob controle dos trabalhadores como um direito irrestrito dos pais e das crianças.

PROPOSTAS

1) Considerando que as mulheres,

- representam 32% da força de trabalho no Brasil;
- recebem salários em torno de 50 e 60% inferiores aos dos homens no setor industrial;
- trabalhadoras rurais e domésticas não tem garantidos nem mesmo os direitos já conquistados pela classe;
- representam uma força de trabalho utilizada pelo capitalismo para aumentar o nível de exploração capitalista sobre a classe trabalhadora;
- executem, gratuitamente, todo trabalho doméstico necessário à subsistência dos trabalhadores, que não é assumido pelo Estado;
- e que a luta das mulheres e suas reivindicações devem ser assumidas pelo conjunto da classe, o que representará não uma divisão, mas o fortalecimento e unificação da classe contra a dominação burguesa;

Propomos que a CUT como direção do movimento sindical, incorpore uma política de conscientização e organização das mulheres trabalhadoras. Para isso deverá criar uma "Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora", ligada à Secretária de Política Sindical, a nível Estadual e Nacional.

2) Entendendo que o trabalho doméstico e cuidado das crianças são um dos principais geradores das dificuldades enfrentadas pelas mulheres, para a participação política, propomos a integração da bandeira "Creche para todos" nas Campanhas Nacionais da CUT, articulada à Campanha Nacional de Lutas.

5. Automação e novas tecnologias

EXPLICAÇÃO DA PROPOSTA:

A tese abaixo resumida é parte do trabalho da Comissão Nacional de Tecnologia e Automação da Secretária de Política Sindical da CUT, e fruto dos seminários nacionais sobre automação nas categorias de bancários e dos telefônicos e do seminário inter-categorias.

O governo e os empresários vêm consolidando uma política tecnológica que não atende aos interesses dos trabalhadores. Os testas de ferro do imperialismo simplesmente querem o fim da "lei de reserva de mercado".

Os chamados empresários nacionais querem que o movimento sindical apóie a "reserva do mercado" para que as multinacionais não liquidem ou absorvam suas empresas.

Até agora a introdução de novas tecnologias e da automação só trouxe o desemprego e o aumento da exploração e do ritmo de trabalho. Nem os patrões, nem o governo permitiram a participação dos trabalhadores na definição do PLANO NACIONAL DE INFORMÁTICA, nem na implantação de novas tecnologias que afetam o dia-a-dia de milhões de pessoas. Muito menos os patrões tem aceitado discutir a implantação de novas tecnologias no local de trabalho.

Os trabalhadores tem conseguindo resistir em cada situação sem uma orientação clara da própria CUT. Além disso o CONGRESSO CONSTITUINTE rediscutirá toda a política nacional de informática e os parlamentares vinculados aos trabalhadores devem ter um mínimo de referência do movimento para sua atuação.

Esta tese foi aprovada na assembléia dos Metalúrgicos de São Paulo. Propomos sua incorporação nas resoluções do II Congresso Nacional da CUT.

RESUMO DA TESE APRESENTADA PELA COMISSÃO NACIONAL DE TECNOLOGIA E AUTOMAÇÃO DA SECRETÁRIA DE POLÍTICA SINJDICAL DA CUT NACIONAL.

A AUTOMAÇÃO E A SOCIEDADE

Numa produção socializada e planejada, a automação pode ser realmente pensada como um benefício social, substituindo funções penosas e perigosas, garantir o aumento da produção, auxiliar no funcionamento do Estado, aumento do tempo livre, etc.

Dirão os patrões que isto também ocorre numa sociedade capitalista. Mas não é assim. O

incremento tecnológico num país como o nosso não se reflete como fator de mudança benéfica para a classe trabalhadora, mas como elementos de concentração capitalista e de restrição da mão-de-obra empregada, entre outros fatores.

A distribuição social dos benefícios gerados pela automação depende diretamente da capacidade do movimento operário e popular, de se contrapor aos seus aspectos negativos e de apontar reivindicações concretas.

O objetivo central do processo de automação é o aumento da produtividade do parque industrial brasileiro. O que significa produzir mais mercadorias utilizando menos trabalhadores. Por esta razão as reivindicações principais dos trabalhadores com relação a este aspecto, são: a) REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO, b) ESTABILIDADE NO EMPREGO, c) SALÁRIO DESEMPREGO, d) RETREINAMENTO DOS TRABALHADORES.

A RESERVA DE MERCADO BRASILEIRO

O governo e os empresários ditos nacionais tem defendido com muito ímpeto a reserva de mercado da informática no Brasil, mas seus objetivos são: a) Aumento da produtividade, b) Desenvolvimento da Indústria na área, c) Interesses militares, e d) Possibilidade de superávit na balança de pagamentos para garantir o pagamento da dívida externa.

Aos trabalhadores interessa a capacidade do nosso país de desenvolver e difundir socialmente tecnologia própria, não só na área de informática como na de biotecnologia, materiais e energia, e em outras áreas de tecnologia de ponta, pois isto significa um processo produtivo mais integrado e global, a existência de pesquisa científicas e independência a nível internacional. Mas aos trabalhadores, isso só interessa na medida em que as prioridades desta produção e das pesquisas sejam voltadas para melhoria das condições de vida e de trabalho da maioria da população, aumento de seu tempo de lazer, fim de trabalhos insalubres e perigosos e melhoria do serviço prestado à população.

Com relação à autonomia do país em relação ao imperialismo, só será possível com a colocação em prática de uma proposta que a CUT vem defendendo, ou seja o NÃO PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA.

A PROTEÇÃO AOS TRABALHADORES

Nos países que sediam as multinacionais, o desempregado tecnológico existe, mas parcela da mão-de-obra é reabsorvida e o movimento sindical vem conquistando várias medidas de proteção.

Em países como o Brasil, o desemprego é estrutural, fruto de desenvolvimento dependente do capitalismo, e a automação agrava mais a questão, tendo em vista, principalmente, que os trabalhadores não possuem nenhuma forma de proteção e segurança em seu emprego.

A política de formação de mão-de-obra especializada pelas universidades, centros de treinamento, fundações, institutos de pesquisas e entidades similares, poderá resultar em uma alta rotatividade no emprego e desqualificação da mão-de-obra especializada tradicional, se não for precedida e acompanhada de um programa de retreinamento de mão-de-obra nas empresas e reaproveitamento dos trabalhadores nas suas empresas ou locais de trabalho. Essa vinculação direta dos centros universitários e de formação técnica diretamente às gerências das empresas poderá resultar na privatização do que resta de ensino público no país.

Além disso, a orientação da aprendizagem profissional no Brasil tem sido um monopólio das entidades patronais. O SENAI e o SESC são dirigidas pelas federações de empresários que não só ditam as regras do ensino profissionalizante como fazem a inculcação da ideologia da burguesia nos trabalhadores, particularmente nos aprendizes menores de idade.

A participação dos trabalhadores nas definições relativas à automação, tanto nas empresas, locais de trabalho e em organismos de decisão sobre a política nacional de informática, torna-se essencial, caso contrário, as prioridades sociais, culturais, tornar-se-ão aspectos demagógicos e secundarizados em relação aos interesses do lucro dos empresários.

UMA PROPOSTA DE AÇÃO SINDICAL

Para a proteção dos trabalhadores dos problemas advindos da inovação tecnológica são necessárias medidas concretas a nível legislativo e a nível de organização dos trabalhadores.

Dentre estas medidas podemos destacar:

1) Introdução de um capítulo específico no projeto de código de trabalho, sobre a proteção e defesa dos trabalhadores diante da introdução de novas tecnologias, que incluía: Manutenção das bases estabelecidas em convenções coletivas, com relação ao nível de empregados e salários; Redução de jornada de trabalho para todos, sem perdas salariais; Controle sobre o ritmo de trabalho, nas empresas automatizadas; Treinamento do pessoal substituído ou dispensado pela introdução de novas tecnologias, para emprego no mesmo setor ou em outro sem rebaixamento salarial; Garantia de acesso prévio dos organismos dos trabalhadores às informações das intenções e medidas a serem tomadas pelas empresas com relação à introdução de novas tecnologias; Modificações da legislação da CIPA dando-lhes maiores poderes para fiscalização dos efeitos e conseqüências provocadas pela introdução da automação nos locais de trabalho.

COMISSÕES DE EMPRESAS (ou DE FÁBRICA)

Reivindicar através dos acordos que vêm legalizando a conquista das comissões de empresas, que estes organismo de representação controlem o ritmo de trabalho, a redução da jornada e o nível de emprego, quando forem introduzidas alterações em decorrência da automação de setor ou serviço.

Incluir nos acordos que garantem as comissões, que a introdução de novas tecnologias só ocorra após prévia discussão e negociação com a comissão de empresas e com a aceitação e acompanhamento da mesma.

A AUTOMAÇÃO E A CONSTITUINTE

A legislação da informática brasileira será toda reavaliada no debate constituinte. Vários "lobbies" de deputados ligados às multinacionais e aos setores conservadores trabalharão no sentido de revogar a Lei de Reserva de Mercado e colocar a política tecnológica totalmente entregue nas mãos do Capital Internacional.

Em segundo lugar, os "lobbies" dos empresários nacionais ligados ao setor financeiro e ao setor de informática trabalharão no sentido de manter a política atual de informática, que não garante a distribuição social dos benefícios do desenvolvimento tecnológico.

Para o movimento sindical, é essencial garantir a eleição do maior número possível de deputados comprometidos com as nossas reivindicações e mobilizar os trabalhadores para garantir alterações na legislação de informática, visando estes pontos levantados por este documento, que poderão significar uma distribuição mais social dos benefícios do desenvolvimento tecnológico.

ESTRUTURA SINDICAL

EXPLICAÇÃO DA PROPOSTA:

No debate que faremos neste Congresso sobre a questão da estrutura sindical é importante levar em consideração que:

Quando estamos falando de ESTRUTURA SINDICAL, estamos falando da estruturação da CUT e que esta estruturação não vai acontecer simplesmente pela revogação do Capítulo V da CLT que trata da organização da vida sindical; temos que perceber nas lutas reais que

vêm acontecendo as formas de organização que os trabalhadores têm encontrado, as experiências positivas e negativas que estamos vivendo na construção da CUT.

Que mais do que ESTRUTURAÇÃO SINDICAL, estamos discutindo sobretudo, um LINHA DE ORGANIZAÇÃO PARA A CLASSE TRABALHADORA, procurando combinar aquelas formas que melhor possam garantir os princípios básicos que a CUT vem reafirmando desde a sua fundação (independência e autonomia, a democracia de base, o caráter classista, o rumo à alternativa socialista, etc.).

É nesse sentido que queremos chamar a atenção dos companheiros da CUT para a questão das Comissões de Fábricas ou Empresa porque nas teses da Executiva Nacional e da Executiva Estadual de São Paulo não se define com clareza o papel que a CUT deve desempenhar frente a elas. Com isso corre-se o risco de contrapor simplesmente as Comissões Sindicais de Base (propostas para a nossa estrutura) com as Comissões de Fábrica. Ou, pior que isso, não perceber na discussão sobre estrutura, o papel insubstituível que as Comissões de Fábrica (Empresa) desempenham hoje, seja para o amadurecimento político dos trabalhadores, seja para o próprio desenvolvimento e consolidação da CUT numa linha classista.

As comissões de fábrica ou empresa, independentes em relação ao Estado e autônomas frente aos organismos sindicais cumprem hoje um papel nos locais de trabalho que os sindicatos, as centrais sindicais e mesmo a representação sindical nas empresas não poderia cumprir.

Em todas as lutas que tem acontecido nos principais centros industriais do país os trabalhadores estão construindo e defendendo as Comissões da Fábrica como um instrumento fundamental de organização unitária de suas lutas. Essa prática já atual dos trabalhadores deve ser reforçada pela Central Única dos Trabalhadores.

PROPOSTA 1

NESTE sentido propomos que o II Congresso Nacional da CUT, coerente com sua perspectiva de contribuir decisivamente para a criação de uma organização de classe, ampla, massiva, classista e no rumo da criação de bases para uma alternativa socialista para os trabalhadores aprove como resolução o COMPROMISSO DA CUT LUTAR PELA CRIAÇÃO DE COMISSÕES DE FÁBRICA E EMPRESA, INDEPENDENTES DA ESTRUTURA SINDICAL E DE LEVANTAR ESSA BANDEIRA EM TODAS AS LUTAS, INSCREVENDO-A EM TODAS AS PAUTAS DE REIVINDICAÇÕES. ALÉM DISSO, A CUT DEVERÁ DESENVOLVER FORMAS DE APOIO JURÍDICO E POLÍTICO ÀS COMISSÕES.

PROPOSTA 2

COMISSÕES DE FÁBRICA OU EMPRESA

Propomos também que a CUT aprove o seguinte texto como integrante das resoluções sindicais:

As Comissões de Fábrica ou Empresa devem ser construídas como organismos que representam o conjunto dos trabalhadores daquela fábrica ou empresa, sindicalizados ou não.

Suas tarefas vão além do trabalho sindical na fábrica ou empresa e por isso devem ser independentes da estrutura sindical, buscando-se constituírem como uma verdadeira escola de poder operário. As comissões de fábricas ou empresa fazem, no processo de luta, avançar a auto-organização dos trabalhadores, que decidem suas formas de eleição,

funcionamento e auto-sustentação. As comissões aplicam na sua prática cotidiana os elementos da democracia operária: as assembleias de fábrica como órgão soberano para tomada de decisões, o cumprimento às decisões gerais da categoria e da classe.

A relação das Comissões de Fábrica com os Sindicatos deve ser política, ou seja, com as direções combativas e comprometidas com a luta a relação deve ser de apoio e reforço mútuo, já com as direções conciliadoras a relação deve ser de combate.

Os sindicatos e oposições no campo da CUT têm a tarefa fundamental de lutar pela criação das Comissões de Fábrica ou Empresa.

PROPOSTA 3

ESTRUTURA SINDICAL

A nova estrutura sindical proposta pela CUT deve partir fundamentalmente da independência em relação ao Estado; deve ser uma proposta da CUT para a estruturação da própria CUT, coerente com a perspectiva de construir a CUT pela base, assegurando seu crescimento horizontal, aperfeiçoando sua capacidade de articular as lutas e garantindo a prática da democracia operária. Nesse sentido, propomos: endossar o seguinte texto da proposta 1 da Executiva da CUT Estadual de São Paulo:

Nosso objetivo básico

Todos nós concordamos que a estrutura sindical fascista que está aí deve ser extinta. Todos nós concordamos que, por outro lado, devemos criar uma estrutura sindical que esteja de acordo com a vontade, interesses e necessidades organizativas dos trabalhadores. Estamos de acordo, também, que a nova estrutura sindical não deve apenas ser discutida e aprovada pelo Congresso Nacional e depois permanecer no papel. Nosso objetivo básico é elaborar e aprovar uma estrutura sindical e desencadear um processo que garanta a sua real implantação. Nosso esforço, portanto, deverá caminhar no sentido de criar todos os mecanismos e condições para implantar a nova estrutura sindical "que a Direção Nacional crie os mecanismo, as formas e as condições para implantação dessa estrutura sindical a nível nacional".

Implantar a Estrutura Sindical sem interferência do Estado

Nosso ponto de partida é a defesa e a concretização do princípio da LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL contido na CONVENÇÃO 87 da OIT.

Hoje, no Brasil, há quem se posicione contra a ratificação da Convenção 87.

Sabemos que a conquista da LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL será fruto de nossa luta e de nossa força. Este foi o caminho da construção da CUT. Os trabalhadores passaram por cima da lei sindical fascista criando a CUT e tornando-a seu instrumento de luta e seu órgão de representação máximo. Da mesma forma deverá ser com a implantação da nova estrutura sindical, isto é, uma vez aprovada pelo Congresso Nacional devemos criar todas as condições para colocá-las em prática.

Nossa posição é clara: não queremos que o Estado (seja através do poder Executivo, seja através do Legislativo) imponha uma outra estrutura sindical e nem se dê o direito de aprovar ou vetar uma estrutura sindical. Nós queremos que seja respeitado o direito dos trabalhadores se organizarem da forma livre e autônoma. Combatemos também a tese de que esta questão deva esperar pela Constituinte. Também não aceitamos que a estrutura

sindical que for aprovada no Congresso Nacional deva ser negociada com os mecanismos da estrutura sindical fascista que está aí. Em resumo, não estamos definindo uma nova estrutura sindical para ser colocada em apreciação no Congresso Nacional em Brasília, nem para ser apreciada pela Constituinte e nem para ser negociada com a velha estrutura sindical. Estamos definindo uma estrutura sindical para implantá-la.

A Nova Estrutura Sindical da CUT e para a CUT, ampliando-se para o movimento sindical através da conquista das bases sindicais.

A Nova estrutura sindical que propomos é uma estrutura DA CUT PARA A CUT. A CUT deve elaborar sua proposta de estrutura sindical e implantá-la de acordo com os seus princípios, concepção e prática de CUT pela base. Devemos ter clareza de que, uma vez definida a estrutura sindical que queremos, nós, da CUT, vamos implantá-la. Não vamos negociar a implantação nem com os sindicatos, federações e confederações pelegos da atual estrutura sindical, nem vamos negociar com o Estado da Nova República e nem vamos aguardar a estrutura sindical que certamente será imposta pela Constituinte. Devemos, isto sim, ampliar a nova estrutura sindical para o movimento sindical geral através da conquista das bases. Esta ampliação poderá até chegar a conquistar todo o movimento sindical brasileiro.

Mas isto dependerá de nossa força, de nossas propostas e práticas corretas. Neste sentido, a proposta de nova estrutura sindical sai da CUT para a CUT e daí estendendo-se para o movimento sindical através da luta e da conquista. É desta forma que entendemos que a CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES será única se conseguirmos conquistar esta unidade na direção que interessa ao conjunto dos trabalhadores da cidade e do campo.

O que deve ser garantido na Lei

Pelo acima exposto, fica claro que não queremos que o Estado interfira na organização sindical dos trabalhadores. Isto não quer dizer que abrimos mão das garantias sindicais a serem consignadas em lei. Do ponto de vista da legislação, defendemos o seguinte:

1. A Constituição Brasileira deve garantir:

- a) a liberdade e autonomia sindical, conforme a Convenção 87;
- b) A estabilidade no emprego para quem tem mandato sindical, em qualquer instância até 1 (um) ano após o cumprimento do mandato.

2. A Lei Ordinária deve garantir o exercício dos seguintes direitos:

- a) Estabilidade no emprego para todos os membros concorrentes às eleições sindicais pelo período de 1 (um) ano;
- b) Estabilidade aos membros da Comissão coordenadora do processo eleitoral pelo período de 1 (um) ano;
- c) Garantia de criação e funcionamento de Comissão de Empresa independente da estrutura sindical, com estabilidade no emprego e condições de funcionamento dentro da empresa;
- d) Garantia de tempo livre (2/3 da jornada de trabalho) para todos os membros dos organismos dos trabalhadores dentro da empresa para o exercício de seu mandato.
- e) Desconto em folha de pagamento de todas as contribuições sindicais definidas pelo Sindicato;
- f) Livre circulação dos dirigentes sindicais nos locais de trabalho;
- g) Livre divulgação de toda propaganda sindical nos locais de trabalho;

- h) Garantia de realização de assembléias dentro das empresas durante o período de trabalho;
- i) Remuneração normal para todos os trabalhadores que participarem de atividade sindical dentro e fora da empresa.

PROPOSTA 4

DEPARTAMENTOS PROFISSIONAIS DA CUT

I. Diferenças entre Departamento e Federação

O Departamento fortalece a CUT horizontal e garante a unidade de classe. Um departamento da CUT sem a estrutura pesada (Congresso, assembléia, direção com executiva, conselho fiscal) responde mais aos objetivos da CUT, sempre no sentido de desenvolver a luta de todos os trabalhadores e não de uma ou mais categorias mais organizadas.

A Federação prioriza o verticalismo dentro da CUT e incentiva o corporativismo.

II. Diferenças entre a proposta da Executiva Nacional e a Tese CUT PELA BASE.

1. A Nacional propõe apenas um departamento nacional e comissões de trabalho nos estados

A Tese CUT PELA BASE propõe departamentos a nível estadual e nacional.

2. A Nacional propõe que a direção do departamento seja formada por todos os membros da direção pertencentes ao ramo de atividade, com um mínimo de 5 membros. Apenas no caso do ramo não estar representando na executiva, um encontro definirá a coordenação.

A TESE CUT PELA BASE propõe uma comissão coordenadora eleita em encontro dos ramos composta por 5 membros a nível estadual e 9 membros a nível nacional.

3. A Nacional propõe mandato de 3 anos.

A Tese CUT PELA BASE propõe o intervalo entre dois encontros (a definir).4. A tese CUT PELA BASE propõe acrescentar às funções do departamento:organizar as lutas da categoria; organizar e orientar o trabalho das oposições sindicais reconhecidas pela CUT.5. A tese CUT PELA BASE propõe implantação imediata (3 meses) nos ramos onde já há um trabalho consolidado. Nos demais propõe estruturar plano de implantação a ser desenvolvida através de comissão provisória.

Sobre os departamentos profissionais

§ 1º Serão criados departamentos profissionais por ramos de atividade nos vários níveis de estruturação da CUT (estadual e nacional) de acordo com as necessidades da luta dos trabalhadores e por deliberação da direção a que se referir o departamento.

§ 2º Os departamentos profissionais estarão sob orientação política da direção da CUT, constituindo-se como órgãos dentro da CUT e sob direção da CUT. Aos departamentos estarão vinculados os sindicatos ou associações filiadas à CUT e as oposições sindicais reconhecidas pela CUT do ramo profissional a que se refere o departamento.

§ 3º São funções do departamento profissional:encaminhar no seu ramo de atividade todas as deliberações das instâncias de direção da Central nos seus vários níveis;

- a) organizar a luta dos trabalhadores de seu ramo específico, a partir das discussões nas instâncias do departamento e das discussões da direção sobre o ramo profissional. Nos casos em que for necessário, representar coletivamente os trabalhadores filiados aos sindicatos ou associações filiadas à CUT e oposições sindicais reconhecidas pela CUT;
- b) organizar e orientar o trabalho das oposições sindicais reconhecidas pela CUT no seu trabalho cotidiano, tendo por objetivo a conquista da direção do sindicato;
- c) organizar o trabalho de propaganda e divulgação das propostas gerais, do programa e plataforma de lutas da CUT a nível do ramo profissional a que se refere o departamento.

§ 4º A partir da definição do departamento pela direção da CUT ao nível que se refere o § 1º, será convocado um encontro de departamento, onde participarão delegados dos sindicatos ou associações filiadas à CUT ou ainda das oposições sindicais reconhecidas pela CUT. O número de delegados a que terá direito cada entidade ou oposição, a forma de escolha e demais procedimentos serão definidos pela Direção Nacional da CUT.

O encontro terá as seguintes funções:

- a) discutir a implantação do departamento;
- b) discutir e encaminhar as campanhas gerais da CUT;
- c) discutir e deliberar sobre encaminhamentos de campanhas específicas do ramo de atividade a que se refere o departamento;
- d) eleger a Comissão Coordenadora do departamento, como definido no § 5º.

§ 5º Os departamentos profissionais terão uma Comissão Coordenadora, com as seguintes funções:

- a) encaminhar as deliberações do Encontro do Departamento;
- b) encaminhar as deliberações da direção da CUT a nível a que se refere o Departamento;
- c) organizar as lutas dos trabalhadores do ramo profissional;
- d) representar coletivamente os trabalhadores em negociações e outras questões que requeiram esta atividade;
- e) orientar o trabalho de implantação da CUT a nível do ramo profissional.

§ 6º As Comissões Coordenadoras eleitas nos Encontros dos ramos serão compostas por, respectivamente, 5 pessoas a nível estadual e 9 a nível nacional. As Comissões Coordenadoras deverão escolher um Coordenador Geral que responderá pela Coordenação à direção da CUT.

O mandato da Coordenação durará no intervalo entre dois Encontros.

§ 7º Os Departamentos Profissionais da CUT serão vinculados à Secretaria de Política Sindical da CUT. Os encontros dos Ramos Profissionais serão convocados pela Comissão Coordenadora ou pela Direção da CUT. Em caso de eleição da Comissão Coordenadora, a pauta deverá conter explicitada esta proposta.

§ 8º Na fase de implantação dos departamentos serão adotados os seguintes procedimentos básicos:

- a) no caso de ramos em que a CUT já tem um trabalho consolidado e estruturado, deverá ser convocado no prazo máximo de três meses após a aprovação pelo

Congresso Nacional da CUT desta proposta os Encontros Nacionais para estruturação dos Departamentos;

- b) nos ramos em que o trabalho da CUT ainda é débil, deverá ser articulada pela direção da CUT uma Comissão Provisória com a tarefa de preparar um plano de implantação da CUT no referido ramo. Neste caso, a Comissão Provisória deverá ser composta por membros da direção ou por pessoas indicadas pela direção.

§ 9º Cada Departamento Profissional, de acordo com as suas possibilidades, terá que dar sustentação financeira às suas atividades. A CUT nacional complementará esta sustentação.

PROPOSTA 5

CONSTRUÇÃO DAS ESTRUTURAS HORIZONTAIS

Que as CUTs Regionais criem formas horizontais de participação de base. Isto é, que permitam a participação de todos os trabalhadores integrando as diversas categorias de uma determinada região numa ação unificada que: permita a racionalização de esforços e recursos; possibilite a definição de prioridades da Região na construção e efetivação da Central Unica dos Trabalhadores.

Essas estruturas deverão respeitar as várias realidades regionais.

A partir do Congresso Nacional/86 abre-se um período de organização dessas formas de participação. No próximo Congresso realiza-se um balanço da experiência com o sentido de incorporá-la ou não nos estatutos e funcionamento da CUT.

Por que propomos estas estruturas:

- 1) Elas permitem o contato de trabalhadores isolados de categorias cujas diretorias sindicais são pelegas com sindicatos e oposições da CUT, favorecendo a formação de oposições sindicais e a disputa da direção do sindicato;
- 2) Elas efetivam, na prática, o rompimento com o corporativismo: diversas categorias incorporam em seu cotidiano discussões, assembleias, plenárias conjuntas, discutindo e lutando enquanto classe. Nesse sentido fazem avançar a consolidação da CUT enquanto uma central classista;
- 3) Ao levar a CUT como direção das lutas nas bases mesmas das categorias, elas trazem os trabalhadores para a defesa das propostas da CUT, fazendo avançar a construção da hegemonia na base do movimento sindical, nas fábricas e locais de trabalho;
- 4) Elas permitem que se estabeleça um vínculo espontâneo com o movimento popular, favorecendo a união das lutas do movimento popular com o movimento sindical, levando as propostas da CUT para os trabalhadores também em seus locais de moradia.

Obs.: A experiência das Zonais em São Paulo, ou dos Comandos de Base no ABC, apesar de recentes, mostram a importância da CUT avançar nesta direção.

PROPOSTA 6

REPRESENTAÇÃO SINDICAL NAS EMPRESAS

No processo de construção de uma nova estrutura sindical, é necessário que haja um trabalho específico de implantação do sindicato na base através da construção de organismos de representação sindical nas empresas. Para a escolha da direção destes

organismos poderão votar e ser votado apenas os sindicalizados. Esta proposta não pode ser confundida com as Comissões de Fábrica.

ESTATUTOS

EXPLICAÇÃO DA PROPOSTA:

Os trabalhadores de todo o mundo, na sua luta contra a exploração capitalista, constroem organizações e buscam eleger os dirigentes que melhor resposta dão ao avanço das lutas. Passado o fogo das lutas e modificadas as condições que lhes deram origem, tanto as organizações quanto as direções correm o risco do acomodamento, da burocratização, que, se não forem combatidos, tornam-se entraves ao desenvolvimento da luta.

A burguesia sempre tentou e sempre tentará esmagar ou pelo menos domesticar a organização dos trabalhadores. O próprio sistema capitalista cria em nós o hábito da submissão, o mito que o debate significa falta de unidade. Somos nós trabalhadores que temos que manter viva e forte nossas organizações, somos nós que temos que manter nossa unidade de classe contra a burguesia e seus agentes no movimento operário (os reformistas, os pelegos e os conciliadores). E a unidade da classe trabalhadora só se faz através da luta e através da organização baseada na mais ampla democracia interna.

A CUT surgiu do combate à burguesia e à ditadura militar, da necessidade de unificação nacional das lutas dos trabalhadores, do enfrentamento ao peleguismo e a estrutura sindical oficial.

A CUT nasceu da prática de milhares de companheiros do campo e da cidade, da acumulação de experiências que exigiam uma ferramenta, um instrumento, uma organização nacional da classe trabalhadora.

A CUT herdou muitos dos elementos de atraso da velha estrutura sindical, mas significa um rompimento com o sindicalismo atrelado ao Estado.

A CUT significa um avanço na luta e na organização dos trabalhadores e seus estatutos corporificam um estágio do movimento: tentam contemplar o respeito às decisões da maioria e os direitos de representação das minorias nas instâncias de decisão, a delegação de poderes e a participação coletiva nas deliberações, a necessidade de uma organização forte e a disciplina com a democracia interna.

Os estatutos da CUT até hoje não impediram o desenvolvimento das lutas, nem impediram a democracia dentro da CUT.

Agora, o próprio avanço das lutas e das organizações dos trabalhadores coloca novas questões estatutárias. No entanto, a visão que orienta o conjunto das propostas da Executiva Nacional não contribui para o avanço da CUT. Por exemplo:

Admitir acabar com a proporcionalidade na executiva é diminuir a democracia interna; Realizar Congressos apenas de 3 em 3 anos é desarmar a CUT para enfrentar o projeto que a burguesia tem tentado impor através da "Nova República";

A proposta de que os trabalhadores rurais e de serviços tenham menor participação nos congressos é uma solução burocrática porque não há nenhum critério político de avaliação das lutas no campo hoje e nem critérios que permitam avaliar a importância estratégica desta ou daquela categoria de serviços básicos.

Os estatutos da CUT necessitam de mudanças que permitam ampliar a democracia e a participação de base e uma estruturação mais eficiente que contemple o crescimento que a CUT vem tendo. Nesse sentido, os estatutos podem e devem ser melhorados.

Por isso a tese "CUT pela Base" propõe:

1. GARANTIR A PROPORCIONALIDADE EM TODAS AS INSTÂNCIAS DA CUT

- nas delegações para os congressos Regional, Estadual e Nacional;
- para as Plenárias Regional, Estadual e Nacional;
- para as direções Regional, Estadual e Nacional;
- para as executivas Regional, Estadual e Nacional.

2. QUE A ELEIÇÃO DE DELEGADOS PARA OS CONGRESSOS REGIONAL, ESTADUAL E NACIONAL SEJA FEITA EM ASSEMBLÉIAS DE BASE

- delegados para o Congresso regional eleitos em assembléia exclusiva;
- delegados para o Congresso estadual e para o Congresso Nacional podem ser eleitos na mesma assembléia, podendo ou não coincidir os nomes – a base é que deve decidir se sua delegação é mais concentrada ou mais ampla.

3. GARANTIR A REPRESENTATIVIDADE DOS CONGRESSOS ESTADUAL E NACIONAL, EXIGINDO O MESMO QUÓRUM EXIGIDO PARA O REGIONAL NAS ASSEMBLÉIAS QUE TIRAM DELEGADOS PARA OUTRAS INSTÂNCIAS.

4. GARANTIR MAIOR PARTICIPAÇÃO DAS CATEGORIAS MAIS MOBILIZADAS

- direito a delegados suplementares no caso da assembléia ultrapassar o quórum.

5. MANTER O MESMO PESO PARA OS DIVERSOS RAMOS ATÉ TER UM ESTUDO MAIS PRECISO DAS VÁRIAS CATEGORIAS.

6. QUE O CONGRESSO DEFINA EM ESTATUDOS AS NORMAS QUE DEFINEM OPOSIÇÕES SINDICAIS COMPROMETIDAS COM A CUT E AS NORMAS PARA TRABALHADORES NOS SERVIÇOS BÁSICOS

- oposições com existência regular, estruturadas, acompanhada sistematicamente pela CUT, comprometidas com o programa da CUT, e que levem na prática a construção da CUT na categoria.

7. CRITÉRIOS DE FILIAÇÃO QUE GARANTAM EFETIVAMENTE A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES, QUE A FILIAÇÃO SEJA RESPALDADA NUM TRABALHO ORGANIZADO NO INTERIOR DA CATEGORIA.

- Filiação coletiva com adesão pessoal.

PROPOSTAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO NAS INSTÂNCIAS DA CUT:

PROPOSTA 1

A proporcionalidade na composição das instâncias de decisão da CUT é uma garantia de democracia. Uma vez que uma chapa obtenha 20% ou mais votos do Congresso mostra que o conjunto de propostas que defende, possui representatividade. Estas propostas devem estar representadas por companheiros que as defendam no interior da direção e da executiva, de forma que a instância possa exercer democraticamente o poder que representa. Todos os setores que atuam na CUT devem ter o direito não só de apresentar propostas mas também de participar da direção cotidiana, que é na verdade a executiva.

A tese CUT PELA BASE defende a proporcionalidade na direção e na executiva, regional, estadual e nacional. Defende também a proporcionalidade para a escolha das delegações aos congressos Regional, Estadual e Nacional e para a escolha das plenárias regional e estadual. Esta é uma prática que já vem sendo utilizada atualmente e que corresponde à democracia que defendemos para a CUT, devendo por isso ser incorporada aos estatutos.

PROPOMOS QUE:

Seja garantida a representação proporcional nas instâncias da CUT:

- direção regional, estadual e nacional;
- executiva regional, estadual e nacional;
- plenárias regional e estadual;
- delegações para os congressos regional, estadual e nacional exigindo 20% dos votos em qualquer caso.

Esta proposta deve ser assegurada nos artigos:

EXECUTIVA: Artigo 17, § 1, artigo 24, § 1, artigo 30, § 1.

Direção: Artigo 16, § 1; artigo 23, §1; artigo 29, § 1.

Plenárias: Artigo 14 § 2; artigo 21 § 2.

Delegações: Artigo 14 § 2; artigo 21 §2; artigo 27 § 2.

PROPOSTA 2

SUBSTITUIÇÃO DE VAGAS E CARGOS NAS EXECUTIVAS

Significa garantir a proporcionalidade no caso de vacância.

As vagas da executiva em qualquer nível serão assumidas pelos suplentes na ordem em que foram eleitos.

Os cargos (presidente, secretário geral, etc.) da executiva, em caso de vacância, serão preenchidos a partir de decisão do conjunto da direção plena respectiva.

Isto deve ser assegurado nos artigos:

Artigo 17 §1; artigo 24 §1; artigo 30 § 1.

PROPOSTA 3

FORMAÇÃO DAS CHAPAS

Precisamos eliminar a prática despolitizada de indicar nomes sem referência a uma tese ou outra. Cada membro da direção, em qualquer nível, deve ser eleito pelo conjunto de posições que defende. As várias chapas que se apresentarem deverão se constituir em torno de uma tese. Isto significa na prática que não pode haver repetição de nomes em chapas diferentes, pois a mesma pessoa não pode defender idéias diferentes.

PROPOMOS QUE:

"As várias chapas deverão ser apresentadas em cima de teses. Neste sentido não pode haver repetição de nomes"

Esta proposta deve ser inserida no artigo 29 § 1

SOBRE A PARTICIPAÇÃO NOS CONGRESSOS DA CUT

As propostas que seguem deverão, no caso de aprovadas, serem incorporadas aos estatutos da CUT. Estas propostas têm como objetivo garantir que haja uma grande participação da categoria e futuramente do ramo de atividade econômica no processo de preparação dos congressos privilegiando os sindicatos e oposições com maior trabalho e implantação.

PROPOSTA 4

ELEIÇÃO DE DELEGADOS EM ASSEMBLÉIAS DE BASE

Os delegados para o Congresso Regional serão eleitos em assembléia convocada amplamente com, no mínimo, 30 dias de antecedência do Congresso.

As Assembléias que elege delegados para o Regional não deverão eleger delegados para os congressos Estadual e Nacional.

A Assembléia que elege os delegados para o Congresso Estadual poderá também eleger os delegados que vão para o Congresso Nacional bem como os membros que vão fazer parte da Plenária Nacional, desde que discuta ambos os temários, podendo haver coincidência de nomes nas duas delegações.

Esta proposta deve ser assegurada nos artigos:

Art. 14 § 2 letra "h", 21 § 3 letra "g", 27, § 1 letra "b", "c" "d"

PROPOSTA 5

PERIODICIDADE DOS CONGRESSOS

Propomos que o congresso regional seja realizado anualmente, que os Estaduais e Nacionais sejam bianuais.

Esta proposta deve ser assegurada nos artigos:

Art. 14 § 5; Art. 21 § 5; Art. 27 § 5.

PROPOSTA 6

SOBRE AS TABELAS DE PARTICIPAÇÃO APRESENTADAS PELA EXEC. NACIONAL

A proposta da Exec. Nacional sobre peso diferenciado dá menos peso ao campo e aos setores básicos em relação à produção industrial sem uma argumentação consistente.

A luta que os trabalhadores rurais levam hoje no país não permite que se atribua a eles menos peso dentro das instâncias de participação da CUT. Propomos que se mantenha o mesmo peso para todas as categorias até que haja uma compreensão mais precisa do que significa peso econômico, político e estratégico dos diversos ramos de atividade econômica e das categorias.

Por outro lado, a tabela que propomos (baseada numa das tabelas da Nacional) possibilita a realização de um congresso nacional mais orgânico, sendo exigido dos participantes uma maior representatividade e maior aprofundamento do debate nos congressos regional e estadual. Além disso assegura que um terço das delegações sejam direções sindicais cutistas, garantindo o dobro (os outros dois terços) de delegados para a base. Isto, complementado pela possibilidade de categorias mais mobilizadas terem uma maior participação, e pela exigência de mesmo quorum para assembléias que tiram delegados para os 3 congressos, traduz um conjunto de medidas que visam garantir maior representatividade, exigir maior mobilização das diversas categorias e maior debate na base.

Nossas propostas são:

A) MESMO PESO PARA TODOS OS RAMOS

Propomos que se assuma provisoriamente para todos os ramos – até que se faça um melhor estudo de participação dos ramos de atividade – a tabela abaixo, elaborada pela CUT Nacional para o ramo da produção.

(Tabela extraída da Tese da Cut Nacional)

Trabalhadores na categoria	Congresso Regional		Congresso Estadual		Congresso Nacional	
	Delegados de diretoria	Delegados de base	Delegados de diretoria	Delegados de base	Delegados de diretoria	Delegados de base
Até 1.000	03	06	02	03	01	02
de 1.001 a 3.000	04	08	02	03	01	02
de 3.001 a 5.000	05	10	03	05	02	02
de 5.001 a 7.000	06	12	03	06	02	03
de 7.001 a 10.000	07	14	04	07	02	04

de 10.001 a 15.000	a 08	16	04	07	02	04
de 15.001 a 20.000	a 09	18	05	09	03	04
de 20.001 a 25.000	a 10	20	05	10	03	05
de 25.001 a 30.000	a 11	22	06	11	03	06
de 30.001 a 40.000	a 12	24	06	12	04	07
de 40.001 a 50.000	a 13	26	07	13	04	07
de 50.001 a 70.000	a 14	28	07	14	04	08
De 70.001 a 100.000	a 15	30	08	15	05	09
De 100.001 a mais	a 16	32	08	16	05	10

B) MAIOR PARTICIPAÇÃO PARA AS CATEGORIAS MAIS MOBILIZADAS

No caso de haver superação do quorum, a entidade ou oposição terá direito de escolher delegados suplementares. Para cada delegado a mais exige-se sempre o dobro da proporção.

Assim, se o primeiro delegado suplementar é eleito com a presença de 5 companheiros acima do quorum, o segundo necessita de 10 acima do quorum, e assim sucessivamente.

Esta proposta tem como objetivo reforçar as categorias mais mobilizadas. Por exemplo: os metalúrgicos de São Paulo têm direito a 48 delegados ao Congresso Regional, sendo 16 de diretoria e 32 de base. Neste caso, o quorum para tirada de delegados aos Congressos é de 240.

Assim, para cada 10 trabalhadores a mais na assembléia pode ser escolhido mais um delegado para o Congresso Regional, ou para cada 20 trabalhadores a mais na assembléia pode ser escolhido mais um delegado para o Congresso Estadual, ou ainda, para cada 32 trabalhadores a mais na assembléia pode ser escolhido mais um delegado para o Congresso Nacional, sempre mantendo o limite máximo de 50% do total de delegados.

C) MESMO QUORUM DO REGIONAL PARA ASSEMBLÉIAS QUE ELEGEM DELEGADOS PARA OS CONGRESSOS ESTADUAL E NACIONAL

Propomos que seja exigido um quorum para sindicatos e Oposições da CUT correspondente a cinco vezes o número de delegados a que a entidade ou oposição tem direito ao Congresso Regional: Este quorum será o mesmo para o Congresso Estadual e Nacional.

Esta proposta deve ser assegurada nos artigos:
Art. 14 §1; Art. 21 §1; Art. 27 §1.

D) AINDA SOBRE OS CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO

Nossa proposta:

Que participem dos Congressos Regional, Estadual e Nacional delegados das entidades filiadas à CUT e delegados das Oposições Sindicais comprometidas com a CUT, reconhecidas e acompanhadas sistematicamente pelas CUT Regional, Estadual e Nacional, conforme a base da categoria seja de âmbito Regional, Estadual ou Nacional, respectivamente.

Esta proposta deve ser assegurada nos artigos:
Art. 14 § 1 letras "a" e "b"; Art. 21, § 1 letras "a" e "b"; art. 27 § 1 letras "a" e "b"

OUTRAS QUESTÕES

PROPOSTA 7

SOBRE A DEFINIÇÃO DE NORMAS SOBRE OPOSIÇÕES SINDICAIS COMPROMETIDAS COM A CUT

Propomos incorporar nos estatutos as seguintes normas de definição das oposições sindicais da CUT:

AS OPOSIÇÕES SINDICAIS

Dentro dos princípios que definimos anteriormente, de construir a hegemonia da CUT a partir da base no movimento sindical, é necessário termos uma política para os sindicatos que estão sob a direção dos pelegos ou dos reformistas. Desta forma a CUT deve construir oposições comprometidas com sua plataforma de lutas e sua concepção de prática pela base. No caso de já existirem, reconhecê-las a partir de critérios claros.

Para que uma oposição seja reconhecida pela CUT, propomos os seguintes critérios que deverão ser incorporados como medida estatutária:

- que a CUT reconheça somente oposições com existência permanente, com atividade regular junto à categoria e aberta à participação dos trabalhadores desta categoria;
- que esta oposição publique material claramente comprometido com os princípios da CUT e que assuma publicamente a sua vinculação à CUT, usando logotipos, est.;

A partir do reconhecimento é garantido à oposição:

- apoio financeiro e político e assessoria por parte da CUT;
- direito à representação nos Congressos e direito dos delegados participarem das instâncias de direção da CUT;
- apoio nas eleições sindicais.

Quem reconhece as oposições sindicais e quem faz o acompanhamento das oposições

O RECONHECIMENTO DE UMA OPOSIÇÃO SERÁ FEITO PELA INSTÂNCIA DA CUT CORRESPONDENTE À BASE TERRITORIAL (REGIONAL, ESTADUAL OU NACIONAL) DO SINDICATO (OU ENTIDADE) ONDE ATUE A OPOSIÇÃO.

O ACOMPANHAMENTO (APOIO, ORIENTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, ETC) DA OPOSIÇÃO SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA MESMA INSTÂNCIA QUE A RECONHECE.

Isto significa que, numa entidade de âmbito nacional, o reconhecimento será feito pela CUT NACIONAL. Numa entidade estadual, pela CUT ESTADUAL. Numa entidade de nível municipal (ou mais de um município), o reconhecimento será feito pela CUT REGIONAL.

ONDE NÃO HOUVER CUT REGIONAL, o reconhecimento será feito pela CUT ESTADUAL.

ESTA PROPOSTA DEVE SER ASSEGURADA NUM ARTIGO PRÓPRIO:

Além disso, significa ser contra o item: art. 27 § 1 letra "h" da proposta da executiva nacional, que propõe que estas normas não sejam definidas no Congresso.

PROPOSTA 8

CRITÉRIOS DE FILIAÇÃO

Os critérios de filiação atuais não garantem efetivamente a participação dos trabalhadores nas decisões da CUT. É necessário adotarmos novas formas de relação entre os trabalhadores e a CUT.

Por isso propomos que seja adotada como critérios para a filiação de um sindicato à CUT a filiação coletiva dos trabalhadores com adesão pessoal. Isto significa que a filiação de um sindicato à CUT será respaldada num trabalho organizado no interior da categoria. Esta proposta se concretiza nos seguintes aspectos.

- haverá um quorum determinado pela CUT a partir do qual será constituído um coletivo que se filia à CUT, e os trabalhadores que assinam esta filiação deverão contribuir inclusive financeiramente com a CUT (esta contribuição poderá ser recolhida com a mensalidade do sindicato e repassada automaticamente à CUT);
- a organização desses coletivos é tarefa das diretorias dos sindicatos;
- o sindicato poderá se filiar em caráter provisório, estabelecendo-se um prazo equivalente ao período entre dois Congressos para que seja completada a filiação;
- no caso de categorias onde a diretoria do sindicato não apóia a CUT, as oposições têm como meta a construção deste coletivo. Isto não significa que haverá filiação da oposição à CUT, mas garantindo a vinculação de um real trabalho de base com a construção da CUT, reforçando o objetivo de conquistar a direção do sindicato.

Esta proposta deve ser assegurada no artigo: Artigo 34 § 3

PROPOSTA 9

SOBRE A INDEPENDÊNCIA DA CUT

Propomos que conste nos estatutos: "É importante que se conserve sempre a total independência da CUT com relação ao Estado. A CUT deve rejeitar qualquer ajuda financeira que estabeleça vínculos institucionais e legais com o Estado"

Esta proposta deve ser assegurada no artigo: Artigo 39 § 2.

Retrospectiva Bibliográfica

<http://www.lidas.org.br/osm/bibli.htm>

1964

O golpe militar derruba a frágil montagem sindical baseada no populismo. O governo decreta intervenção em centenas de sindicatos. Os militantes político-sindicais entram no trabalho subterrâneo, clandestino. O governo coloca interventores no sindicato dos metalúrgicos de São Paulo.

1967

Eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Forma-se a "Chapa Verde", de Oposição, composta por militantes de diferentes experiências de vida (alguns são de origem cristã, outros são de formação marxista e outros independentes). Estas raízes continuam até hoje. A Chapa de Oposição é encabeçada por Waldemar Rossi.

Em Osasco, a Oposição Sindical ganha as eleições do Sindicato dos Metalúrgicos numa linha muito semelhante à da Oposição de São Paulo, tornando-se referência para uma perspectiva classista.

LIVRETO: "NAS RAIZES DA DEMOCRACIA OPERARIA"

1968

A Oposição Sindical participa do 1º de Maio na praça da Sé, onde os trabalhadores reunidos expulsam do palanque os dirigentes sindicais pelegos e o Governador do Estado, Abreu Sodré, atual Ministro das Relações Exteriores da Nova Republica.

Os metalúrgicos de Osasco vão a greve, a diretoria é cassada e torna-se clandestina. A cidade é ocupada por tropas do Exército.

1970

O trabalho da Oposição Sindical é subterrâneo, organizando grupos de fábrica. No 19 de Maio, há uma tentativa de manifestação pública, na qual diversos trabalhadores são presos e Olavo Hansen - metalúrgico - é assassinado.

A formação de militantes é uma das principais tarefas da Oposição. São dados vários cursos para grupos de fábrica. Entre outros materiais, é usado um livreto que a Oposição faz circular clandestinamente.

LIVRETO: "HISTÓRICO DO SINDICALISMO NO BRASIL - 1880-1970"

Os boletins da Oposição são passados de mão em mão dentro das fábricas.

JORNAL: "LUTA OPERARIA" – 1970

1971

A Oposição tem uma coordenação eleita pelos militantes dos vários setores (regiões) de São Paulo. Entre os coordenadores: Waldemar Rossi, Cleodon Silva, Vito Gianotti, Raimundo Moreira, Luiz Hirata.

Os boletins mudam de nome, mas continuam sendo distribuídos por dentro das fábricas, auxiliando no trabalho de informação e organização.

JORNAL: "NOTÍCIAS METALORGICAS" – 1971

1972

A Oposição lança chapa para o Sindicato. Waldemar Rossi novamente encabeça: perdeu as eleições.

1974

Mais de 50 militantes metalúrgicos de Oposição são presos pelo DOPS. Tortura e vários meses de prisão para todos. Toda a liderança da oposição fica com os Movimentos controlados.

1975

Continua o trabalho de organização dentro das fabricas. Realizamos pequenas greves. A Oposição Sindical não consegue formar a chapa para as eleições sindicais e convoca a categoria ao voto de protesto.

1976

Nasce o jornal "Luta Sindical", que vive até 1984.

JORNAL: LUTA SINDICAL

1978

Contemporaneamente a São Bernardo, em maio de 78 estouram as primeiras greves nos metalúrgicos de São Paulo. Em São Paulo, a primeira greve será na TOSHIBA, fábrica onde trabalhava Anísio Batista, que encabeçava a chapa 3, Chapa da Oposição para as eleições no Sindicato.

JUNHO: A Oposição estimula centenas de greves dentro das fábricas. Em muitos casos se consegue a Comissão de Fábrica.

LIVRETO: "AS COMISSÕES DE FABRICA". (ED. VOZES)

JULHO: Votação no Sindicato. A diretoria pelega fraudada a eleição. A Oposição é vencedora. O Ministro do Trabalho intervém e mantém o velho pelego no cargo.

FILME: "BRAÇOS CRUZADOS, MÁQUINAS PARADAS"

A Oposição escreve sua experiência e sua visão sobre as Comissões de Fábrica.

LIVRETO: "COMISSÃO DE FÁBRICA"

Dentro do esforço de Formação a Oposição começa um jornal de recortes, feito e distribuído por alguns de seus militantes: Jornal dos Jornais.

COLEÇÃO JORNAL DOS JORNAIS

A Oposição força o Sindicato Oficial a decretar a 1ª Greve Geral da Categoria no Brasil, após 1964. Os metalúrgicos de São Paulo entram em greve, que será traída pela direção do Sindicato. As Comissões de Fábrica serão destruídas completamente.

1979

A Oposição realiza seu 1º Congresso. As suas teses são publicadas aos milhares e se espalham pelo Brasil afora. Uma das decisões do Congresso foi de realizar um Encontro

Nacional das Oposições do Brasil. Desse encontro sai uma linha do Sindicalismo Classista que fará com que muitos pelegos caiam no Brasil todo. Gradativamente esse encontro aumenta na participação e se transformará no ENTOES (ENCONTRO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM OPOSIÇÃO A ESTRUTURA SINDICAL).

O ENTOES será a base para se formar a ANAMPOS, que será mais um passo rumo a CUT. A Oposição em suas teses de 1979 defende a criação de uma "Central Única dos Trabalhadores".

LIVRETO: "TESES APROVADAS - 1º CONGRESSO

NOVEMBRO: A Oposição lidera uma greve de 11 dias, com 80% da categoria parada. A direção do Sindicato Oficial é contra a greve. Essa greve foi dirigida pela Oposição Sindical através dos Comandos de Greve.

Em 30/10/79 é assassinado num piquete, o companheiro Santo Dias da Silva, membro da Coordenação da Oposição Metalúrgica e membro da Pastoral Operária.

1980

A direção da Oposição se amplia com companheiros já experimentados na luta como Carlúcio Castanha, Sebastião Lopes Neto, Helio Bombardi e se juntarão aos históricos Rossi, Anísio, Silva, Vito, Raimundinho, Farinazzo.

No campo de formação várias iniciativas são tomadas: cursos, palestras e livretos.

LIVRETO: 1º DE MAIO, UM DIA DE LUTA

APOSTILA: EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

TEXTO ELABORADO PELA BASE-FUT DE PORTUGAL

LIVRETO: "O QUE É SINDICALISMO CLASSISTA"

LIVRETO: "A NOVA CLT"

ABRIL: Greve dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. A Oposição organiza inúmeros Comitês de Apoio nos bairros de São Paulo. Inicia a aproximação da experiência da Oposição de São Paulo com o sindicalismo de São Bernardo.

Maio: O 1º de Maio reúne 100 mil pessoas em São Bernardo do Campo, onde a Oposição Sindical tem participação ativa.

Novembro: A Oposição não consegue levar a categoria a uma nova greve. Inicia a época de greves por fábrica. Para um trabalho de formação de massa a OSM publica o Texto de Lênin "Sobre as Greves" que até hoje continua sendo reproduzido aos milhares.

LIVRETO: "SOBRE AS GREVES"

A experiência do trabalho de formação - informação da Oposição com o Jornal dos Jornais é relatada na Tese de Mestrado do jornalista e prof. Luiz Egípto.

Desde 1978, um membro histórico da direção da Oposição, Cleodon Silva, com pseudônimo de Pedro Macambira, publicava livretos (cordéis) em versos no estilo do Nordeste do Brasil. O conteúdo era sempre a luta entre patrões e operários nos seus diferentes aspectos.

CORDEIS DE PEDRO MACAMBIRA

Um dos espelhos do sindicalismo classista que a Oposição propõe é a COB da Bolívia. Assim,

10 mil livretos são impressos com as Teses da COB. As Teses da COB, a partir daí, desempenham um papel importante nas discussões sobre os Estatutos da CUT.

LIVRETO: "ESTATUTOS DA COB"

A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo continua cumprindo seu papel de colocar obstáculos às lutas fabris. Desestimada (**desestimula**) qualquer tipo de greve e quando elas acontecem, busca isolá-las. No entanto, o descontentamento é grande, a categoria está acumulando experiências. Este é um período de greves por fábrica, como por exemplo, a greve da Piratininga, que acontece como tantas outras, contra a vontade da direção do Sindicato.

LIVRETO: "35 DIAS DE GREVE NA PIRATININGA"

Waldemar Rossi, da coordenação da Oposição e da direção nacional da Pastoral Operária, faz o discurso de saudação ao Papa João Paulo II em nome dos trabalhadores brasileiros.

LIVRETO: "OS HUMANOS, NÃO PEÇAS DE REPOSIÇÃO"

1981

Nova eleição para direção do Sindicato. Rossi encabeça pela 3ª vez a Chapa de Oposição. Nas fábricas, a Oposição vence as eleições; mas os votos dos aposentados darão vitória à Chapa da velha direção pelega aliada aos novos amigos do PCB.

EXTRATO: "DOSSIÊ DAS ELEIÇÕES DE 1981"

EXTRATO: "PACTO SOCIAL: DAS NEGOCIAÇÕES AO PACOTE"

AGOSTO: 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT). A Oposição participa com 8 delegados e se posiciona junto com Lula, Jacó Bittar e o bloco do ANAMPOS a favor da Greve Geral, do total desatrelamento do sindicato do Estado e pela formação da Central Única dos Trabalhadores, a CUT. Waldemar Rossi, da direção da Oposição, é eleito no Congresso membro da direção nacional do PRÓ-CUT.

A Oposição Sindical, com a vitória nas fabricas, ajuda a difundir a proposta de Oposição Sindical em todo país.

LIVRETO: "COMO FAZER TREZE PONTOS NUMA ELEIÇÃO SINDICAL"

A Oposição participa do PRO-CUT levando a mensagem de um Sindicalismo Classista e de Base.

BROCHURA: "CUT PELA BASE"

1982

Com a discussão da fundação da CUT e a filiação a alguma Central Sindical Mundial a OSM edita o livreto "Centrais Sindicais Mundiais" e propõe o não alinhamento com nenhuma dessas Centrais.

LIVRETO: AS CONFEDERAÇÕES SINDICAIS MUNDIAIS

No meio Oposicionista, entre alguns militantes, nasce a iniciativa de se criar uma Resenha de Jornais, uma publicação quinzenal, visando possibilitar o acesso à informação da vanguarda de atuação sindical em diversas categorias. Mais de 500 assinantes a receberam quinzenalmente.

RESENHA

A Oposição reúne militantes e companheiros combativos de várias fábricas no seminário "A organização dos Trabalhadores e a política do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo".

APOSTILA

1983

Continua a regularidade do Jornal da Oposição. Como fruto da discussão do jornal, vários textos são publicados na forma de livretos.

LIVRETO: "MORATÓRIA O QUE É ISTO?"

LIVRETO: "PATRÕES BUSCAM NOVO FÔLEGO"

Os militantes da Oposição são demitidos nas fábricas. E o caso-escândalo do Carlúcio Castanha, membro da CIPA e mesmo assim despedido da Arno. Foi uma luta de resistência que originou uma jurisprudência para casos semelhantes.

A OSM faz lutas encarniçadas para defender o direito de organização nos locais de trabalho.

LIVRETO: "A CIPA E JUSTIÇA NO TRABALHO"

DOSSIÊ: "LIVRO NEGRO DA ARNO"

Vários outros casos são defendidos com afinco pela Oposição com o apoio de uma advogada, Gilda Graciano, que com sua visão classista assiste os militantes oposicionistas. Este mesmo problema persiste até os dias atuais por não existir nenhuma estrutura que garanta um acompanhamento político de casos jurídicos que ocorrem freqüentemente.

Durante o ano de 83, ano este de fundação da CUT, em meio à crise econômica que abalava o país, a OSM mantém e impulsiona a discussão sobre a construção de organização horizontal dos trabalhadores.

A organização por local de trabalho sempre havia sido ponto da pauta nas reuniões dos setores e da coordenação na sua forma prática (como iniciar o trabalho, como aumentar o trabalho etc.) e agora toma destaque nos seus aspectos teóricos (papel destes organismos na construção do socialismo, vinculação com partidos, ênfase nas manifestações espontâneas ou num trabalho mais organizado e definido etc.).

TEXTO: "A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NOS LOCAIS DE TRABALHO"

As duas posições (**quais?**) são encabeçadas por dois coordenadores da Oposição. Preparam-se novas eleições sindicais. A preocupação em não fazer unicamente uma campanha eleitoral é forte entre os membros da Oposição. A discussão se torna acalorada.

TEXTO: "PARA TODO METALÚRGICO LER E PENSAR"

Contemporaneamente a Coordenação da Oposição lança a "TRIBUNA DE DEBATES para que todos possam colocar suas posições sobre as futuras eleições de julho de 84.

APOSTILA: TRIBUNA DE DEBATÉS Nº2

APOSTILA: SOBRE AS ELEIÇÕES SINDICAIS/84

O debate sobre as eleições sindicais não prejudica o trabalho de organização dentro das fábricas. Pelo contrário, é no final de 83 que a Oposição chama vários encontros de metalúrgicos de base, tendo como objetivo a discussão da campanha salarial, a organização nos locais de trabalho e sua articulação.

As eleições sindicais se colocam na pauta no 4º encontro realizado, dentro da perspectiva da organização de base e da união da categoria.

APOSTILA: "ENCONTRO DE FÁBRICAS DE SÃO PAULO"

Enquanto isso a Oposição não descuida da formação de militantes. Do seu seio nasce uma nova edição do livreto de 1970.

LIVRETO: "CEM ANOS DE LUTA DA CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL"

BROCHURAS: "A MAIOR PONTE DO MUNDO" E "TÁ VAZIO"

1984

A OSM defende a formação de uma Chapa para as eleições juntando velhos opositoristas e novos companheiros que em campanha e num amplo processo democrático formam a Chapa encabeçada por Helio Bombardi.

O Jornal tradicional da OSM "Luta Sindical" deixa de circular em março de 1984 sendo substituído por material da própria Chapa. Nesse mês sai à luz um volumoso estudo sobre esse jornal com a análise da vida e história da Oposição, através de seu jornal.

DOSSIE: "RADIOGRAFIA DE UM JORNAL OPERÁRIO"

A eleição novamente dá vitória a Oposição dentro das fábricas e novamente aposentados garantem a velha estrutura pelega e os novos aliados da área PCB e PCdoB. Todo o processo é documentado no Dossiê da Chapa 2.

A diretoria do sindicato de forma violenta não permite o acesso à lista de associados e promove agressões contra membros da chapa de Oposição.

DOSSIÊS DA FORMAÇÃO DA CHAPA 2

Após a eleição, a Oposição amplia seu leque, incorporando à sua composição novos companheiros, militantes experientes e com novas idéias, que muito contribuíram para o novo salto da Oposição. Assim, a direção da Oposição se enriqueceu com Chico Gordo, Reni e outros. Muitos novos companheiros de CIPAS e de Comissões de Fábrica vieram dar um novo vulto à Oposição, que passa a se denominar Movimento de Oposição Sindical Metalúrgico de São Paulo - MOSM-SP.

A Oposição tinha saído do recinto da apuração dos votos da eleição gritando: "Nas fábricas, na rua, a luta continua! e - A nossa direção é a Oposição!"

A partir daí a nova Oposição lutará para assumir enquanto direção de fato da categoria. Sempre na linha de formação e informação, a Oposição, junto com o CPV, publica um livreto dos cordéis que durante a eleição foram cantados em portas de fábricas.

LIVRETO: "OS CORDEIS NAS PORTAS DAS FÁBRICAS"

Desse período, o CPV publica vários dossiês sobre bandeiras de luta da Oposição Sindical como:

DOSSIÊS: "A COMISSÃO DE FÁBRICA", "DOSSIÊ SOBRE AS GREVES" E "AUTONOMIA SINDICAL"

Visando a formação da classe, a Oposição promove na área de teatro a apresentação de um espetáculo e leva 500 operários para assistir a melhor peça desse ano sobre a fase anarquista do Movimento Operário no Brasil.

APOSTILA: TEATRO: "BELLA CIAO"

O MOSM junto com o CPV leva um trabalho de formação na área sindical e de Pastoral Operária.

APOSTILA: "DISCUTINDO A ESTRUTURA SINDICAL"

Neste ano, diversos militantes editam sua experiência de resistência às demissões mostrando que os patrões não tem direito de demitir indiscriminadamente os trabalhadores.

LIVRETO: "MINHA REVOLTA NÃO SE VENDE"

1985

Sobre a proposta principal da Oposição das Comissões de Fábrica, a Reconstrução das Lutas Operárias (RLO), publica dois livretos:

LIVRETO "AS COMISSÕES DE FÁBRICA EM SÃO PAULO"

LIVRETO: "A COMISSÃO DE FÁBRICA DA ASAMA"

A Oposição investe na consolidação da CUT onde tem um membro na Direção Nacional, três na Direção Estadual e seis na Direção Regional. A proposta da Oposição é construir a CUT pela base, dentro das lutas de enfrentamento com o patronato e com o Estado.

TESE: "40 HORAS: UNIFICAR AS LUTAS E CONSTRUIR A CUT"

O bloco formado pelo MOSM-SP, pelo Sindicato dos Químicos, dos Plásticos de São Paulo, lidera a grande Campanha Salarial Unificada. O objetivo era forçar uma negociação em bloco de todas as categorias com a FIESP.

Conseguimos alcançar meio milhão de trabalhadores em greve por dois dias e as categorias mais fracas conseguiram acordos salariais equivalentes às categorias mais fortes.

O MOSM junto com todos os Sindicatos Operários da capital aprova a tese central do Congresso Regional que do ponto de vista da construção da CUT, propõe a construção de zonais como uma forma de articulação intercategorias. Sua tese se chamará:

"CUT PELA BASE": TESE DO II-CONGRESSO

Nesse ano de 85 o MOSM-SP sempre mantém um debate aberto e livre sobre todas as questões chaves, que envolvem os cutistas em geral.

TRIBUNA DE DEBATES 1985

1986

A Oposição se prepara para o Congresso Nacional da CUT.

Continua a edição da Tribuna de Debates e publica uma nova edição do:

LIVRETO: "AS CENTRAIS SINDICAIS MUNDIAIS"

Dentro do esclarecimento sobre as Centrais, a Oposição publica:

LIVRETO: DOSSIÊ O QUE É A CONCLAT - CENTRAL CRISTÃ

O MOSM-SP muda o logotipo de seu jornal com destaque para o título que passa a ser "Metalúrgicos da CUT jornal do MOSM".

JORNAL METALÚRGICOS DA CUT

Maio - O MOSM realiza seu III Congresso onde define os rumos das eleições sindicais de 87, suas intervenções nos Congressos estadual e nacional da CUT, além da sua intervenção nas lutas desse período. Reestrutura sua forma de funcionamento e oficializa seu símbolo que é o mesmo da Chapa de 84 com destaque agora para a palavra CUT.

LIVRETO: TESES DO III CONGRESSO DA OPOSIÇÃO

Julho: II Congresso Nacional da CUT.

A Oposição participa da formação da Chapa 2 e que obtém 28,6% dos votos. A proposta levada tem o nome já tradicional na Oposição de "Construir a CUT pela Base".

TEXTO: "CONSTRUIR A CUT PELA BASE" (Tese e Roteiro)

Em 28 de fevereiro, o governo brasileiro baixa um pacote econômico. No dia 29 o MOSM publica, em seu jornal, uma matéria de ataque frontal às medidas, denunciando o prejuízo que isso representaria para os trabalhadores. O MOSM combate a diretoria do Sindicato que afirma que a perda dos salários era de apenas 0,5% quando na verdade era de cerca de 20%.
